



Relatório de Gestão 2019

SATA Air Açores

Índice

Sobre o Relatório	3
Mensagem do Conselho de Administração.....	4
Indicadores-Chave	5
A SATA Air Açores	7
<i>Governance</i>	11
Envolvente externa.....	14
Estratégia.....	18
Desempenho Financeiro	26
Segmentos de negócio.....	31
Aplicação de Resultados	34
Anexos	35

Sobre o Relatório

Mantendo um ciclo de reporte anual, esta publicação visa comunicar, a todos os *stakeholders*, o desempenho da SATA Air Açores.

O Relatório incide sobre a atividade da SATA Air Açores durante o ano de 2019 - referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro - abrangendo, sempre que possível, informação relativa a anos anteriores para avaliar e acompanhar a evolução do desempenho da Empresa.

Os conteúdos apresentados abrangem o desempenho individual da SATA Air Açores.

Adicionalmente, o desempenho financeiro, social e ambiental do Grupo SATA é apresentado no Relatório Consolidado, disponibilizado no website corporativo, o qual é já o oitavo Relatório Integrado publicado pelo Grupo. À semelhança de anos anteriores, o Relatório foi elaborado de acordo com as orientações do *International Integrated Reporting Council (IIRC)* e, em matéria de sustentabilidade, com as Diretrizes de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative (GRI)*.



Verificação externa

Os dados do desempenho financeiro apresentados foram sujeitos a verificação externa independente pela PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Contactos

Para esclarecimentos adicionais sobre a informação publicada neste Relatório ou sobre práticas e políticas do Grupo SATA, por favor consulte o *website* corporativo www.sata.pt ou proceda ao envio de um *e-mail* através do endereço eletrónico info@sata.pt.

Mensagem do Conselho de Administração

Tendo o atual Conselho de Administração tomado posse no início de 2020, a sua avaliação à situação financeira das empresas do Grupo SATA para o ano 2019 não poderia decorrer do conhecimento empírico ou de conhecimento profundo dos fatores que terão contribuído para os resultados negativos do Grupo SATA.

De qualquer modo, é do conhecimento público, que a situação financeira em que se encontra o Grupo SATA tem sido o resultado da acumulação, que se verifica ao longo dos últimos anos, de resultados operacionais e financeiros negativos que se agravaram, sucessivamente, e que se agudizaram perante a dificuldade de conter os custos de exploração crescentes ou de incrementar, de forma consequente a receita obtida.

A conjugação de fatores negativos de ordem diversa, exógenos e endógenos, não permitiram que em 2019 fosse invertida a tendência negativa verificada em exercícios anteriores ou sanar, por completo, questões operacionais herdadas do passado e que inviabilizaram, ainda em 2019, a oferta de um serviço de transporte aéreo consentâneo com as expectativas. Adicionalmente, nas contas de 2019, refletem-se, ainda, impactos contabilísticos relacionados com a eliminação de reservas às contas transportadas de anos anteriores e com a obrigação da adoção da norma contabilística IFRS 16.

Algumas medidas de reestruturação implementadas em 2019 foram surtindo efeitos ao longo do ano, tendo sido possível constatar alguma evolução, já no início de 2020. Não obstante, a situação financeira das empresas do Grupo, em particular das duas transportadoras aéreas, está ainda muito longe de ter alcançado o desejável ponto de equilíbrio.

Apesar das reformas que se encontram já em curso, e de um plano de negócios transformacional que se pretende ver implementado nos próximos anos, é certo que à data de fecho das contas do ano 2019, encontramos-nos, já em 2020 perante um cenário de crise absolutamente extraordinário, provocado pela pandemia COVID 19 e que nada tem a ver com a situação presente ou passada do Grupo SATA. Este cenário de pandemia progride, dia a dia, e alastra a todos os países do Mundo e a todas as companhias aéreas, numa altura em que todos os voos comerciais das transportadoras aéreas do Grupo SATA se encontram suspensos por tempo, ainda, indeterminado.

Neste contexto, as perspetivas de médio prazo para o Grupo SATA alinham-se com as perspetivas que a IATA avançou para o setor do transporte aéreo, mesmo perante um cenário de enorme desconhecimento sobre o evoluir da situação a nível global, nacional e regional. Esta crise, sem precedentes na história da aviação comercial, exige a tomada de medidas igualmente excecionais, cuja amplitude e eficácia é, ainda, desconhecida.

É neste cenário de incerteza quanto ao futuro que nos encontramos. Contudo, a forma como até aqui o Grupo SATA tem superado os desafios que se apresentaram, faz-nos acreditar que não será por falta de empenho, de conhecimento e de combatividade que não travaremos mais esta batalha.

Indicadores-Chave

ECONÓMICO	2017	2018	2019	Varição 19/18
Resultado operacional (milhares €)	3.070	(1.933)	2.341	221%
EBITDA (milhares €)	10.188	5.393	10.898	102%
EBITDAR (milhares €)	12.759	8.389	13.728	64%
Dívida líquida (milhares €)	151.862	201.714	245.157	22%
Gastos em combustível (milhares €)	4.188	4.855	5.045	4%
OPERACIONAL	2017	2018	2019	Varição 19/18
City-pairs - Destinos (N.º)*	61	48	46	-21%
Voos (N.º)	14.806	14.924	15.290	2%
Passageiros (LUTs)	698.175	732.331	766.642	5%
Taxa de ocupação (%)	71,0%	76,1%	78,3%	2,2 p.p
SOCIAL	2017	2018	2019	Varição 19/18
Colaboradores (N.º)	712	740	750	1%
Horas de formação (N.º)	43.367	55.079	56.650	3%

AMBIENTAL	2017	2018	2019	Varição 19/18
Consumo de <i>jet fuel</i> das aeronaves (litros)	8.383.995	8.005.466	8.416.729	5%
Emissões de CO ₂ das aeronaves (t CO ₂ e)	21.501	21.767	24.798	14%
Taxa de valorização* (%)	58%	76%	67%	- 9 p.p
Derrames*	0	0	0	0%

*Valores referentes a todo o Grupo SATA

A SATA Air Açores

A SATA

A SATA é atualmente um Grupo constituído por cinco empresas com personalidades jurídicas distintas: SATA Air Açores, SATA Internacional - Azores Airlines, Azores Vacations Canada e Azores Vacations America e SATA Gestão de Aeródromos, cujo centro de decisão está localizado na Região Autónoma dos Açores, ilha de São Miguel, cidade de Ponta Delgada. Estas empresas têm assumido um papel relevante nas acessibilidades dos habitantes das ilhas dos Açores e como instrumento indispensável à consolidação e desenvolvimento económico e social da Região Autónoma.

SATA Air Açores | 100% Governo Regional

Fundada em 1941, serve atualmente as 9 ilhas do Arquipélago dos Açores, através de um serviço público de transporte aéreo. Em 2011 passou a operar as ligações entre os Açores, Madeira, Canárias, em nome da SATA Internacional - Azores Airlines.

Missão e Valores

Missão

Desenvolver de modo sustentado toda a atividade de transporte aéreo relacionado com os Açores através de uma operação com vocação atlântica assente num serviço fiável, hospitaleiro e inovador.

Valores

Simpatia

A SATA aposta na hospitalidade do seu serviço. A bordo e em terra faz por oferecer um serviço atento e cuidado, bem como procura transportar, para onde quer que voe, a genuinidade, simplicidade e amabilidade da alma açoriana.

Fiabilidade

A SATA faz da pontualidade das suas ligações e fiabilidade da sua ação um ponto primordial no seu desempenho, procedendo a constantes auditorias na procura constante de alcançar a excelência na sua atuação.

Inovação

O Grupo SATA elegeu o valor inovação como principal vetor da sua atuação. Ao longo dos últimos anos, tem apostado nas novas tecnologias, com o objetivo de oferecer aos passageiros e aos seus parceiros soluções cómodas, inovadoras e práticas.

Colaboradores

No final de 2019, a SATA Air Açores contava com 750 colaboradores.

750 colaboradores



65% do sexo masculino
35% do sexo feminino

89% dos colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva

154 novas contratações
Taxa de novas contratações: 21%

144 saídas
Taxa de rotatividade: 20%

Colaboradores por categoria profissional, faixa etária e género

	Dirigentes		Quadros superiores		Quadros médios e intermédios		Profissionais altamente qualificados e qualificados		Profissionais semiquualificados		Profissionais não qualificados		Praticantes/Aprendizes	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
< 30 anos	0	0%	0	0%	8	8%	60	15%	27	14%	0	0%	0	0%
30 a 50 anos	0	0%	31	65%	53	55%	293	75%	146	73%	3	30%	0	0%
> 50 anos	2	100%	17	35%	38	38%	38	10%	27	14%	7	70%	0	0%
Masculino	1	50%	43	90%	62	63%	178	46%	199	100%	3	30%	0	0%
Feminino	1	50%	5	10%	37	37%	213	54%	1	1%	7	70%	0	0%
Total	2		48		99		391		200		10		0	

Colaboradores navegantes, por género



Masculino

16 Pessoal Navegante Comercial
59 Pessoal Navegante Técnico



Feminino

26 Pessoal Navegante Comercial
1 Pessoal Navegante Técnico

Relação com sindicatos

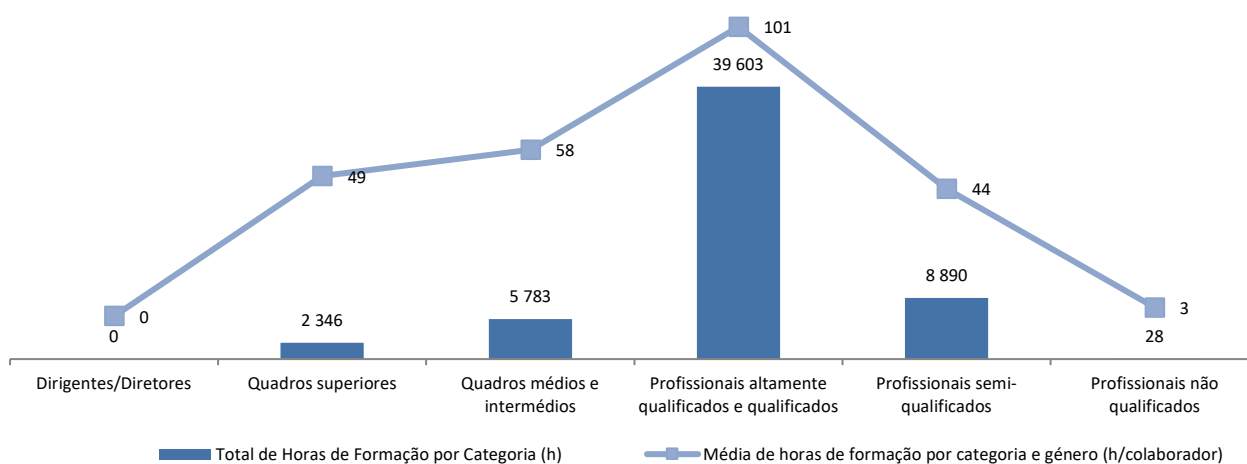
A estratégia de recursos humanos da SATA assegura a liberdade de associação a todos os colaboradores, por forma a assegurar um clima interno positivo. Desta forma, em 2019, 89% dos colaboradores estavam abrangidos por acordos de negociação coletiva.

Formação

Anualmente, a SATA define e implementa um plano de formação, em conformidade com a formação obrigatória do setor e com as necessidades identificadas. Todo o treino recorrente teórico do pessoal navegante e de operações de voo, bem como o treino recorrente prático do PNC e parte do treino recorrente do PNT da SATA Air Açores são assegurados por instrutores da Companhia no CFAA.

Em 2019, foram realizadas na SATA Air Açores 56.650 horas de formação.

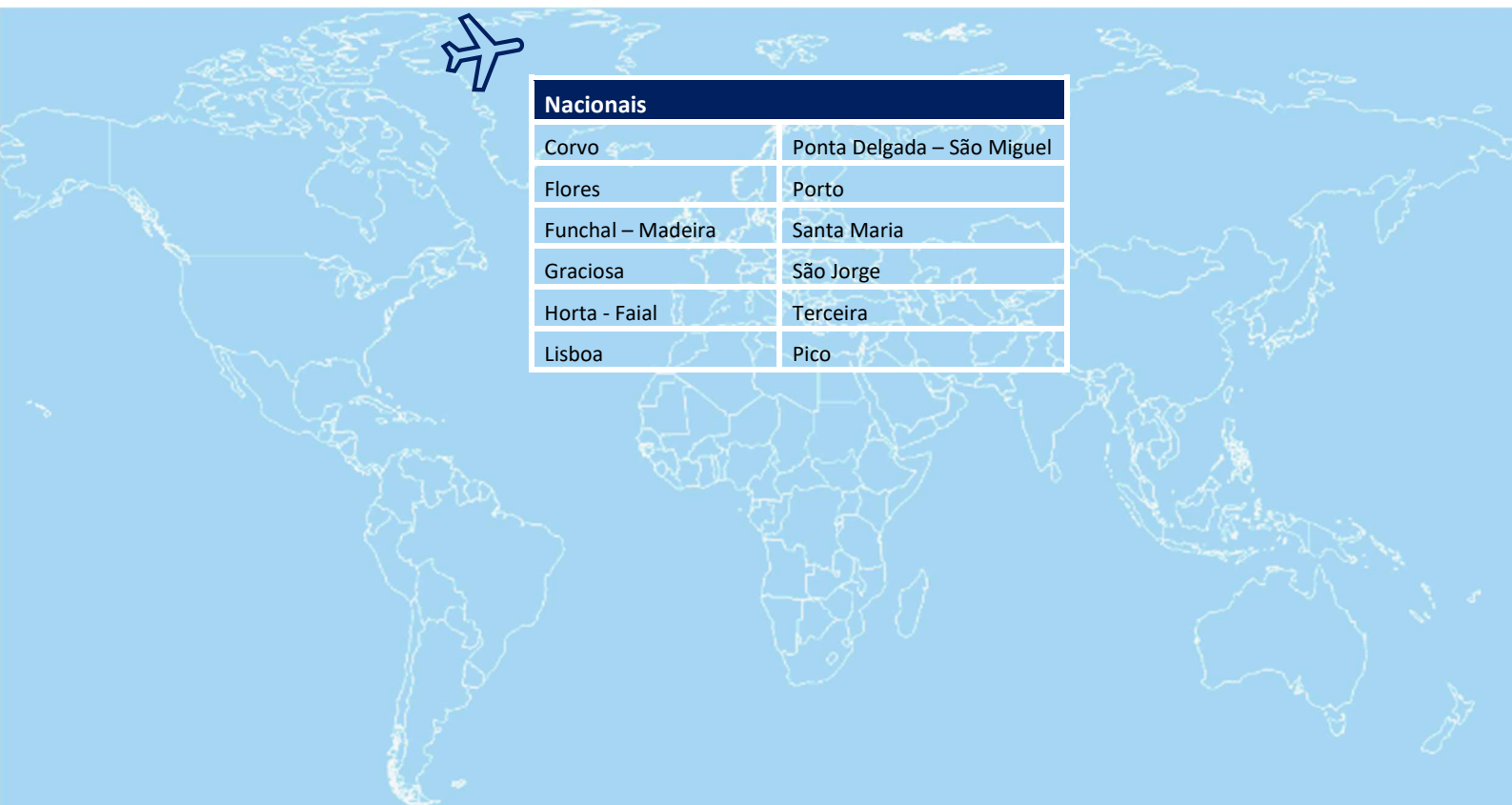
Total de horas e média de horas de formação anual por colaborador e categoria profissional



Rotas

O Grupo SATA liga, em parceria com outras companhias, mais de oitenta destinos, com voos entre continentes, arquipélagos e ilhas, contribuindo para a satisfação das necessidades de mobilidade dos açorianos e, ao mesmo tempo, para a redução do isolamento dos Açores e promoção do destino turístico da região.

De seguida são apresentadas as rotas operadas por destino em 2019:



Frota

A frota da SATA Air Açores é composta por 6 aeronaves eficientes e confortáveis.

SATA Air Açores:

4 Bombardier Q400
2 Bombardier Q200

Bombardier Q400



Q400

Bombardier Q400 Nextgen
Motores Pratts & Whitney Canada PW150A
Potência: 5,071 SHP
Comprimento: 32.83 m
Envergadura: 28.42 m
Altura: 8.34 m
Velocidade Cruzeiro: 667 Km/h
Altitude máxima: 7.620 m
Alcance: 2.656 Km
Capacidade Combustível: 6.526 Lt
Nº passageiros: 80
Entre cadeiras - Económica: 74

Bombardier Q200



Q200

Bombardier Q200
Motores Pratts & Whitney Canada PW123C/D
Potência: 2,150 SHP
Comprimento: 22.25 m
Envergadura: 25.91 m
Altura: 7.49 m
Velocidade Cruzeiro: 535 Km/h
Altitude máxima: 7.620 m
Alcance: 1.839 Km
Capacidade Combustível: 3.160 Lt
Nº passageiros: 37
Entre cadeiras - Económica: 79

Governance

A SATA atua no sentido de garantir que a sua estrutura e funcionamento organizacionais se encontram devidamente alinhados com os Princípios de Bom Governo do Setor Empresarial do Estado e com as boas práticas internacionais. Os órgãos sociais e colaboradores desenvolvem as suas atividades com salvaguarda de questões éticas e de acordo com os padrões de conduta recomendados.

Princípios do Governo de Sociedade

A SATA fomenta internamente uma cultura de controlo, segregação de funções e prevenção de conflitos de interesses, e ao mesmo tempo, promove também o princípio da transparência e integridade com o mercado.

Com vista a garantir o envolvimento de todos os seus *stakeholders*, a SATA procede à divulgação de todas as informações de carácter corporativo, estratégico e relacionadas com alterações da sua envolvente que afetem a sua operacionalidade, de forma responsável e verdadeira. A elaboração de pareceres sobre a situação económico-financeira da SATA, assegurada pelo seu órgão de fiscalização, contribui para a tomada de decisão informada por parte do acionista.

- Adaptabilidade
- Auditoria
- Prevenção de conflito de interesses
- Controlo
- Integridade com o mercado
- Respeito
- Responsabilização
- Segregação de funções
- Transparência

Órgãos de Gestão – SATA Air Açores

A estrutura de Governo das empresas da SATA assenta no Modelo Latino, que prevê a existência de 3 órgãos de gestão, encontrando-se perfeitamente definidos, nos estatutos societários as suas funções e as suas regras de funcionamento.

Os órgãos sociais atuais da SATA Air Açores foram eleitos a 13 de agosto de 2018, para o triénio 2018-2020.

Responsabilidades

Assembleia Geral	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar e aprovar documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, deliberando sobre a aplicação de resultados do exercício, alterações de participação de capital, aumentos de capital e contratação de empréstimos (nas condições previstas); • Analisar e aprovar as linhas e as orientações de carácter estratégico; • Eleger os membros dos órgãos sociais, definindo a fixação e alteração da sua remuneração.
Fiscal Único	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalizar a administração da empresa relativamente ao cumprimento da lei, estatutos e regulamentos aplicáveis; • Verificar e elaborar um parecer sobre os documentos de prestação de contas através da realização de auditorias internas, assegurando o cumprimento dos <i>standards</i> internacionais definidos.
Conselho de Administração	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir os negócios da empresa e tomar decisões relativas ao objeto social que são da sua exclusiva competência e responsabilidade; • Aprovar os principais objetivos, políticas e orientações de gestão; • Monitorizar e garantir o alinhamento dos objetivos, políticas e orientações com as atividades a desenvolver, no sentido de satisfazer e maximizar os interesses do acionista.

Assembleia Geral

Presidente	Vice-Presidente	Secretário	Reuniões	Remuneração
Noé Venceslau Pereira Rodrigues	Cristina Paula Ribeiro Amaral	Joana Torres Decq Mota	<p>N.º reuniões: 6</p> <p>% de participação: 100%</p> <p>Principais deliberações: - Aprovação do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2018</p>	A política de remunerações da SATA não contempla qualquer componente remuneratória relativamente aos membros que compõe a Assembleia Geral, pelo que estes não auferem qualquer

			<ul style="list-style-type: none"> - Deliberação sobre a Proposta de Aplicação de Resultados - Eleição do Conselho Fiscal - Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal - Apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade 	remuneração pelo exercício das suas funções enquanto membros que compõe este órgão social.
--	--	--	---	--

Conselho Fiscal


Nome do Presidente	Vogais		Remuneração
Manuel Luís Fernandes Branco	Carlos Eduardo Ferreira Oliveira	Sofia Teves Mendonça	Foi fixada a remuneração mensal de 600 euros para o Presidente, e de 400 euros para os restantes vogais.



Revisor Oficial de Contas

Nome do Fiscal Único	Data da primeira designação	N.º de mandatos	Duração do mandato	Remuneração
Duarte Giesta, SROC	2010	Quarto mandato	3 anos civis	A remuneração do Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único é de 14.358€ pelos serviços de auditoria e revisão legal das contas efetuados.
Catarina Isabel Furtado Pacheco	Suplente	-		

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 3 administradores executivos, encontrando-se perfeitamente definidas quais as responsabilidades e as áreas de competência do negócio de cada um.

Nome do membros do Conselho de Administração	Pelouros	Indicadores
<p>Presidente da SATA Air Açores <i>Chief Executive Officer</i></p> <p>António Luís Gusmão Teixeira</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretariado Geral • Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão • CCO • Gabinete de Auditoria e Qualidade de Serviço • Direção Geral Comercial • Gabinete de Comunicação Institucional e Imagem • Direção de Contabilidade e Finanças • Serviços Jurídicos e Corporativos 	<p>N.º reuniões: 33</p> <p>% de participação: 78,8%</p> <p>Principais deliberações:</p> <p>- Apreciação do Relatório e Contas relativo à SATA Air Açores, referente ao exercício de 2018 e, em virtude, deliberação de requisição ao Presidente da Assembleia Geral de convocação de Assembleia Geral, a fim da mesma deliberar o que acionista entender mais conveniente.</p>
<p>Vogal Executivo da SATA Air Açores</p> <p>Ana Maria da Silva Azevedo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • DGO • Accountable Manager • Gabinete de Segurança • Gabinete de Monitorização da Conformidade • Gabinete de Segurança Operacional • Gabinete de Inflight • Direção de Operações de Voo • Direção de Treino e Formação 	<p>Remuneração:</p> <p>A política de remuneração dos membros do Conselho de Administração é definida de acordo com os Estatutos do Gestor Público Regional e com os Estatutos da SATA. A remuneração dos membros do Conselho de Administração é</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Direção de Treino e Instrução de Tripulações • Direção de Manutenção e Engenharia • Direção de Operações Terrestres 	<p>constituída por uma componente fixa, que, de acordo com o artigo 25º dos Estatutos do Gestor Público Regional, é fixada por deliberação em Assembleia Geral, sendo que na sua determinação existem três fatores que são tidos em consideração:</p>
<p>Vogal Executivo da SATA Air Açores</p> <p>Vítor Manuel Francisco da Costa</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Direção de Recursos Humanos • Gabinete de Legislação e Relações Laborais • Direção de Sistemas de Informação • Gabinete de Segurança, Saúde e Ambiente • CFAA • Direção de Compras e Logística 	<ul style="list-style-type: none"> - As responsabilidades assumidas, complexidade e exigência das mesmas; - Desempenho do membro do órgão social; - Práticas remuneratórias dos principais pares. <p>Os membros do Conselho de Administração só auferem remuneração pelas funções de gestores públicos que desempenham na SATA Air Açores. O valor mensal da remuneração dos Presidentes do Conselho de Administração é de 5783€, e dos Vogais do Conselho de Administração é de 5022€.</p>

Durante o ano de 2019 e início de 2020, ocorreu a renúncia dos membros do Conselho de Administração apresentados acima. As datas de apresentação de renúncia do anterior Conselho de Administração foram as seguintes: António Luís Teixeira – 30 setembro 2019; Ana Azevedo – 06 dezembro 2019; e Vítor Costa – 06 de janeiro de 2020.

A 07 de janeiro de 2020, foram nomeados os novos e atuais administradores do Grupo SATA: Luís Rodrigues, Teresa Gonçalves e Mário Chaves.

Luís Manuel da Silva Rodrigues

Teresa Mafalda Pais de Moura Gonçalves

Mário Rogério Carvalho Chaves

Presidente da SATA Air Açores
Chief Executive Officer

Vogal Executivo da SATA Air Açores

Vogal Executivo da SATA Air Açores



Pelouros:

- Secretariado Geral
- Auditoria
- Assessoria de Imprensa
- SATA Gestão de Aeródromos
- Direção de Recursos Humanos
- Comunicação

Pelouros:

- Direção de Contabilidade e Fiscalidade
- Direção de Gestão e Tesouraria de Clientes
- Direção de Compras e Logística
- Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão
- Serviços Jurídicos Corporativos
- Relações Laborais

Pelouros:

- Gabinete de Segurança (SP e S4)
- Gabinete de Monitorização Conformidade (SP e S4)
- Gabinete de Segurança Operacional (SP e S4)
- Direção de Operações de Voo (SP e S4)
- Direção de Treino e Formação (S4) e Direção de Treino e Instrução de Tripulação (SP)
- Direção de Continuidade da Aeronavegabilidade (SP e S4)
- Direção de Manutenção de Aeronaves (S4) e Direção de Manutenção e Engenharia (SP)
- Direção de Operações Terrestres
- Direção de Handling
- CCO
- Direção de Sistemas de Informação
- Direção de Marketing e Vendas
- Direção de Rede e Receita
- Carga e Correio
- Charters

Envolvente externa

O setor do transporte aéreo, especialmente a SATA, está altamente exposta às variações nos níveis de procura e consumo, ficando condicionado à conjuntura a nível internacional, nacional e da própria região.

Contexto Institucional

O Grupo SATA continuou a adaptar-se à liberalização do mercado e à entrada das *low-cost carriers*.

Dado que integra o Setor Público Empresarial Regional (SPER), no Grupo SATA é mantida uma presença sindical relevante. No universo total de colaboradores (efetivos e sazonais) pode estimar-se que a filiação, distribuída por 5 sindicatos com maior expressão, situar-se-á na ordem dos 78%, assumindo 87% no segmento do pessoal de voo (tripulantes de cabine e pilotos) e 98% quando circunscrita aos pilotos. Em simultâneo, a Comissão de Trabalhadores assegura a representatividade de todos os trabalhadores.

Na gestão do ativo paz social, os sindicatos e comissão de trabalhadores assumem-se como parceiros essenciais na definição das opções estratégicas de recursos humanos e sustentabilidade da Empresa. Interação mais crítica no período de referência, por compreender fortes expectativas de correção salarial - superação das limitações de natureza legal 2011/2017, que impuseram a proibição de valorizações retributivas - e que tendo em essência sido contidas em 2018, tornaram-se incontornáveis no exercício corrente.

A conflitualidade enunciada, tendo na sua génese essencialmente reivindicações de valorizações salariais, diretas por atualização de tabelas salariais ou indiretas, por modificação de regimes de prestação de trabalho com reflexos nas contrapartidas remuneratórias, foi superada com os seguintes compromissos:

- Protocolo com técnicos de manutenção de aeronaves sobre regime de trabalho no último dia do turno.
- Alteração estrutural das condições de trabalho previstas em acordo de empresa dos pilotos, com tabelas salariais fixadas para três anos (2019/2021).

Contexto Macroeconómico

De acordo com o relatório de Orçamento do Estado para 2020, a atividade económica e comércio mundial abrandaram em 2019, num contexto marcado por persistentes tensões comerciais e elevada incerteza geopolítica, em particular pelo recrudescimento de tensões comerciais entre os EUA e a China e a instabilidade política em diversos países europeus, com especial destaque para a extensão do prazo de saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*).

Em 2019 a atividade económica dos EUA terá abrandado para 2,3% (2,9% em 2018), refletindo a dissipação do efeito da política fiscal expansionista encetada em 2016 e o impacto de novas medidas protecionistas. Adicionalmente, a procura interna tem vindo a revelar-se fundamental para assegurar alguma resiliência ao crescimento económico dos EUA. Nas restantes economias avançadas, destaca-se, também, a desaceleração da economia do Reino Unido, cujo crescimento, após um pico de 2,6% em 2014, tem-se mantido numa trajetória descendente, tendo o PIB desacelerado para 1,4% em 2018 e estimando-se que se mantenha em torno deste valor em 2019.

A procura interna da zona euro apresentou um crescimento moderado, num contexto de condições de financiamento favoráveis, aumento do rendimento disponível das famílias e evolução positiva do mercado de trabalho. A taxa de desemprego deve diminuir para 7,6% em 2019, um decréscimo face ao período anterior à crise financeira internacional. Em consequência do enfraquecimento do comércio global, registou-se um abrandamento das exportações de bens e serviços.

Em 2019, a taxa de inflação manteve-se numa tendência de redução, quer nas economias avançadas (de 2% em 2018 para 1,5% em 2019), quer na zona euro (de 1,8% em 2018 para 1,2% em 2019, afastando-se do objetivo de 2%), neste caso em resultado do abrandamento expressivo dos preços de energia e da absorção pelas empresas do aumento dos custos de trabalho.

PIB, taxa de variação, em %

	2019E	2020P	2021P
Economia mundial	2,9	3,2	3,4
Economias avançadas	1,7	1,6	1,6
EUA	2,3	2,0	1,7
Canadá	1,5	1,8	1,8
Zona Euro	1,2	1,3	1,5
Reino Unido	1,3	1,4	1,5

E - Estimativa

P - Projetado

Fonte: FMI, World Economic Outlook Update, janeiro 2019

Num contexto de ausência de pressões inflacionistas, persistência de elevada incerteza e arrefecimento económico, a zona euro e os EUA prosseguiram políticas monetárias expansionistas com o objetivo de atenuar os efeitos de uma conjuntura internacional menos favorável. Em 2019, a política monetária da zona euro e dos EUA caracterizou-se por uma orientação acomodatória.

Destaca-se, ainda, a decisão do Banco Central Europeu (BCE), em setembro de 2019, de baixar as taxas de juro de facilidade de depósito para -0,50% (-0,40% entre março de 2016 e agosto de 2019) e retomar o programa de compra de ativos (*Asset Purchase Programme*) num montante mensal de 20 mil milhões de euros, a partir de novembro, com vista a estimular o financiamento da economia.

Conjuntura Nacional

De acordo com atuais projeções do Banco de Portugal (2019-2022) para a economia portuguesa, a mesma deverá prosseguir uma trajetória de desaceleração da atividade económica de 2,4% em 2018 para 1,6% em 2022 (nomeadamente, 1,7%, 1,6% e 1,6%, respetivamente em 2020, 2021 e 2022). Estas projeções fazem parte do exercício de projeção do Eurosistema de dezembro de 2019, e como tal são condicionadas num conjunto de hipóteses externas comuns a todos os países da zona euro. De acordo com estas hipóteses, o enquadramento externo da economia portuguesa tornou-se menos favorável em 2019, perspetivando-se uma recuperação modesta do ritmo de crescimento do PIB.

A desaceleração da atividade em 2019 reflete a manutenção do dinamismo da procura interna e um menor crescimento das exportações. No horizonte de projeção destaca-se que o principal contributo para o crescimento da atividade permanece associado à procura interna, no entanto o mesmo será progressivamente menor.

De acordo com o relatório de Orçamento do Estado para 2020, no que se refere ao mercado de trabalho, em 2019 o mesmo manteve uma dinâmica positiva nos primeiros nove meses do ano, caracterizada pelo crescimento mais moderado do emprego, por uma elevada taxa de participação e pela redução da taxa de desemprego, que se situa abaixo da registada na zona euro.

PIB, taxa de variação, em %

	2018	2019 P	2020 P	2021 P	2022 P
PIB	2,4	2,2	1,7	1,6	1,6
Consumo privado	3,1	2,3	2,1	1,9	1,7
Consumo público	0,9	0,5	0,8	0,8	0,8
Formação Bruta de Capital Fixo	5,8	7,3	5,4	4,8	4,3
Procura Interna	3,3	3,1	2,6	2,2	2,0
Exportações	3,8	2,8	2,6	2,8	3,0
Importações	5,8	5,4	4,6	4,2	3,9
Emprego	2,3	1,0	0,8	0,4	0,1
Taxa de Desemprego	7,0	6,3	5,9	5,6	5,6

P - Projetado

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico, dezembro 2019

Conjuntura Regional

De acordo com os dados publicados no Serviço Regional de Estatística dos Açores, a taxa de inflação média de 2019 dos Açores registou-se em 0,47%, superior quando comparada com a taxa a nível nacional (0,34%).

A taxa de desemprego regional no 4.º trimestre (7,5%), situou-se acima da média nacional (6,7%), o que corresponde a um aumento de 0,6 p.p relativamente ao trimestre homólogo. A taxa de desemprego anual fixou-se nos 7,9%, registando-se uma redução de 0,7 p. p. face ao ano anterior.

Em 2019, verificou-se um aumento da população empregada nos setores secundário e terciário, 10,3% e 0,9% respetivamente, verificando-se um decréscimo de 15,0% no setor primário. No que diz respeito à taxa de emprego, por setores de atividade nos últimos

três meses do ano, comparativamente com o período homólogo, verificaram-se diminuições nos três sectores, de 11,7% no sector primário, 12,3% no secundário e 1,0% no terciário.

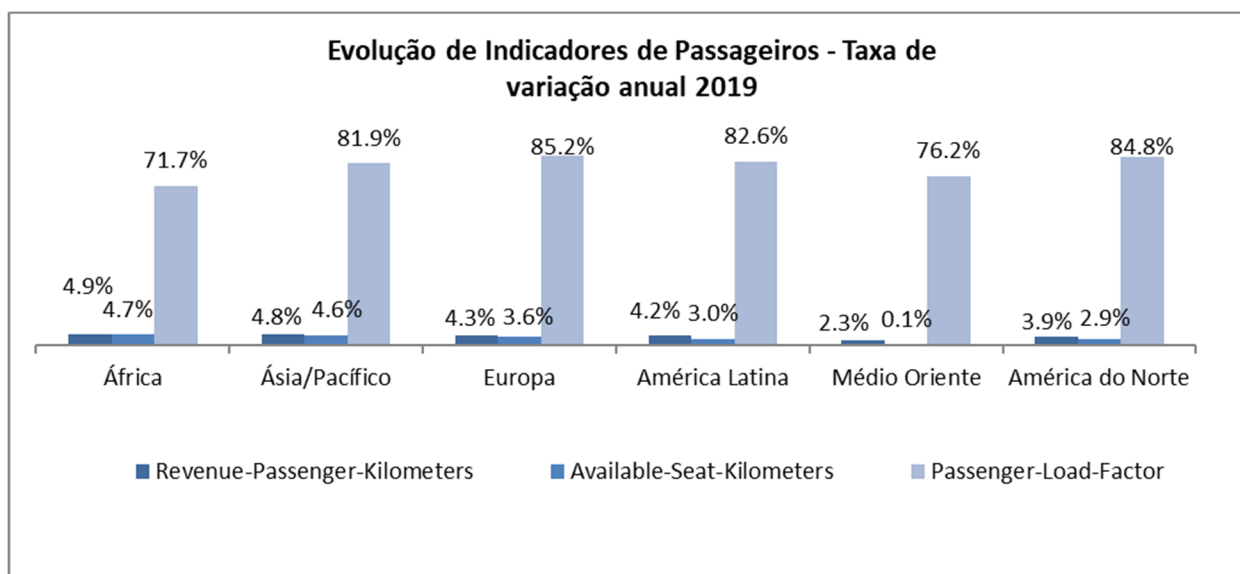
No que se refere à evolução das dormidas, de janeiro a dezembro de 2019, os diversos tipos de estabelecimentos hoteleiros da Região Autónoma dos Açores registaram um aumento das dormidas face ao ano anterior – apuraram-se 3.008,7 mil dormidas, dos quais 1.896,3 em hotelaria tradicional (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos e pousadas). Neste tipo de hotelaria, registou-se um aumento de 0,6% nas dormidas, relativamente ao período homólogo de 2018.

Em 2019, os residentes em Portugal registaram 1.221,6 mil dormidas, o que traduz um aumento de 16,9% comparativamente a igual período de 2018. As dormidas dos residentes no estrangeiro atingiram as 1.787,1 mil dormidas, refletindo uma variação homóloga positiva de 17,7%. O mercado norte-americano (EUA e Canadá) concentrou 13,1% do total das dormidas dos residentes no estrangeiro, cerca de 206,2 mil dormidas, seguido da Alemanha com um peso de 11,9%. Espanha (5,6%), França (5,2%), Reino Unido (3,2%) e Holanda (3,1%) foram os outros mercados com peso significativo nas dormidas nos Açores.

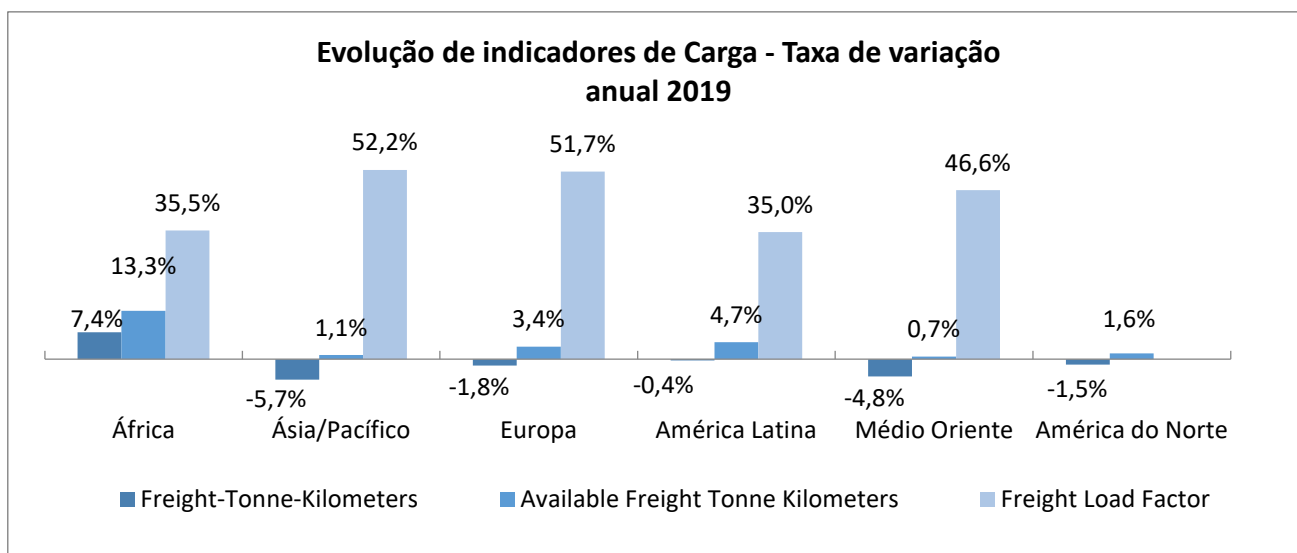
A ilha que concentrou maior número de dormidas neste período, foi a de São Miguel, seguida da Terceira, do Faial e do Pico, respetivamente com 2.072,5 mil (68,9%), 391,8 mil (13,0%), 193,0 mil (6,4%) e 170,3 mil (5,7%) dormidas.

Contexto no Setor de Transporte Aéreo

Em 2019 verificou-se um crescimento no tráfego aéreo de passageiros de 4,2% face ao ano anterior, decorrente do decréscimo nos últimos anos dos custos de viagens, o que originou o aumento do crescimento da receita de passageiros por quilómetro (RPKs).



2019 foi um ano de decréscimo no tráfego de carga (*Freight-Tonne-Kilometers – FTKs*), que não se verificava desde 2012, em todas as regiões (3,3%), à exceção de África que registou um crescimento de 7,4%.



Durante o ano manteve-se a presença da Ryanair e a TAP tem demonstrado um posicionamento de maior "agressividade" nas tarifas disponibilizadas. A TAP incrementou a sua oferta na rota LIS-PDL-LIS pressionando ainda mais o *market share* das outras companhias na referida rota. Para o mercado da América do Norte, há a possibilidade de a concorrência da Delta Airlines ser substituída pela TAP no Toronto-Ponta Delgada (duas vezes por semana) e da TAP no Boston-Ponta Delgada (três vezes por semana).

Regulação

A SATA assume, ao mais alto nível de gestão, o comprometimento em desenvolver a sua atividade, numa base diária, em conformidade com um conjunto de leis e regulamentos internacionais, comunitários, nacionais e regionais.

Principais alterações legislativas com impacto na gestão do SATA em 2019

- Lei n.º 58/2019 de 9 de agosto, impactante no exercício de proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.
- Regulamento 1/2018 de 30 de novembro, relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados.
- Decreto Legislativo Regional n.º 1/2019/A, de 7 de janeiro (Diploma Orçamento RAA), impactante no exercício do direito à negociação coletiva e, *inter alia*, condiciona valorizações salariais.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2019/A, de 24 de janeiro (diploma de execução orçamental RAA), *inter alia*, condiciona valorizações salariais.
- Decreto Lei 123/2018 de 28 de dezembro, que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.
- Lei n.º 90/2019 de 4 de setembro, que reforça a proteção na parentalidade, alterando o Código de Trabalho (Lei n.º 7/2019 de 12 de fevereiro) e os Decretos-Leis n.os 89/2019, de 9 de abril (que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente), e 91/2019, de 9 de abril (que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade).
- Lei n.º 93/2019, de 4 de setembro (décima quinta alteração ao Código do Trabalho), *inter alia*, alteração substancial do regime da contratação a termo.

Tendências regulatórias que afetarão a SATA no futuro:

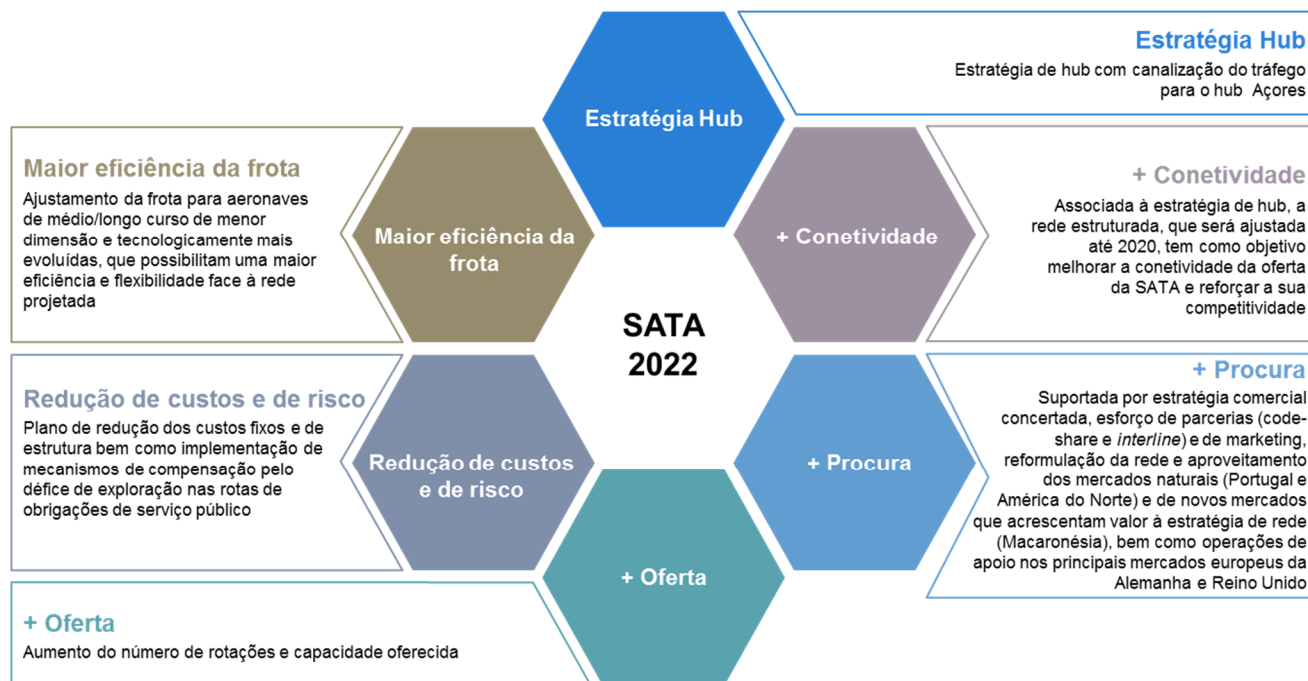
- Suspensão do aumento de taxas aeroportuárias para o ano 2020;
- Situações de greve não estão a ser tendencialmente consideradas circunstâncias extraordinárias pela ANAC.

Estratégia

Plano de Negócios 2017-2022

Durante o ano de 2019, o Grupo SATA prosseguiu com a operacionalização do Plano de Negócios, mantendo as decisões estratégicas anteriormente assumidas, nomeadamente sobre os mercados que o Grupo pretende servir: ligações entre os Açores, o Continente Português, a América do Norte e os arquipélagos da Macaronésia.

Plano de Negócios 2017-2022

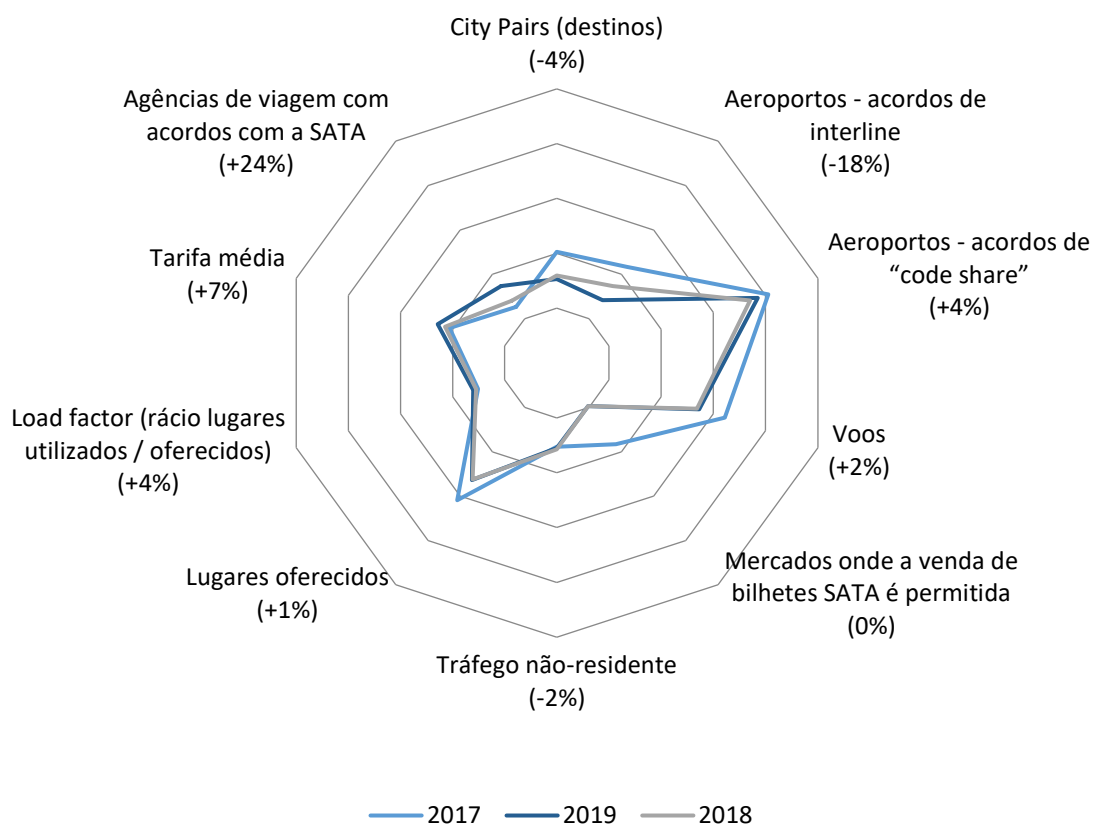


Para levar a cabo este plano de negócios, a SATA continuou a incentivar a venda dos Açores como destino turístico, tendo dado seguimento à estratégia de redução de custos, intensificação da promoção da SATA e da região nos mercados onde opera, inovação e eficiência.

Em 2019, a Azores Airlines manteve a aposta na estratégia de rede centrada no seu *hub* Açores. Neste sentido reforçamos as frequências entre os Açores e a América do Norte, nomeadamente com Boston e Toronto, bem como entre os Açores e Cabo Verde, com vista a maximização da conectividade no *hub*.

A SATA Air Açores reforçou igualmente a sua oferta no interior da R.A.A., com incremento de frequências no verão, para fazer face ao aumento da procura que se vinha registando.

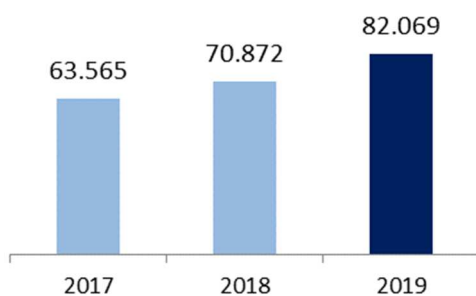
Evolução Conetividade SATA (2017-2019) – Grupo SATA



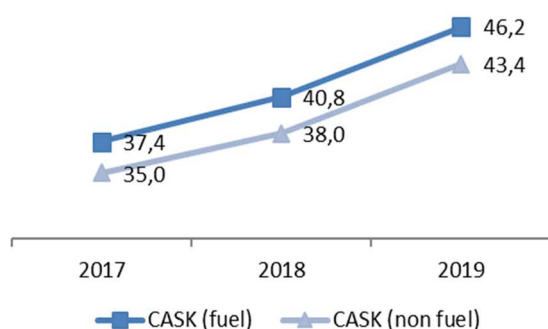
Os custos operacionais da SATA Air Açores aumentaram, em 2019, na ordem de 16%.

No que diz respeito ao CASK (um indicador importante de monitorização dos gastos operacionais para os operadores aéreos, e que indica o montante de gastos operacionais por lugar disponível por quilómetro percorrido), em 2019, voltaram a assistir-se a aumentos deste indicador. Na SATA Air Açores, verificou-se um aumento ao CASK, em 13% e 14%, com e sem fuel respetivamente.

Custos Operacionais - SATA Air Açores
(milhares de euros)



SATA Air Açores (cêntimos de euro)



A estratégia comercial em 2019, e para os próximos anos, centra-se no trabalho em conjunto com os agentes de viagens e *tour* operadores bem como na aproximação e consolidação da relação com associações várias do sector, de forma a criar parcerias e protocolos, fomentar ações e promoções conjuntas com vista a potenciar as vendas. Estas parcerias com agentes de viagens tradicionais (*offline*) são importantes, da mesma forma que o são as parcerias com agentes de viagens *online* (OTA's). O fortalecimento e solidificação do mercado digital em simbiose com o mercado tradicional (*offline*) permite potenciar e consolidar estes dois canais conduzindo à obtenção de melhores resultados.

A SATA Air Açores reforçou a sua oferta no interior da R.A.A., com incremento de frequências no verão, para fazer face ao aumento da procura que se tem vindo a registar nos últimos anos.

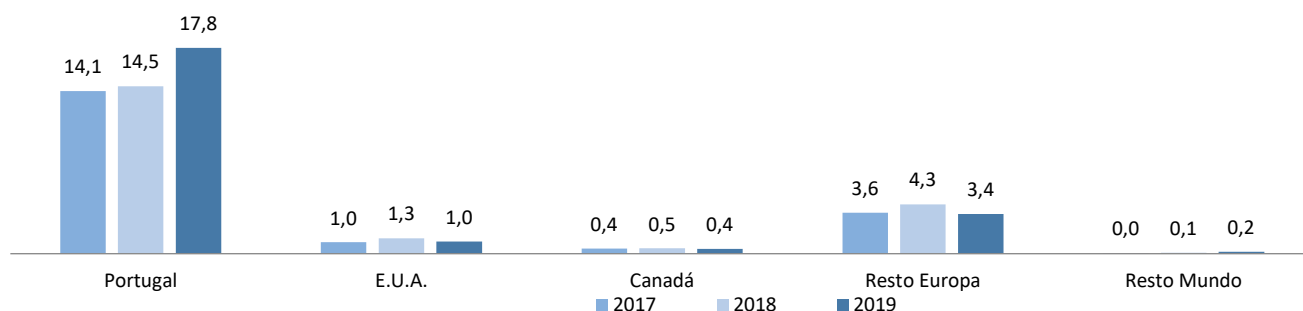
A SATA manteve o mesmo modelo tarifário que vinha aplicando nos anos anteriores e que assenta em: a) agrupamento dos diferentes produtos tarifários em *brands* (famílias) que partilham os mesmos atributos; e b) manutenção de alguns serviços adicionais como gratuitos (incluídos na tarifa), como por exemplo a franquia livre de bagagem de porão e a pré-reserva de lugar a bordo.

Este modelo tarifário permite à SATA ter uma vantagem competitiva comparativamente com alguns dos seus concorrentes, porquanto alguns dos atributos incluídos no preço são bastante valorizados pelos clientes, nomeadamente o tráfego residente e o tráfego étnico.

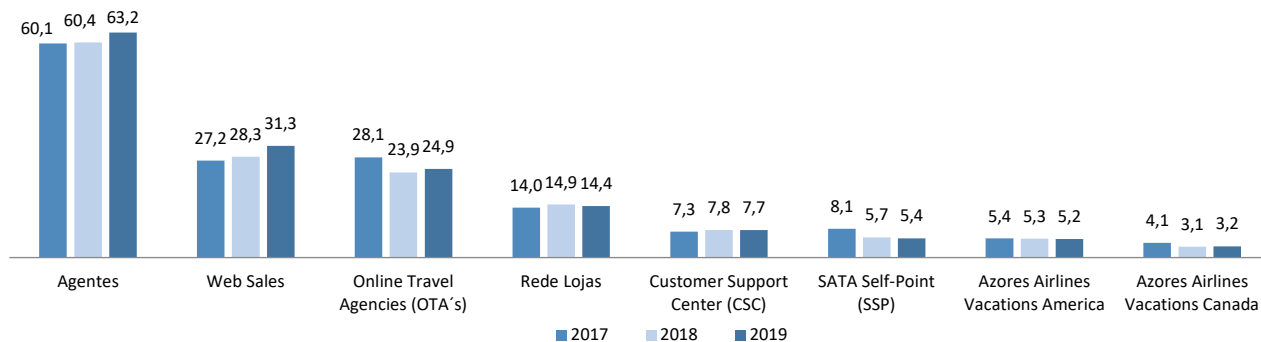
Evolução do Proveito por lugar disponível por quilómetro (RASK) – Grupo SATA

Mercado	2017	2018	2019	Var. 18/19
Doméstico	6,09	6,38	6,08	-0,30
América do Norte	5,26	4,81	5,73	0,92
Europa	3,97	4,04	4,38	0,34
África	4,04	3,34	3,94	0,60
RAA	12,31	12,55	13,13	0,58
Total	5,33	5,88	6,08	0,20

Evolução das receitas por mercado emissor (em milhões de euros) - SATA Air Açores



Evolução da receita por canal de venda (em milhões de euros) – Grupo SATA



Receita de serviços adicionais 2017-2019 – Grupo SATA

Mercado	2017	2018	2019	Var. 19/18
Domésticas	174 823 €	178 500 €	199 098 €	12%
América do Norte	2 866 215 €	3 860 022 €	4 518 579 €	17%
Europa	34 373 €	26 531 €	40 577 €	53%
África	4 767 €	20 133 €	22 431 €	11%
RAA	107 704 €	116 664 €	121 589 €	4%
Total	3 187 882 €	4 201 851 €	4 902 273 €	17%

Em 2019, a SATA potenciou a receita através da promoção serviços adicionais, assistindo-se a um aumento deste tipo de receita em cerca de 17% no total.

Rotas

Em 2019, na SATA Air Açores foram introduzidas em 2019 duas novas rotas, aumentando de 14 rotas previstas nas Obrigações de Serviço Público aos serviços aéreos no interior da Região Autónoma dos Açores, para 16 rotas em exploração.

Rotas regulares operadas por semana – 2017-2019 (Nº)

Mercado	2017	2018	2019	Var. 19/18
RAA (SP)	14	14	16	+2

As rotas de Ponta Delgada – Graciosa – Ponta Delgada e Ponta Delgada – Corvo – Ponta Delgada foram introduzidas no verão 2019, considerando o aumento da procura ponto-a-ponto entre as ilhas Graciosa e Corvo e a ilha de São Miguel que se têm vindo a verificar nos últimos anos.

No atual contexto de emergência de saúde pública, em que a Organização Mundial da Saúde declarou a pandemia de coronavírus (Covid-19), tem-se vindo a registar, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações em resultado desta pandemia Covid-19. Para fazer face a esta calamidade mundial, diversos governos, autoridades e agentes económicos implementaram um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global.

Por forma a mitigar os efeitos na Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional aprovou a Resolução do Conselho do Governo n.º 76/2020, de 25 de março de 2020, que veio suspender todas as ligações aéreas da SATA Air Açores entre todas as ilhas da Região, exceto os voos relativos ao cumprimento das obrigações de serviço público de transporte de carga e em casos de força maior. Assim, nas últimas semanas, a SATA Air Açores reduziu a sua atividade, mantendo apenas uma ligação diária, circular, entre as ilhas do Arquipélago dos Açores, em detrimento dos 40 voos diários habitualmente operados.

Apesar da reduzida atividade, tem-se mantido uma estrutura operacional mínima por forma a garantir a mobilidade inter-ilhas e o transporte de bens essenciais para a Região Autónoma dos Açores.

Os efeitos da disseminação do vírus estão, ainda, a ser analisados pelas autoridades competentes, tendo sido anunciado pela IATA, que devido à gravidade das restrições de viagem e à esperada recessão global, se estima que as receitas dos passageiros da indústria

na Europa possam cair 252 mil milhões de dólares ou 44% abaixo do valor de 2019. Estamos perante a mais grave crise de sempre, para indústria da aviação, sendo expectável impactos muito relevantes no transporte aéreo em todo o mundo.

Salienta-se o atual cenário de fecho de fronteiras devido à pandemia, sendo expectável que as severas restrições de viagens não serão levantadas antes de meados de maio.

Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, prevê-se que o setor do Turismo seja um dos mais afetados a nível mundial. Neste contexto, é já possível observar uma queda na procura de serviços de transporte aéreo a nível mundial, estando a Administração da SATA a acompanhar a situação com base na informação disponível e nas expectativas atuais quanto à evolução da disseminação do vírus.

Há que pensar no relançamento da economia no momento imediatamente a seguir ao alívio das restrições ao funcionamento dos mercados. O sector do turismo não é apenas prioritário para a manutenção da capacidade instalada e dos postos de trabalho durante a crise, mas é-o também pelo facto de previsivelmente o fim da pandemia coincidir com o início da época alta do turismo em Portugal. Tendo este sector um peso significativo no PIB nacional, deverão ser garantidas as condições essenciais para o seu funcionamento pleno em junho, julho, agosto e setembro, minimizando assim o valor negativo previsível para o crescimento do PIB português em 2020.

Uma coisa é certa, os restantes meses do ano 2020 continuarão a ser afetados pela evolução e ritmo da propagação do vírus Covid-19, especialmente se houver uma segunda vaga. Ninguém sabe o rumo que esta pandemia irá tomar. No entanto, acreditamos que este cenário poderá causar uma disrupção significativa nas estruturas económicas globais no segundo trimestre. Eventualmente, com algum otimismo, poderemos assistir a uma recuperação no segundo semestre do ano. Uma vez que estamos a lidar com elevados índices de incerteza, há a necessidade imperiosa de nos adaptarmos continuamente face às informações oficiais que nos chegam sobre este tema. É, assim, essencial, para a Sata, ajustar rapidamente a sua estratégia à realidade. Assim, foram tomadas um conjunto de iniciativas, que listamos abaixo.

Perante este cenário acima descrito, a Sata tem levado a cabo inúmeras iniciativas para controlar e reduzir custos e ter capacidade de tesouraria, a saber:

- i. Suspensão ou adiamento de investimentos não críticos;
- ii. Renegociação de contratos e prazos de pagamento com fornecedores;
- iii. Corte de despesas acessórias;
- iv. Suspensão de todo o trabalho extraordinário, salvo casos excecionais;
- v. Obrigatoriedade do gozo de folgas acumuladas e férias de períodos passados, durante os próximos 3 meses (abril, maio e junho);
- vi. Suspensão de todos os processos de recrutamento e seleção em curso ou previstos realizar, exceto os absolutamente indispensáveis para a continuidade da operação;
- vii. Suspensão de todos os processos de mobilidade interna em curso ou previstos realizar, exceto os absolutamente indispensáveis para a continuidade da operação;
- viii. Suspensão de todos os processos e ações de formação, internos e externos, exceto os absolutamente indispensáveis para a continuidade da operação e obrigatórios por lei; e
- ix. Medidas de apoio implementadas no âmbito do Covid19, pelo Governo Português, e às quais a Sata se candidatou, nomeadamente diferimento do pagamento de impostos, Lay-Off simplificado e medidas extraordinárias de apoio à manutenção de contratos de trabalho, aderindo também à medida extraordinária de proteção de clientes bancários através da moratória no pagamento de empréstimos bancários.

As iniciativas em curso na SATA e os impactos do COVID nas suas operações estão igualmente a ser acompanhadas e monitorizadas pelo acionista, o Governo Regional dos Açores.

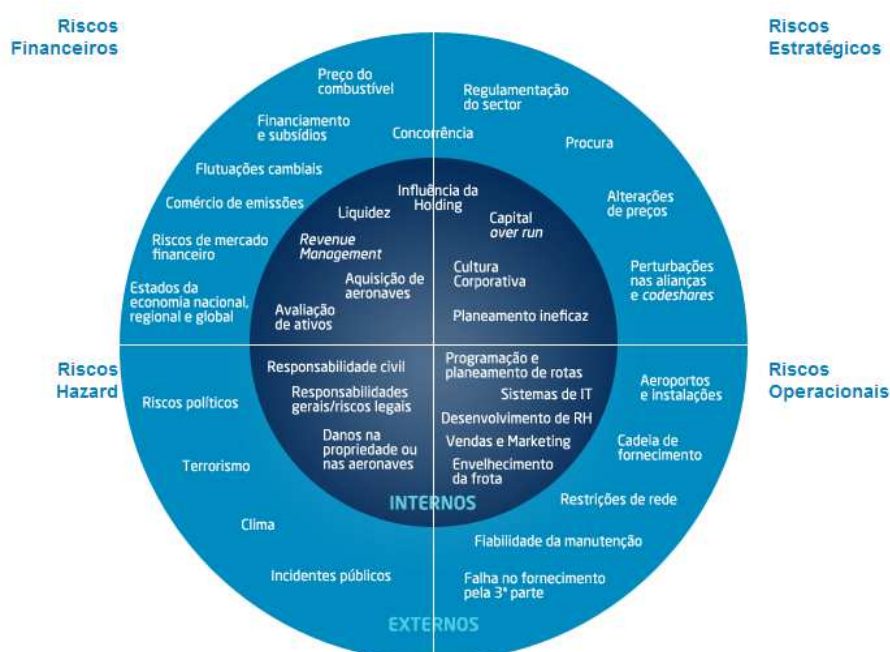
Gestão do Risco

A Gestão de Risco assume uma importância fundamental no dia-a-dia operacional e de gestão da SATA, presente em todos os processos, sendo uma responsabilidade de todos os colaboradores do Grupo, nos diferentes níveis hierárquicos da Empresa.

A gestão da SATA é suportada numa metodologia de gestão do risco, claramente definida e alinhada com as boas práticas do mercado, alinhada com a metodologia da *Enterprise Risk Management Integrated Framework/COSO II* e considera a recente norma ISO 31000:2009 – *Risk Management*. Esta metodologia visa assegurar um ambiente de controlo interno eficaz e minimizar o impacto dos riscos na organização, reduzir a incerteza e a volatilidade da sua ocorrência, tendo como fim último a sustentabilidade da SATA.

Em complemento, a SATA tem como referência a Matriz de Risco do Setor Aéreo que identifica quatro tipos de risco – riscos financeiros, riscos estratégicos, riscos *hazard* e riscos operacionais, os quais são geridos e monitorizados no dia-a-dia operacional.

Principais riscos do Grupo SATA



Mitigação dos tipos de riscos

Tipo do Risco	Risco	Como mitigar?
Riscos Financeiros	<p>Processo de reestruturação financeira</p> <p>A execução do Plano de Negócios tem associados alguns riscos operacionais, intrínsecos do setor e específicos do Grupo SATA, que são relevantes para a rentabilidade das operações e reposição da necessária sustentabilidade económica e financeira.</p>	
Riscos Estratégicos	<p>Regulamentação do Setor</p> <p>As constantes alterações ao nível da regulação e orientações internacionais a que a SATA está exposta, exigem uma monitorização orientada, eficaz e atempada para assegurar o sucesso das operações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorização assegurada pelo Gabinete Jurídico, com total apoio e colaboração dos membros da Gestão.
Riscos Operacionais	<p>Safety & Security</p> <p>A segurança da operação, dos colaboradores e dos clientes é a prioridade da SATA e todas as suas operações visam a mitigação do potencial risco de segurança a que estão expostos.</p> <p>Interrupção da Operação</p> <p>Várias áreas operacionais da SATA, pela própria natureza das suas funções, podem ser afetadas por situações que podem afetar o normal funcionamento da operação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência do <i>Safety Management System (SMS)</i>. • Monitorização de dados de voo (<i>Flight Data Monitoring</i>). • Plano de Resposta a Emergências (<i>Emergency Responsive Plan</i>). • Existência medidas de <i>security</i>. • Realização de processos periódicos de auditoria internos e externos, transversais a todas as áreas de negócio. • Avaliação de riscos profissionais com identificação dos perigos e as respetivas medidas mitigadoras, por local de trabalho e função. • Formação dos colaboradores. • Medidas de Gestão de Riscos de Interrupção da Operação

Riscos Hazard	Desastres naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Contratualização de seguros que não coloquem em causa a continuidade do negócio e os objetivos estratégicos da SATA. • Existência de um Grupo de Gestão de Emergência SATA, que suportado no Manual de Procedimentos de Emergência, atua nas várias situações de crise.
Riscos Socio-Laborais	Relações laborais	<ul style="list-style-type: none"> • Existe um Gabinete de Relações Laborais que garante e motiva uma relação de diálogo aberto com as várias unidades sindicais.
Riscos Políticos	Políticas regionais e nacionais	<ul style="list-style-type: none"> • O Conselho de Administração adota uma postura de diálogo com o seu acionista no sentido de assegurar o cumprimento e o alinhamento dos melhores interesses das várias partes envolvidas.
Outros Riscos	Ética e cultura organizacional	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação do Código de Ética junto dos colaboradores, que integra princípios de equidade e respeito, lealdade, confidencialidade, relação com entidades externas, uso de bens da empresa, conflito de interesses e comportamentos não éticos, conhecimento e inovação, qualidade do serviço, segurança e saúde, qualidade do serviço, ambiente, responsabilidade social. Existe um canal de reporte interno de comportamentos não-éticos e de receção de reclamações relacionadas. • No ano 2019, em formatos diferenciados, como notas em Livro de Reclamações, contatos com Customer Care, Comunicados de estruturas representativas de trabalhadores, exposições de colaboradores, relatórios de auditoria interna ou pontos questionados em contencioso administrativo e judicial, foram suscitados aspetos da temática de ética e cultura organizacional, com dimensão de melhoria que, e quando fundamentadas as situações, mereceram ações de necessária e desejável correção. • Plano de Prevenção de riscos e corrupção e infrações conexas que abrange todas as operações das empresas do Grupo.

Desempenho Financeiro

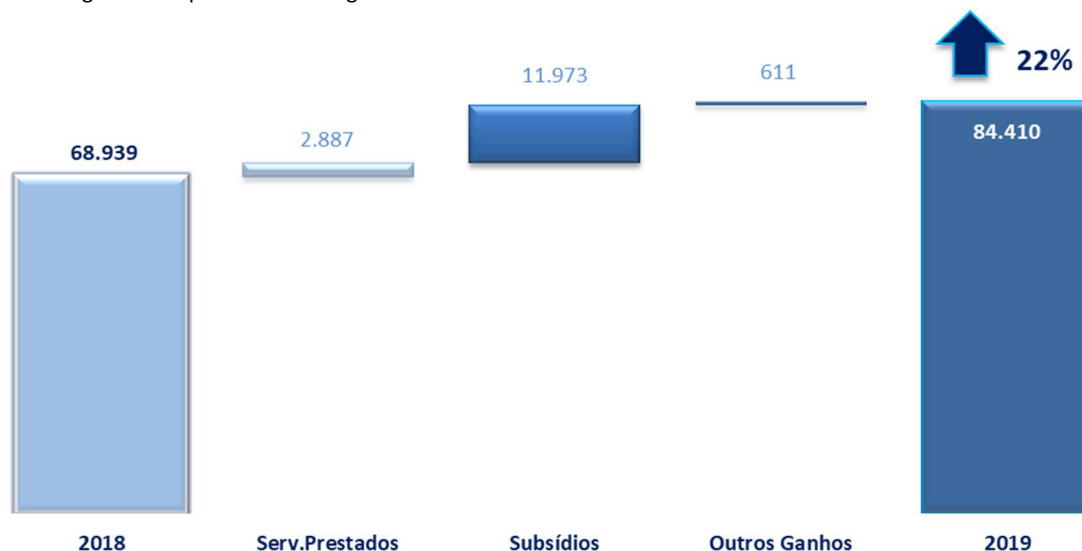
O exercício de 2019 fica marcado na SATA Air Açores por uma recuperação de 4,5 milhões euros nos seus resultados operacionais.

Ganhos operacionais

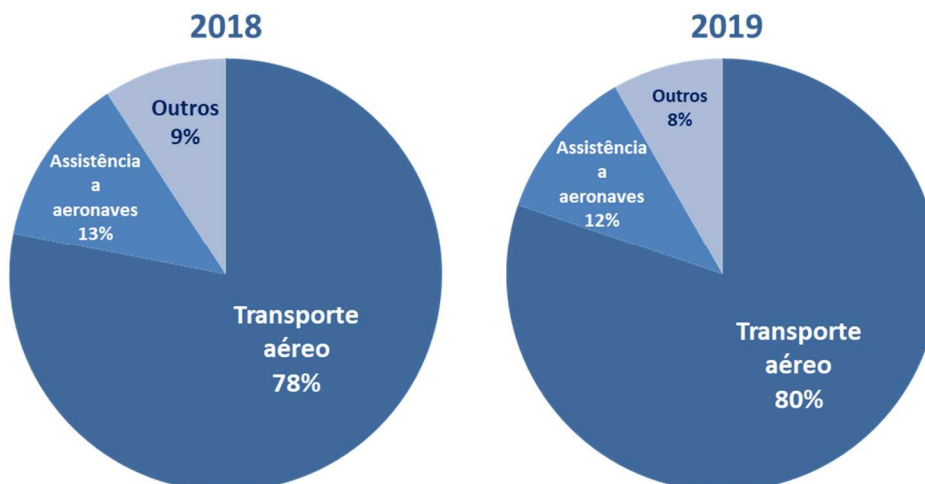
Ganhos operacionais (milhares de Euros)	2017	2018	2019
Serviços prestados	36.191	37.908	40.795
Subsídios	30.466	30.835	42.808
Outros ganhos	1.776	196	807
	68.434	68.939	84.410

Em 2019, o volume de Ganhos Operacionais apresentou, face ao ano de 2018, um crescimento significativo na ordem dos 15 milhões de euros, consolidando a tendência de crescimento verificada ao longo do triénio 2017-19. Destaque para o aumento do volume de Subsídios à Exploração recebidos no âmbito do contrato de Obrigações de Serviço Público de transporte aéreo de passageiros e carga na Região Autónoma dos Açores, cujo valor aumenta face a 2018 cerca de 12 milhões de euros, sendo em grande parte por via do acréscimo de Reequilíbrio Financeiro de acordo com o atual contrato de O.S.P atualmente em vigor.

No gráfico abaixo, evidenciamos as variações nas rubricas mais relevantes de rendimentos auferidos ao longo de 2019 e respetiva variação face ao registado no período homólogo.



Os Rendimentos Operacionais (incluindo subsídios) por segmento detalham-se do seguinte modo:



Gastos operacionais

Gastos operacionais (milhares de Euros)	2018	2019
a. Combustíveis e Lubrificantes	4.855	5.045
b. Comunicações	4.158	4.695
c. Cedência de Pessoal	1.755	1.601
d. Rendas e alugueres	2.996	2.830
e. Serviços relativos a tráfego	3.815	3.513
f. Taxas relativas a voo	1.572	1.679
g. Conservação e reparação	290	342
h. <i>Handling</i>	595	564
i. Comissões	1.301	1.269
j. Aluguer de motores	3.689	5.358
k. Deslocações e estadas	230	259
l. Limpeza e higiene	718	779
m. Gastos com o pessoal	32.476	35.912
n. Depreciações	7.326	8.557
o. Outros gastos operacionais	5.095	9.666
	70.872	82.069

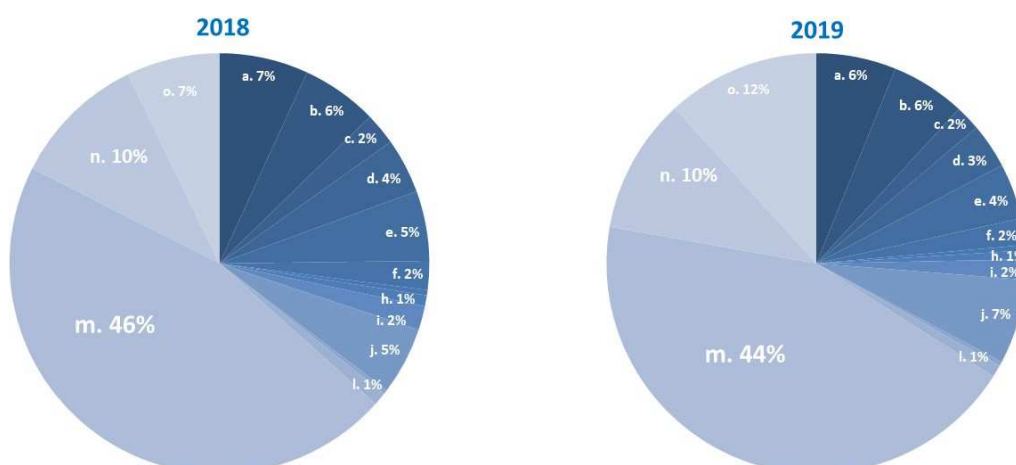
Face ao exercício de 2018, assistimos a um aumento (+16%) de aproximadamente 12 milhões de euros no valor de gastos operacionais reportados.

À semelhança do verificado nos exercícios anteriores na SATA Air Açores, a rubrica de Encargos com Pessoal, com um crescimento (+11%) face ao período homólogo, aproximadamente 3,4 milhões de euros, assume o maior contributo para a totalidade do volume de Gastos Operacionais, representando cerca de 44% do valor total reportado a 31 de dezembro de 2019.

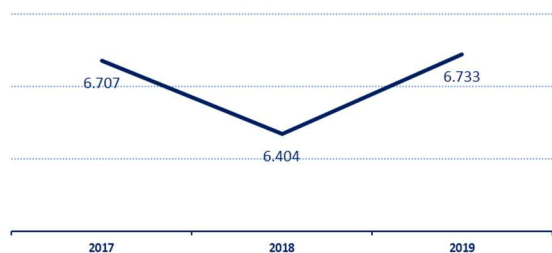
Face aos valores registados no exercício anterior, destaca-se o aumento do valor na rubrica de “Aluguer de motores”, cujo crescimento se explica pelo maior número de motores intervencionados em 2019, obrigando assim a SATA Air Açores a recorrer ao aluguer como forma de mitigar os impactos operacionais das manutenções previstas ao nível dos motores de ambas as frotas DASH, cujos custos, após capitalizados são reconhecidos via rubrica de depreciações.

Peso dos gastos operacionais

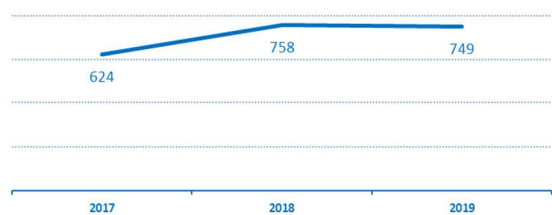
Abaixo encontramos a evolução da contribuição individual de cada uma das rubricas acima evidenciadas para o total de gastos operacionais da SATA Air Açores.



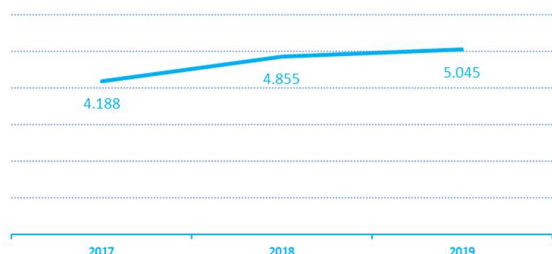
Consumo de jetfuel das aeronaves (t)



Preço médio do jetfuel (EUR/ton)



Gastos incorridos com jetfuel (mEUR)



A evolução dos gastos com jet fuel é fortemente influenciada pela cotação internacional do petróleo e seus derivados.

É principalmente através da monitorização de informação e implementação de estratégias de otimização de consumo que se procuram atingir melhorias ao nível da eficiência e conseqüente redução dos custos associados aos consumos das aeronaves utilizadas.

Os gastos com *jet fuel* para o exercício de 2019 apresentam um crescimento na ordem dos 4%, cerca de 190 mil euros face ao registado no ano anterior. Este aumento resulta do acréscimo operacional registado em 2019, (+5% horas de voo e +3% número de voos) com o conseqüente aumento do consumo na ordem dos 5%, cerca de 329 toneladas a mais comparativamente ao consumo de *jet fuel* registado em 2018.

A volatilidade e exógeneidade de ambas as variáveis, Brent e câmbio EUR/USD, são fatores determinantes na evolução e mensuração do impacto dos gastos com *jet fuel* e derivados nos resultados do exercício da SATA Air Açores.

Resultados

A evolução dos resultados para o período 2017-2019 apresenta-se do seguinte modo:

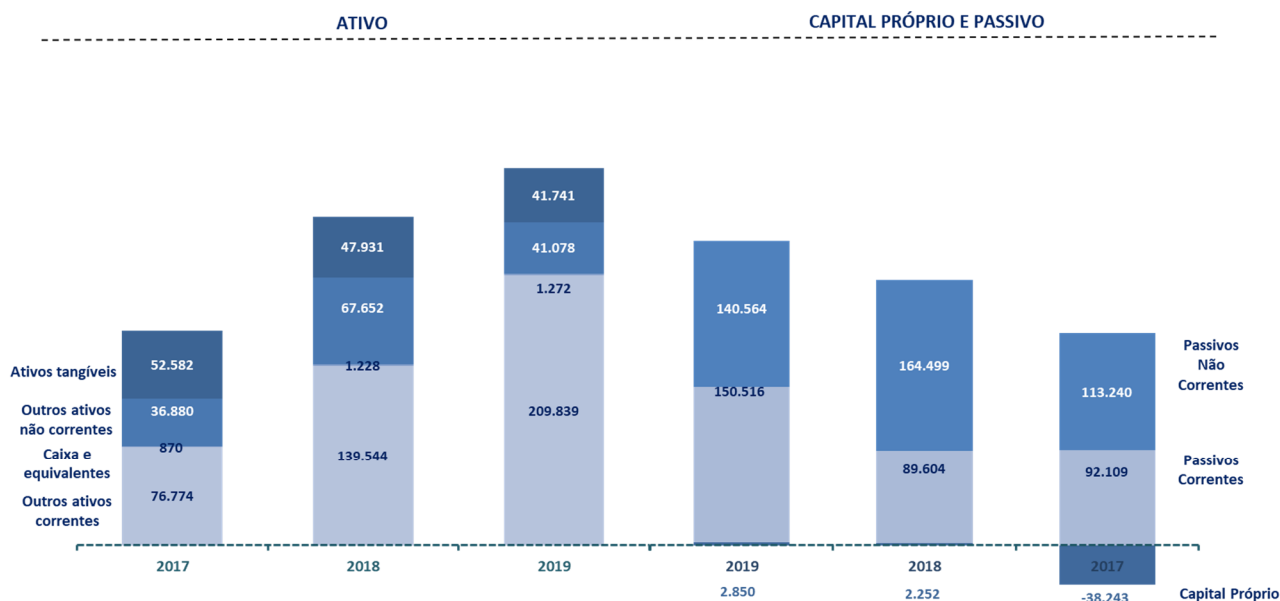
Reconciliação dos resultados (milhares de Euros)	2017	2018	2019
Ganhos operacionais	68.434	68.939	84.410
Gastos operacionais	(65.367)	(70.872)	(82.069)
<i>Depreciações, amortizações de ativos</i>	<i>(7.118)</i>	<i>(7.326)</i>	<i>(8.557)</i>
<i>dos quais Rendas e alugueres</i>	<i>(2.571)</i>	<i>(2.996)</i>	<i>(2.830)</i>
EBITDA	10.185	5.393	10.898
EBITDAR	12.756	8.389	13.728
Resultado operacional	3.067	(1.933)	2.341
Resultados Financeiros	(6.379)	(5.073)	(990)
Resultados antes de impostos	(3.313)	(7.006)	1.351
Imposto sobre o rendimento	(220)	4.426	629
Resultado líquido	(3.532)	(2.579)	1.980

Dos valores registados ao longo do triénio em análise, importa destacar a recuperação registada nos resultados operacionais da SATA Air Açores, por via do aumento do volume de ganhos operacionais entre 2018 e 2019 na ordem dos 15 milhões de euros, afetando de forma positiva os resultados reportados no final do exercício económico de 2019.

O crescimento registado nos Resultados Operacionais, associado a uma significativa melhoria na componente financeira na ordem dos 4 milhões de euros, impulsionam os resultados líquidos de 2019 para terreno positivo, com uma melhoria de 4,6 milhões de euros comparativamente aos valores reportados no final do exercício económico de 2018.

Posição financeira e liquidez

A estrutura da posição financeira da SATA Air Açores decompõe-se do seguinte modo:



No que diz respeito à Estrutura Financeira da SATA Air Açores S.A. importa destacar algumas das variações mais relevantes face aos valores registados e reportados no exercício anterior.

Os valores de Ativo na SATA Air Açores, sofreram um aumento de 15% face ao valor registado a 31 de dezembro de 2018, cerca de 38 milhões de euros, fruto do aumento de valor da rubrica de Outras Contas a Receber através de operações de recapitalização da SATA Air Açores e subsidiária SATA Internacional Azores Airlines, incrementando desta forma os valores de dívida intra-grupo.

Na estrutura de Financiamento, destacam-se na componente de Capitais Próprios os impactos da incorporação dos Resultados Líquidos em Capitais da SATA Air Açores, apresentando a rubrica de Resultados Transitados um saldo de 69 milhões de euros negativos.

No que às rubricas de Passivo respeita, o aumento de 51 milhões de euros da rubrica de financiamentos bancários apresenta-se como a maior variação a registar, sendo a componente corrente a mais penalizada com um aumento de 66 milhões de euros face ao valor registado em 2018, face a um decréscimo de 15 milhões de euros na componente não corrente desta mesma rubrica.

Os encargos referentes às locações de aeronaves deixam agora de ser considerados na rubrica de financiamentos bancários passando a estar registados na rubrica de Passivos por Obrigações Contratuais, resultado da adoção da IFRS 16 – Locações, cujo valor em 2019 ascende a 42 milhões de euros, menos 7 milhões de euros face ao valor registado em 2018.

Importa também destacar a evolução positiva da rubrica de Fornecedores, no que diz respeito a fontes de financiamento, com uma redução de aproximadamente 4 milhões de euros comparativamente aos valores registados a 31 de dezembro de 2018.

A evolução da dívida líquida, bem como do rácio Dívida Líquida/EBITDA, apresenta-se como se segue:

Dívida líquida (milhares de Euros)	2017	2018	2019
Financiamentos obtidos			
Não corrente	105.286	114.963	99.771
Corrente	47.817	38.553	104.704
Passivos com obrigações contratuais			
Não corrente	-	41.509	33.611
Corrente	-	7.917	8.343
Caixa e equivalentes de caixa	(870)	(1.228)	(1.272)
Dívida líquida	152.233	201.714	245.157
Dívida líquida/EBITDA	14,9	37,4	22,5

Segmentos de negócio

O Grupo SATA desenvolve a sua atividade em torno de quatro áreas de negócio.

Segmentos de negócio do Grupo SATA

01 Transporte Aéreo

- **SATA Air Açores:** Transporte aéreo de passageiros e carga nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira
- **SATA Internacional- Azores Airlines:** Transporte aéreo nas restantes rotas operadas pela SATA.

02 Assistência a aeronaves

- **SATA Air Açores:** Assistência a aeronaves que operam nos aeroportos da Região Autónoma dos Açores.



03 Gestão de aeródromos

- **SATA Gestão de Aeródromos:** Gestão integral de quatro aeródromos nas ilhas dos Açores – Pico, Graciosa, Corvo e São Jorge – e da aerogare das Flores.

04 Operadores Turísticos

- **Azores Airlines Vacations Canadá:** Consolidação da presença da SATA no mercado canadiano.
- **Azores Airlines Vacations America:** Reforço do posicionamento da marca SATA no mercado dos EUA.

01 Transporte Aéreo

O negócio de transporte aéreo divide-se em três atividades principais, com exigências distintas entre si: operações de voo, operações terrestres/*handling* e manutenção e engenharia.

Na **SATA Air Açores**, a operação decorreu com alguns constrangimentos. Ocorreu uma Greves dos técnicos de manutenção (SITEMA/SINTAC). Ocorreram irregularidades operacionais de outros operadores devido a condições meteorológicas nos voos com origem na ilha do Pico e Horta e destino Lisboa, que originaram a criação de voos extraordinários na SATA Air Açores. Adicionalmente, ocorreram ainda atrasos motivados por voos em atraso de outros operadores com passageiros de ligação para destinos dentro da RAA. Durante o ano existiu uma greve dos TMA's da SATA Air Açores.

O *Electronic Flight Bag* (EFB) consiste num sistema de informação a bordo que permite o acesso a informação operacional, de uma forma mais rápida e eficiente, com uma economia de papel, *tonners*, atividades de *back-office* e combustível, e consequente redução dos custos e da pegada ambiental, contribuindo para a manutenção dos padrões de segurança. Em 2019 ocorreram melhorias de *software* na aplicação *Aviobook* (EFB), com relevância para os *Operational Flight Plans* onde se mitigou a probabilidade de erros de submissão por parte dos pilotos e onde se verificam melhorias no campo *Briefing*. Foi ainda realizado um *upgrade* ao *Server TYPE II* na plataforma Avio EFB que assegurou maior estabilidade da aplicação.

Em termos de poupança de combustível, mantêm-se para 2019 as práticas de poupança implementadas nos anos anteriores. Está ainda previsto para 2020 equipar as aeronaves Q400 com *Enhanced Avionics* que irão trazer melhorias na eficiência de redução de combustível gasto.

No que toca à formação e treino de tripulações, foi realizada em 2019 uma formação suplementar teórica e de simulador dada no recorrente anual em *Adverse Weather Plus Radar Best usage practices*; formação em *Enhanced Avionics* para a frota Q400; e formação suplementar teórica dada no recorrente anual sobre *Performance*.

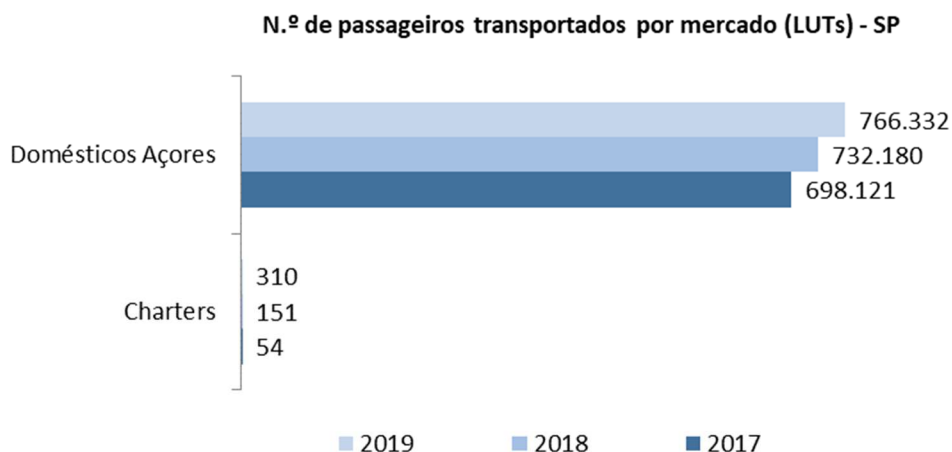
Face às iniciativas previstas para o ano, a introdução da *Performance* e *Weight and balance* (folhas de carga) em formato digital encontra-se contratualizada e em fase de desenvolvimento para futura implementação integrado na aplicação *Aviobook* dos EFB's. Adicionalmente, a certificação das aeronaves Q200 em P-RNAV/RNP APP/ADSB-Out aguarda aprovação da autoridade, estando já concluída a instalação de novos FMS's (*hardware* e *software*) nestas aeronaves. Por fim, Instalação dos novos FMS's (*Flight Management System*) nas aeronaves Q400 está prevista para 2020, ficando estes equipados com ADSB-OUT e *Enhanced Avionics*.

Foram realizados seis eventos de paragens planeadas, sendo dois com as aeronaves da frota Q200 e quatro com aeronaves da frota Q400, para o cumprimento de inspeções no âmbito do plano de manutenção aprovado. De registar também, a substituição de 3 motores

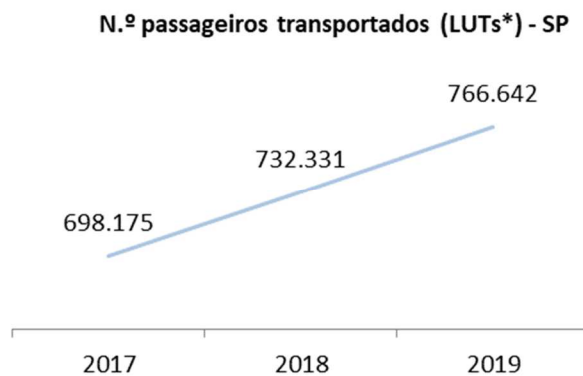
da frota Q400 e 2 da frota Q200 para uma intervenção à zona da turbina. Estas intervenções ascenderam a um valor total de cerca de 3.4 milhões de dólares.

Ao nível das **operações terrestres**, no seguimento da entrada em vigor do Código Aduaneiro da União (CAU), a SATA Air Açores continua a disponibilizar a venda de serviços SDS (Sistema de Declaração de Sumárias) a terceiros.

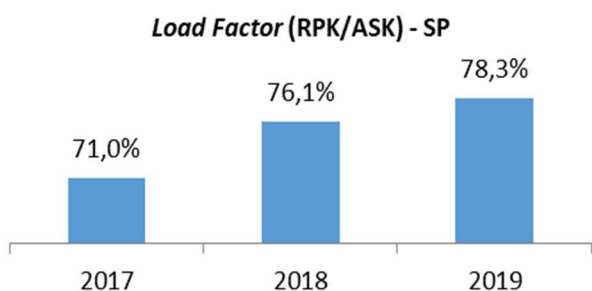
Principais Indicadores 2019



Em 2019, na SATA Air Açores registou-se um aumento de passageiros na ordem dos 5%. O mercado doméstico dos Açores registou um incremento na ordem dos 5% em termos de passageiros transportados. Registou-se um crescimento acentuado no número de passageiros transportados nos voos Charter (+105%).



*Inclui passageiros em trânsito



Em 2019, registou-se um aumento no número de voos e de passageiros transportados (+2% e +5%, respetivamente), tendo a taxa de ocupação (*Load Factor*) registado um acréscimo de aproximadamente 2,2 p.p..

02 Assistência a aeronaves

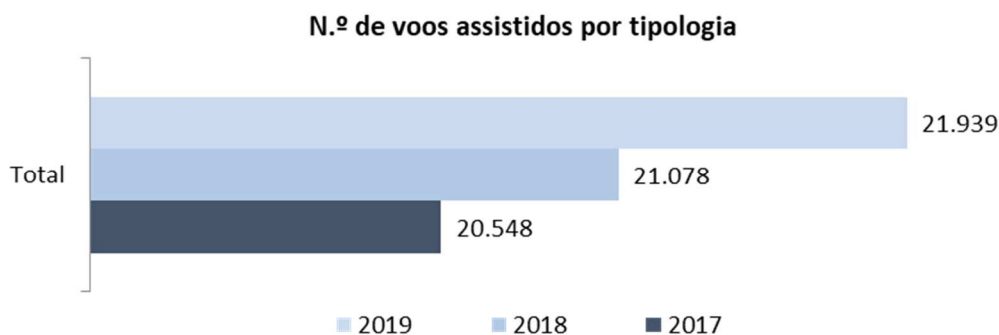
A assistência das aeronaves da SATA é prestada pela SATA Air Açores e contempla a autoassistência (prestada a voos da própria SATA Air Açores), a assistência prestada a outras Companhias Aéreas (incluindo a SATA Internacional - *Azores Airlines*) e a assistência em escalas técnicas para reabastecimento (maioritariamente em Santa Maria, Terceira e Ponta Delgada).

A atividade de assistência decorreu na normalidade, tendo sido marcado sobretudo pela realização de 10 novos contratos de *handling*, 6 renovações dos contratos de *handling*, e duas adendas aos acordos de *handling*.

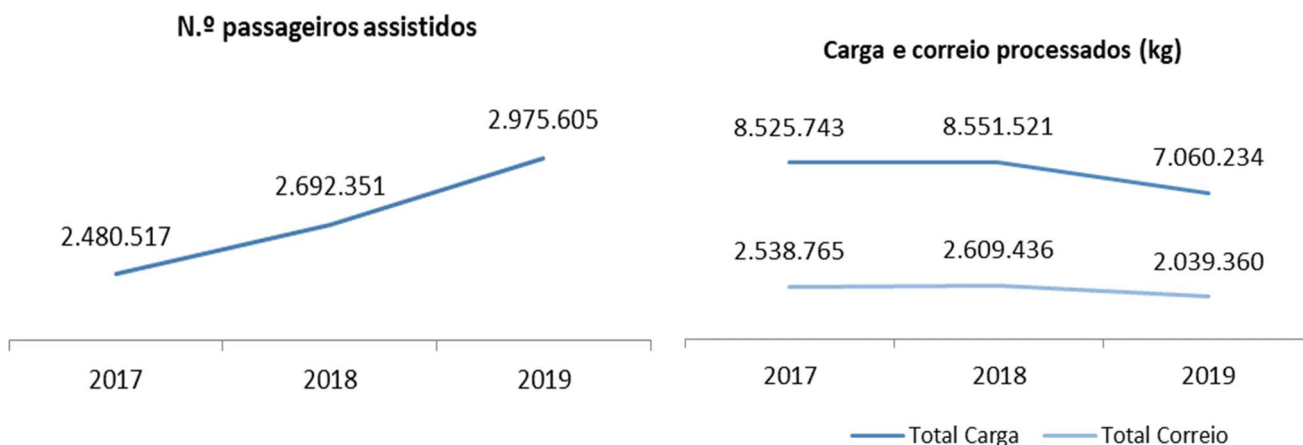
Em 2019, destaca-se a preparação dos serviços em terra para receção da nova aeronave A321LR, CS-TSH, *Magical*; a venda como sucata de 170 contentores de bagagem da frota A310 pelo valor de 8.778,90€; e o acordo de limpeza profunda das aeronaves da SATA Internacional pela empresa *CareFace* em Lisboa, com o resultado de limpeza profunda de 6 em 6 meses de todos os aviões da frota.

Em 2019, a SATA Air Açores é o único prestador de serviços de *handling* em todos os aeroportos dos Açores. Foi realizada a autoria anual APCER referente aos registos de emissões CO₂, e as auditorias bienais IOSA (*IATA Operational Safety Audit*) à SATA Internacional e SATA Air Açores. As receitas totais de assistências em 2019 totalizaram 9.693.952€.

Principais Indicadores 2019



Verifica-se um aumento de 14% face a 2018 no número total de voos assistidos, mantendo-se assim o crescimento comparativamente ao período homólogo.



O número de voos assistidos refletiu-se num aumento de cerca de 11% do número de passageiros assistidos. Os valores referentes à importação/exportação de Carga e Correio sofreram ligeiras alterações, tendo o correio registado uma diminuição de cerca de 22% e a carga uma diminuição de 17% face a 2018, devido ao decréscimo sistemático na procura da carga e correio, por escassez na pesca e correio por via marítima.

Aplicação de Resultados

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício positivo de 1.979.705 euros seja aplicado da seguinte forma: 1.880.719,75€ em Resultados Acumulados e 98.985,25€ em Reservas Legais.

Face aos Capitais Próprios no montante de 2.850.428 Euros positivo, não cumprirem com o disposto no art.º 35 do código das sociedades comerciais, o Conselho de Administração irá propor ao à Assembleia Geral, para sua cobertura, o respetivo aumento de capital.

Ponta Delgada, 14 de maio de 2020

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



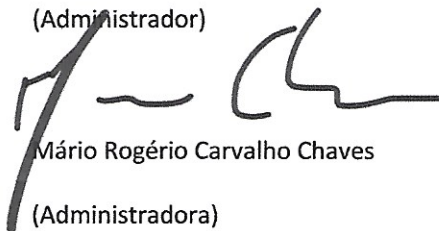
Luís Manuel da Silva Rodrigues

(Presidente)



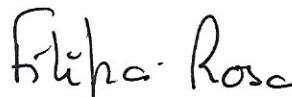
Teresa Mafalda Pais de Moura Gonçalves

(Administrador)



Mário Rogério Carvalho Chaves

(Administradora)

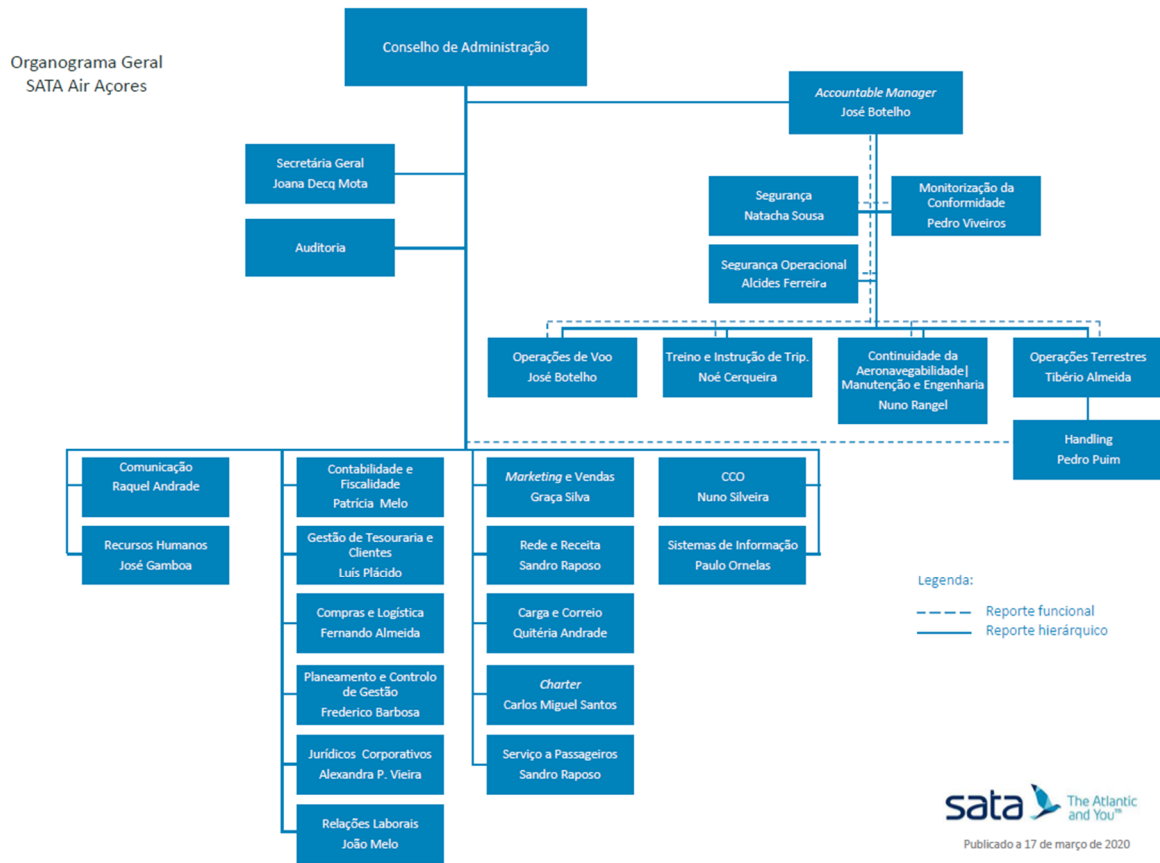


Filipa Carmen Henriques de Gouveia Rato Rosa

(Administradora)

Anexos

Organograma Geral Sata Air Açores



Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A.

Demonstrações Financeiras individuais
31 de dezembro de 2019

1	Índice das Demonstrações Financeiras	
2	<u>Demonstração da posição financeira</u>	39
3	<u>Demonstração dos resultados</u>	40
4	<u>Demonstração do rendimento integral</u>	41
5	<u>Demonstração da alteração dos capitais próprios</u>	42
6	<u>Demonstração dos fluxos de caixa</u>	43
7	<u>Anexo às demonstrações financeiras</u>	44
8	<u>1. Introdução</u>	44
9	<u>2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras</u>	45
	• <u>2.1 BASES DE PREPARAÇÃO</u>	45
	• <u>2.2 NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES ÀS NORMAS E INTERPRETAÇÕES A NORMAS EXISTENTES</u>	45
	• <u>2.3 COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</u>	48
10	<u>3. Principais políticas contabilísticas</u>	50
	• <u>3.1 PARTES DE CAPITAL EM SUBSIDIÁRIAS</u>	50
	• <u>3.2 CONVERSÃO CAMBIAL</u>	50
	• <u>3.3 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</u>	51
	• <u>3.4 ATIVOS INTANGÍVEIS</u>	52
	• <u>3.5 IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS</u>	53
	• <u>3.6 ATIVOS FINANCEIROS</u>	53
	• <u>3.7 JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS</u>	55
	• <u>3.8 INVENTÁRIOS</u>	55
	• <u>3.9 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER</u>	55
	• <u>3.10 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>	56
	• <u>3.11 CAPITAL SOCIAL</u>	56
	• <u>3.12 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS</u>	56
	• <u>3.14 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO</u>	56
	• <u>3.15 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS</u>	57
	• <u>3.17 SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO</u>	58
	• <u>3.18 LOCAÇÕES</u>	59
	• <u>3.19 ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS</u>	60
	• <u>3.20 RÉDITO</u>	60
	• <u>3.22 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</u>	61
	• <u>3.23 EVENTOS SUBSEQUENTES</u>	62
11	<u>4 Políticas de gestão do risco financeiro</u>	63
	• <u>4.1 FATORES DO RISCO FINANCEIRO</u>	63
	• <u>4.2 GESTÃO DO RISCO DE CAPITAL</u>	65
12	<u>5. Principais estimativas e julgamentos apresentados</u>	66
13	<u>6. Ativos fixos tangíveis</u>	68
14	<u>7. Ativos Intangíveis</u>	70
15	<u>8. Investimentos financeiros</u>	71

16	<u>9. Ativos e passivos por impostos diferidos</u>	72
17	<u>10. Inventários</u>	74
18	<u>11. Clientes</u>	75
19	<u>12. Imposto sobre o rendimento a pagar</u>	75
20	<u>13. Outras contas a receber</u>	76
21	<u>14. Outros ativos correntes</u>	77
22	<u>15. Caixa e equivalentes de caixa</u>	77
23	<u>16. Capital</u>	78
24	<u>17. Outras reservas</u>	78
25	<u>18. Provisões</u>	78
26	<u>19. Empréstimos obtidos e Passivos com obrigações contratuais</u>	79
27	<u>20. Obrigações de benefícios de reforma e outros</u>	81
28	<u>21. Fornecedores</u>	83
29	<u>22. Documentos pendentes de voo</u>	83
30	<u>23. Outras contas a pagar</u>	84
31	<u>24. Outros passivos correntes</u>	84
32	<u>25. Ativos e passivos financeiros por categoria</u>	85
33	<u>26. Justo valor de ativos e passivos</u>	85
34	<u>27. Vendas e serviços prestados</u>	86
35	<u>28. Subsídios à exploração</u>	86
36	<u>29. Fornecimentos e serviços externos</u>	87
37	<u>30. Gastos com o pessoal</u>	87
38	<u>31. Outros rendimentos e ganhos</u>	88
39	<u>32. Outros gastos e perdas</u>	88
40	<u>33. Gastos e rendimentos financeiros</u>	88
41	<u>34. Imposto do exercício</u>	89
42	<u>35. Contingências</u>	90
43	<u>36. Partes relacionadas</u>	90
44	<u>37. Eventos subsequentes</u>	92

Demonstração da posição financeira

	Nota	2019	2018
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	41.741.246	47.931.261
Ativos intangíveis	7	66.292	105.324
Investimentos financeiros	8	35.594.179	35.618.179
Ativos por impostos diferidos	9	5.417.580	5.442.460
Outras contas a receber	13	-	26.485.852
		82.819.297	115.583.076
Corrente			
Inventários	10	2.036.226	1.744.176
Clientes	11	1.597.072	2.030.346
Outras contas a receber	13	204.902.474	134.631.005
Outros ativos correntes	14	1.302.759	1.138.467
Caixa e equivalentes de caixa	15	1.272.323	1.227.884
		211.110.854	140.771.878
Total do Ativo		293.930.151	256.354.954
Capital Próprio			
Capital social	16	65.390.235	65.390.235
Reservas legais	17	1.396.612	1.396.612
Outras reservas		3.318.091	3.318.091
Resultados acumulados		(69.234.215)	(65.273.511)
Resultado líquido do exercício		1.979.705	(2.579.454)
Total Capital Próprio		2.850.428	2.251.973
Passivo			
Não corrente			
Provisões	18	251.262	107.593
Empréstimos obtidos	19	99.770.852	114.962.980
Passivos com obrigações contratuais	19	33.611.326	41.508.636
Obrigações de benefícios de reforma e outros	20	6.818.180	6.976.904
Passivos por impostos diferidos	9	112.578	942.460
		140.564.198	164.498.573
Corrente			
Empréstimos obtidos	19	104.704.217	38.552.651
Passivos com obrigações contratuais	19	8.342.894	7.917.194
Fornecedores	21	18.172.037	22.029.448
Imposto sobre o rendimento a pagar	12	145.035	48.327
Documentos pendentes de voo	22	787.243	639.915
Outras contas a pagar	23	14.225.730	18.360.937
Outros passivos correntes	24	4.138.369	2.055.936
		150.515.525	89.604.408
Total Passivo		291.079.723	254.102.981
Total do Capital Próprio e Passivo		293.930.151	256.354.954

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração dos resultados

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Vendas e serviços prestados	27	40.794.847	37.908.108
Subsídios à exploração	28	42.808.228	30.835.093
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(2.125.427)	(1.349.934)
Fornecimentos e serviços externos	29	(30.406.114)	(28.540.018)
Gastos com o pessoal	30	(35.911.882)	(32.476.058)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(8.557.334)	(7.325.552)
Imparidade de ativos depreciables/ amortizáveis	6	(4.388.627)	-
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)	11	(20)	(47.162)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	-	(161.209)
Provisões (aumentos/reduções)	18	(152.916)	-
Outros rendimentos e ganhos	31	806.532	195.986
Outros gastos e perdas	32	(526.597)	(972.232)
Resultado operacional		<u>2.340.690</u>	<u>(1.932.978)</u>
Gastos financeiros	33	(9.900.767)	(8.011.443)
Rendimentos financeiros	33	8.911.018	2.938.815
Resultados antes de impostos		<u>1.350.941</u>	<u>(7.005.606)</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	34	628.764	4.426.152
Resultado líquido do exercício		<u>1.979.705</u>	<u>(2.579.454)</u>

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração do rendimento integral

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado líquido do exercício		1.979.705	(2.579.454)
Outros rendimentos do exercício:			
Itens que não reclassificam por resultados			
Remensurações de planos de benefícios definidos	20	(1.381.250)	(1.909.646)
Impacto fiscal	9	-	-
		<u>(1.381.250)</u>	<u>(1.909.646)</u>
Total do rendimento integral do exercício		<u>598.455</u>	<u>(4.489.100)</u>

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração da alteração dos capitais próprios

	Nota	Capital social	Reservas legais	Outras reservas	Resultados acumulados	Resultado líquido	Total
A 1 de janeiro de 2018		20.406.290	1.396.612	3.318.091	(59.831.400)	(3.532.465)	(38.242.872)
Aumento Capital Social	16	44.983.945	-	-	-	-	44.983.945
Rendimento integral do exercício		-	-	-	(1.909.646)	(2.579.454)	(4.489.100)
Aplicação do resultado líquido do exercício		-	-	-	(3.532.465)	3.532.465	-
		44.983.945	-	-	(5.442.111)	953.011	40.494.845
A 31 de dezembro de 2018		65.390.235	1.396.612	3.318.091	(65.273.511)	(2.579.454)	2.251.973
Rendimento integral do exercício		-	-	-	(1.381.250)	1.979.705	598.455
Aplicação do resultado líquido do exercício		-	-	-	(2.579.454)	2.579.454	-
		-	-	-	(3.960.704)	4.559.159	598.455
A 31 de dezembro de 2019		65.390.235	1.396.612	3.318.091	(69.234.215)	1.979.705	2.850.428

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		48.232.143	38.309.221
Pagamentos a fornecedores		(34.458.701)	(30.154.279)
Pagamentos ao pessoal		(36.744.239)	(34.029.948)
Pagamentos de rendas de locação de curto prazo e baixo valor		(8.188.330)	-
Caixa gerada pelas operações		(31.159.127)	(25.875.006)
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(78.810)	18.315
Recebimentos no âmbito do contrato obrigações de serviço público	13	34.636.629	30.420.589
Outros recebimentos/ pagamentos		(575.071)	(1.838.734)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		2.823.621	2.725.164
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(7.202.170)	(1.908.160)
Ativos intangíveis		-	-
Empréstimos concedidos a empresas do Grupo	36	(38.470.778)	(52.697.763)
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos concedidos a empresas do Grupo		-	-
Juros e rendimentos similares	33	5.306.551	76
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(40.366.397)	(54.605.847)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	19	114.024.364	123.442.500
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	16	7.520.661	10.977.431
Empréstimos obtidos de partes relacionadas	36	30.000.000	10.438.749
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	19	(61.163.477)	(61.101.199)
Passivos com obrigações contratuais	19	(8.296.824)	(7.602.689)
Empréstimos obtidos de partes relacionadas	23 e 36	(35.134.935)	(14.300.000)
Juros e gastos e similares	33	(5.690.569)	(9.605.317)
Juros de passivos com obrigações contratuais	33	(1.677.385)	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		39.581.835	52.249.475
Variação de caixa e seus equivalentes			
Efeitos das diferenças de câmbio		3.480	(20.887)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	15	(770.216)	(1.118.121)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	15	1.272.323	(770.216)

As notas das páginas seguintes constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Anexo às demonstrações financeiras

1. Introdução

A Sata Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A. (“Empresa” ou “SATA”) resulta da transformação em sociedade anónima ao abrigo do Decreto-Lei n.º 276/2000, de 10 de novembro, da Sata Air Açores – Serviço Açoriano de Transportes Aéreos, E.P. (constituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 490/80 de 17 de outubro).

A Empresa é uma sociedade anónima, com sede na Avenida Infante D. Henrique, n.º 55 – 2.º andar, em Ponta Delgada e tem por objeto social a exploração, quer direta, quer através de participações detidas noutras empresas ou organizações, da atividade de transporte aéreo de passageiros, carga e correio, bem como a prestação de serviços e a realização das operações comerciais, industriais e financeiras, relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com a referida exploração e que sejam suscetíveis de favorecer a sua realização, incluindo a assistência a aeronaves nos aeroportos, a formação de pessoal técnico e a assistência a outras empresas do sector, com cedência e fornecimento de meios técnicos e humanos.

A atividade de transporte aéreo regular dentro do Arquipélago dos Açores encontra-se, desde 1996, regulada pelo disposto no contrato de prestação de serviço público celebrado em 24 de maio de 1996 entre a SATA e a Região Autónoma dos Açores, ao abrigo do estabelecido no n.º 2 do Artigo 19.º dos Estatutos da SATA, aprovados pelo Decreto-Legislativo Regional n.º 2/88/A, de 5 de fevereiro e do disposto na Resolução n.º 86/96, de 23 de maio. Em 2006 foi aberto um concurso público para exploração das rotas no arquipélago dos Açores, tendo a Empresa ganho o concurso para o período de 1 de abril de 2006 a 31 de maio de 2009. Em 7 de setembro de 2009, a Empresa renovou o contrato de concessão dos serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores, pelo prazo de cinco anos a contar daquela data. Em 24 de setembro de 2014 foi assinado entre a SATA e Região Autónoma dos Açores o Ajuste Direto para o período de outubro de 2014 a março de 2015, assim como no dia 1 de abril de 2015 para o período de abril a setembro de 2015.

Em 4 de setembro de 2015, a Empresa renovou o Contrato das Obrigações de Serviço Público de concessão dos serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores pelo prazo de 5 anos a contar de outubro de 2015.

Atualmente, a Empresa encontra-se a efetuar os estudos preliminares, aguardando a publicação do Contrato de Obrigações de Serviço Público para apresentar proposta de acordo com o que vier a ser publicado no caderno de encargos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa operava com seis aeronaves: (i) dois aviões Bombardier Q 200, a operar na SATA desde julho de 2009; e (ii) quatro aviões Bombardier Q 400, a operar desde março de 2010. Todas as aeronaves foram adquiridas em regime de locação financeira.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 14 de maio de 2020. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela Empresa de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia ("IFRS"), emitidas e em vigor, ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 1 de janeiro de 2019.

Na preparação das demonstrações financeiras, a SATA seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor.

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a qual se encontra dependente do apoio financeiro do acionista, conjugado com a renovação do Contrato das Obrigações de Serviço Público de concessão dos serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores, da rentabilidade futura das operações, do recebimento da dívida das entidades estatais e da reestruturação financeira dos passivos remunerados.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras, são apresentadas na Nota 5.

2.2 Novas normas, alterações às normas e interpretações a normas existentes

Novas normas, alterações às normas e interpretações de aplicação mandatória em 31 de dezembro de 2019

As novas normas, interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2019, são como segue:

Normas:	Descrição	Alteração	Data efetiva*
IFRS 16 – Locações		Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores.	1 de janeiro de 2019
IFRS 9 – Instrumentos financeiros		Opções de tratamento contabilístico de ativos financeiros com compensação negativa.	1 de janeiro de 2019
IAS 19 – Benefícios dos empregados		Obriga a usar pressupostos atualizadas para o cálculo das responsabilidades remanescentes, com impacto na demonstração dos resultados, exceto quanto à diminuição de qualquer excesso enquadrado no âmbito do "asset ceiling".	1 de janeiro de 2019
IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos		Clarificação quanto aos investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial.	1 de janeiro de 2019
Melhorias às normas 2015 – 2017		Clarificações várias: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.	1 de janeiro de 2019
IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento		Clarificação relativa à aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento fiscal de uma transação, em sede de imposto sobre o rendimento.	1 de janeiro de 2019

* Exercícios iniciados em ou após

Das normas acima mencionadas cumpre destacar a IFRS 16 – Locações, a qual foi adotada pela Empresa na elaboração das suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com impactos significativos.

A alteração na definição de locação deve-se principalmente ao conceito de controlo. A IFRS 16 determina se um contrato contém uma locação com base na existência do direito concedido ao cliente para controlar

a utilização de um ativo identificado por um dado período de tempo, por contrapartida de uma dada retribuição.

Até ao exercício de 2018, as locações de ativos fixos tangíveis eram classificadas como locações financeiras ou locações operacionais. Os pagamentos efetuados no âmbito de locações operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador) foram, até 31 de dezembro de 2018, reconhecidos nos resultados do período. Os ativos de locações financeiras eram contabilizados pelo menor entre o justo valor dos ativos locados e o valor presente dos pagamentos mínimos de locação no início do contrato, enquanto que os passivos de locações financeiras eram registados líquidos de encargos incrementais, enquanto empréstimos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e as depreciações dos ativos locados eram reconhecidos nos resultados, ao longo do período contratual a que respeitavam.

A partir de 1 de janeiro de 2019, as locações, que cumpram os requisitos da IFRS 16, são reconhecidas enquanto ativos sob direito de uso, na rubrica de ativos fixos tangíveis (agregados à natureza do ativo objeto de locação), com os correspondentes passivos, apresentados na rubrica de passivos com obrigações contratuais, na data de início da locação. Cada pagamento de locação é alocado entre o passivo e o gasto financeiro. O gasto financeiro é reconhecido na demonstração dos resultados durante o termo da locação, de modo a que seja reconhecido com base numa taxa de juro constante sobre o saldo remanescente na demonstração da posição financeira, para cada período de relato. Os ativos sob direito de uso são depreciados linearmente ao longo do período da locação.

Os passivos da locação são inicialmente mensurados ao custo amortizado, na moeda contratual, incluindo o valor líquido presente dos seguintes pagamentos de locação: i) pagamentos fixos (incluindo pagamentos que em substância são fixos), deduzidos de quaisquer valores recebíveis por incentivos de locação; ii) pagamentos variáveis baseados num índice ou numa taxa; iii) valores expectáveis de serem pagos pelo locatário enquanto garantias de valor residual; iv) o preço de exercício de uma opção de compra caso o locatário esteja razoavelmente certo de exercer tal opção; e v) pagamentos de penalizações para rescindir a locação, caso o termo de locação reflita o exercício da opção de terminar.

O valor presente dos pagamentos de locação é descontado usando a taxa de juro implícita na locação. Caso essa taxa não possa ser determinada, a taxa incremental de financiamento da Empresa é utilizada, correspondendo à taxa que a Empresa obteria para pagar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante num ambiente económico com termos e condições comparáveis.

Os passivos da locação são subsequentemente atualizados utilizando o método da taxa de juro efetiva, aumentando para refletir o efeito dos juros e sendo reduzidos, de modo a refletir os pagamentos efetuados.

A Empresa remensura o passivo da locação (e efetua ajustamentos correspondentes ao ativo sob direito de uso relacionado), sempre que:

- Os pagamentos de locação são alterados devido a alterações num índice, ou taxa, ou uma alteração de pagamentos esperados enquanto valores residuais garantidos, casos em que o passivo de locação é remensurado descontando os pagamentos de locação revistos à taxa incremental de financiamento (a menos que a alteração de pagamentos de locação se deva a alterações numa taxa de juro variável, o que motiva o uso de uma taxa incremental de financiamento); e
- O contrato de locação é modificado e a modificação não qualifica como uma locação separada, sendo o passivo da locação remensurado com base nas novas rendas e a taxa incremental de financiamento determinada à data da modificação.

Os ativos sob direito de uso são mensurados ao custo, na moeda funcional da Empresa (Euros), o qual compreende: i) o valor de reconhecimento inicial do passivo da locação; ii) quaisquer pagamentos de locação efetuados à data de início da locação, ou antes desta, deduzidos de quaisquer incentivos de

locação recebidos; iii) quaisquer custos diretos iniciais; e iv) custos de obrigações com desmantelamento ou restauração do ativo.

Os ativos sob direito de uso são subsequentemente mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Sempre que a Empresa incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37.

Os custos subsequentes, nomeadamente com manutenção estrutural, são incluídos no direito de uso do ativo locado sempre que é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Empresa e subsequentemente depreciados durante o período de uso respetivo ou até ao termo da locação. Os demais encargos com manutenção corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os incentivos de locação (ex.: períodos de locação sem rendas), se aplicáveis, são reconhecidos como elementos de mensuração de ativos sob direito de uso e passivos da locação, enquanto que ao abrigo da IAS 17 estes incentivos eram reconhecidos como um passivo por incentivo de locação, depreciado linearmente reduzindo os gastos com locações.

As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa não são incluídas na mensuração do passivo da locação, nem do ativo sob direito de uso. Tais pagamentos são reconhecidos enquanto gastos no período no qual o evento ou condição que dá lugar aos pagamentos ocorre.

As locações capitalizadas pela Empresa resumem-se, essencialmente, a contratos de locações de aeronaves e contratos de locações de imóveis.

Os pagamentos associados a locações de curto prazo e locações de ativos de valor imaterial são reconhecidos de forma linear, nos resultados do exercício. As locações de curto prazo são locações com um termo de locação de 12 meses ou menos. Os ativos de valor imaterial incluem entre outros equipamento informático e mobiliário de escritório.

Os fluxos de caixa relacionados com locações são apresentados do seguinte modo:

- a) Os pagamentos das componentes de capital dos passivos da locação são classificados como fluxos de caixa de atividades de financiamento;
- b) Os pagamentos das componentes de juros são classificados também como fluxos de caixa de atividades de financiamento; e
- c) Os pagamentos de locações de curto prazo e de locações de ativos de valor imaterial, e os pagamentos variáveis de locação que não estão incluídos na mensuração dos passivos da locação são classificados como fluxos de caixa de atividades operacionais.

Ao abrigo da IFRS 16, os ativos sob direito de uso são testados por imparidade de acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos. Esta norma substitui o requisito anterior de reconhecimento de provisões para contratos onerosos de locação.

Sale & Leaseback

Quando a Empresa transfere um ativo para uma entidade terceira, e simultaneamente entra num contrato de locação do mesmo ativo com essa entidade terceira, a Empresa aplica os requisitos da IFRS 15 para determinar se tal transferência é contabilizada como venda do ativo.

Caso a transferência qualifique como uma transação de venda, a Empresa irá mensurar o ativo sob direito de uso do *leaseback* como uma proporção do anterior valor líquido contabilístico que se relaciona com o

direito de uso retido pela Empresa. Consequentemente, a Empresa apenas reconhece o valor de qualquer ganho ou perda que se relaciona com os direitos transferidos para a entidade terceira.

Caso o justo valor da retribuição pela venda do ativo não seja equivalente ao justo valor do ativo, ou caso os pagamentos da locação não correspondam a valores de mercado, a Empresa irá efetuar os seguintes ajustamentos para mensurar os resultados da venda a justo valor: i) quaisquer termos abaixo de mercado serão contabilizados como pré-pagamentos de pagamentos de locação; e ii) quaisquer termos acima de mercado serão contabilizados como financiamento adicional prestado pelo terceiro à entidade.

Novas normas e interpretações de aplicação não mandatária em 31 de dezembro de 2019

Existem novas normas, alterações e interpretações efetuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é mandatária para exercícios anuais, que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, como segue:

Alterações às normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2020, já endossadas pela EU		
Descrição	Alteração	Data efetiva*
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras; IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	Atualização da definição de material, na aplicação das normas às demonstrações financeiras como um todo	1 de janeiro de 2020
Estrutura concetual - Alterações na referência a outras IFRS	Alteração a algumas IFRS relativamente a referências cruzadas e esclarecimentos sobre a aplicação das novas definições de ativos / passivos e gastos / rendimentos	1 de janeiro de 2020

* Exercícios iniciados em ou após

Novas normas e alterações às normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2020, ainda não endossadas pela EU:		
Descrição	Alteração	Data efetiva*
IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais	Alteração da definição de negócio.	1 de janeiro de 2020
IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma das taxas de juro de referência	Introdução de isenções à contabilidade de cobertura com o objetivo de que a reforma das taxas de juro referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura.	1 de janeiro de 2020
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2020

* Exercícios iniciados em ou após

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

A Empresa adotou a IFRS 16 na data efetiva de aplicação obrigatória para o período do relatório anual com início em 1 de janeiro de 2019 por meio do modelo retrospectivo modificado, sem atualização das informações comparativas, e considerou as seguintes isenções:

- Definição de locação – aplicação da IFRS 16 apenas aos contratos anteriormente classificados como locação; e
- Mensuração dos ativos sob direito de uso – pelo mesmo valor apurado para o passivo da locação em 1 de janeiro de 2019, utilizando a taxa de juro implícita, sempre que disponível, ou a taxa de juro incremental.

Não obstante, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, tendo em consideração a reduzida magnitude dos impactos no contexto das demonstrações financeiras.

A principal alteração decorrente da adoção da IFRS 16 apresenta-se de seguida:

- Contabilização dos contratos de locação de edifícios e outras construções

Com base na análise realizada, os principais contratos de locação identificados correspondem a imóveis arrendados. O prazo da locação corresponde ao período não cancelável do contrato. A taxa de desconto utilizada para calcular o ativo do direito de uso e o passivo da locação é determinada, para cada ativo, de acordo com a taxa de juro incremental.

Na data de adoção da IFRS 16, foram reconhecidos direitos de uso de ativos e passivos com obrigações contratuais no montante de 742 milhares de Euros.

A taxa de desconto utilizada para descontar as rendas futuras é de 3,36%.

A adoção da IFRS 16 em 1 de janeiro de 2019 teve os seguintes impactos nas principais rubricas da demonstração da posição financeira:

Valores em Euros	Impacto da adoção da IFRS 16			
	31-dez-2018	31-dez-2018*	1-jan-19	1-jan-19
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	47.931.261	-	742.283	48.673.544
Ativos intangíveis	105.324	-	-	105.324
Investimentos financeiros	35.618.179	-	-	35.618.179
Ativos por impostos diferidos	5.442.460	-	135.838	5.578.298
Outras contas a receber	26.485.852	-	-	26.485.852
	115.583.076	-	878.121	116.461.197
Ativo corrente				
Inventários	1.744.176	-	-	1.744.176
Clientes	2.030.346	-	-	2.030.346
Outras contas a receber	134.631.005	-	-	134.631.005
Outros ativos correntes	1.138.467	-	-	1.138.467
Caixa e seus equivalentes	1.227.884	-	-	1.227.884
	140.771.878	-	-	140.771.878
Total do ativo	256.354.954	-	878.121	257.233.075
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital social	65.390.235	-	-	65.390.235
Reservas legais	1.396.612	-	-	1.396.612
Outras reservas	3.318.091	-	-	3.318.091
Resultados acumulados	(65.273.511)	-	-	(65.273.511)
Resultado líquido do exercício	(2.579.454)	-	-	(2.579.454)
Total do capital próprio	2.251.973	-	-	2.251.973
Passivo não corrente				
Provisões	107.593	-	-	107.593
Empréstimos obtidos	156.471.616	(41.508.636)	-	114.962.980
Passivos com obrigações contratuais	-	41.508.636	491.032	41.999.668
Obrigações de benefícios de reforma e outros	6.976.904	-	-	6.976.904
Passivos por impostos diferidos	942.460	-	135.838	1.078.298
	164.498.573	-	626.870	165.125.443
Passivo corrente				
Empréstimos obtidos	46.469.845	(7.917.194)	-	38.552.651
Passivos com obrigações contratuais	-	7.917.194	251.251	8.168.445
Fornecedores	22.029.448	-	-	22.029.448
Imposto sobre o rendimento a pagar	48.327	-	-	48.327
Documentos pendentes de voo	639.915	-	-	639.915
Outras contas a pagar	18.360.937	-	-	18.360.937
Outros passivos correntes	2.055.936	-	-	2.055.936
	89.604.408	-	251.251	89.855.659
Total do passivo	254.102.981	-	878.121	254.981.102
Total do capital próprio e do passivo	256.354.954	-	878.121	257.233.075

* Pela implementação da IFRS 16, foi utilizada a isenção da classificação das locações consideradas como financeiras no âmbito da IAS 17 para a informação comparativa

O reconhecimento do direito de uso dos ativos em regime de locação e o reconhecimento do passivo correspondente, originou um incremento nos custos com depreciação no montante de, aproximadamente, 245 milhares de Euros e das despesas com juros no valor de, aproximadamente, 21 milhares de Euros. Por outro lado, os custos com rendas (reconhecidos até 31 de dezembro de 2018 na rubrica de fornecimentos e serviços externos) reduziram no montante de, aproximadamente, 256 milhares de Euros.

Adicionalmente, a apresentação dos pagamentos das despesas relacionadas com contratos de locação resultou numa reclassificação de, aproximadamente, 256 milhares de Euros de fluxos de caixa das atividades operacionais para fluxos de caixa das atividades de financiamento.

Consultar adicionalmente a Nota 2.2.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Partes de capital em subsidiárias

Os investimentos representativos de partes de capital em subsidiárias encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das perdas de imparidade, quando estas se verificarem.

Depois de o interesse da investidora ser reduzido a zero, a Empresa reconhece um passivo para fazer face às responsabilidades adicionais resultante de (i) obrigações legais ou construtivas incorridas ou pagamentos efetuados a favor das subsidiárias e associadas, (ii) expectativa de geração de caixa da subsidiária ou associada insuficiente para fazer face às obrigações legais ou construtivas incorridas e (iii) impossibilidade de apurar o justo valor dos referidos investimentos com fiabilidade.

Os dividendos recebidos das empresas subsidiárias são registados como ganhos relativos a partes de capital, quando atribuídos.

3.2 Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras são apresentadas em **Euros**, sendo esta a moeda funcional e de relato da Empresa.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	Câmbio final do exercício	
	2019	2018
USD	0,8902	0,8734
GBP	1,1754	1,1179
CAD	0,6850	0,6408

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil dos respetivos ativos e na capacidade de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidos como elemento do custo dos respetivos ativos, sendo capitalizados enquanto ativos fixos tangíveis. Caso estas condições não sejam cumpridas, os respetivos custos são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As vidas úteis estimadas e valores residuais para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Frota Aérea	
Aviões	18 anos
Motores	3 anos
Hélices	5 anos
Trens aterragem	6 anos
Sobressalentes	6 anos
Restantes ativos	
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	Entre 5 a 12 anos
Equipamento de transporte	Entre 5 a 7 anos
Ferramentas	Entre 5 a 12 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 a 10 anos
Outras ativos tangíveis	Entre 3 a 20 anos

O valor a alocar a cada componente é estimado com base no custo a incorrer na grande manutenção, sendo a vida útil acima indicativa do período estimado que decorre entre cada grande manutenção da referida componente.

Atendendo ao facto que os ativos fixos relacionados com equipamentos de voo se encontram componentizados por grandes classes, quando ocorre uma grande manutenção dos aviões a mesma é registada como ativo fixo tangível e depreciada durante o período estimado até à realização da próxima grande manutenção. No caso de a grande manutenção ser antecipada, os valores líquidos contabilísticos da anterior grande manutenção serão desreconhecidos, por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A Empresa estima o valor residual dos ativos fixos tangíveis em zero, uma vez que a expectativa da gestão é utilizar os ativos pela totalidade da sua vida económica, com exceção da frota aérea que apresenta um valor residual de 20%.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos custos de vender, e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração de resultados do exercício.

Relativamente ao direito de uso consultar a Nota 3.18.

3.4 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Empresa tem registado como ativos intangíveis essencialmente programas de computador que se referem aos valores despendidos na aquisição de direitos sobre aplicações informáticas e dos custos de parametrização incorridos, para apoio à atividade desenvolvida. São também capitalizados como ativo intangível os upgrades efetuados às aplicações ou a introdução de novas funcionalidades, na medida em que estas inovações incorporem benefícios económicos futuros para os ativos beneficiados. As licenças de utilização e manutenção são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados, pró-rata do período a que se referem.

A SATA determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo.

3.5 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a amortização/depreciação, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização/depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzidos os gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para realização de testes por imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo individualmente, para cada ativo.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida, na demonstração dos resultados, a não ser que o ativo tenha sido reavaliado, situação em que a reversão corresponderá a um acréscimo da reavaliação. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

3.6 Ativos financeiros

Classificação

A Empresa classifica os seus ativos financeiros de acordo com as suas características e o modelo de negócio que tem definido para gerir o recebimento dos *cash flows* contratuais. A classificação é determinada no momento de reconhecimento inicial dos ativos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores reportados pelo líquido na demonstração da posição financeira, apenas quando: i) existe um direito legalmente exercível e não oponível para compensar os referidos valores e ii) quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento, no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de *default*, insolvência ou falência da entidade.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

A IFRS 9 introduziu um modelo de classificação de ativos financeiros com base no modelo de negócio utilizado na sua gestão ("*business model test*") e nas características dos fluxos de caixa contratuais ("*SPPI test*"), tendo sido substituídos os requisitos anteriormente existentes, que determinavam o enquadramento nas categorias de ativos financeiros da IAS 39. A Empresa classifica os seus ativos financeiros, no momento da sua aquisição, de acordo com os requisitos introduzidos pela IFRS 9, conforme abaixo.

Instrumentos de dívida

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se (i) é detido para recebimento dos fluxos de caixa contratuais; e (ii) os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas o pagamento de capital

e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor e subsequentemente mensurados ao seu custo amortizado.

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor por outro rendimento integral se (i) o objetivo inerente ao modelo de negócio utilizado é alcançado, quer pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais, quer pela venda dos ativos financeiros; e (ii) os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas pagamento de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicial e subsequentemente mensurados ao seu justo valor, sendo as alterações de justo valor registadas em outro rendimento integral, exceto no que respeita ao reconhecimento de perdas por imparidade, juros e ganhos ou perdas cambiais, valores que são registados diretamente na demonstração dos resultados. Quando o ativo financeiro é desreconhecido, o ganho ou perda acumulado em outro rendimento integral é reclassificado para resultado do período.

Os ativos financeiros que não reúnam as características para enquadramento nas situações referidas anteriormente são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados, categoria residual nos termos da IFRS 9.

Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são sempre mensurados ao justo valor. Os instrumentos de capital próprio detidos para negociação são mensurados ao justo valor por resultados. Para todos os restantes instrumentos de capital próprio, a Empresa pode optar, instrumento a instrumento, por, no reconhecimento inicial, apresentar as variações do seu justo valor em outro rendimento integral.

Quando a Empresa exerce opção, todas as variações de justo valor, com exceção de dividendos que configuram retorno do investimento efetuado, são reconhecidos em outro rendimento integral. Neste caso, na data do desreconhecimento do ativo, o ganho ou perda acumulado não é reconhecido em resultado do período sendo, nessa altura, transferido para resultados transitados.

Imparidade de ativos financeiros

A IFRS 9 substitui o anterior modelo baseado em "perdas incorridas" previsto na IAS 39 e estabelece um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas", de acordo com o qual a estimativa de imparidade é avaliada desde o reconhecimento inicial, tendo em conta a avaliação do risco de crédito.

Outras contas a receber

A SATA utiliza a abordagem simplificada prevista na IFRS 9 no apuramento e reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber e ativos de contratos com clientes. As perdas esperadas até à maturidade são registadas, tendo por base a experiência de perdas reais ocorridas ao longo de um período que foi considerado estatisticamente relevante e representativo das características específicas do risco de crédito subjacente, ajustadas de informações prospetivas.

O ajustamento para perdas de imparidade é registado por contrapartida de resultados do período, na rubrica de imparidade de contas a receber.

Outros ativos financeiros

A Empresa considera que todos os instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor por outro rendimento integral, têm um risco de crédito nulo.

Caso o risco de crédito de um instrumento financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a Empresa reconhece uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer nos 12 meses seguintes.

Caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente, a Empresa reconhece uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer até à respetiva maturidade do ativo.

Qualquer perda por imparidade nestes ativos financeiros é reconhecida em resultado do período.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Empresa desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Empresa tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

3.7 Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado líquido ativo, a cotação de mercado é aplicada à data de referência de relato. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido pela IFRS 13.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizados modelos de avaliação, cujos principais inputs são observáveis no mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis no mercado. Nestes casos, a Empresa utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

3.8 Inventários

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas diretas suportadas com a compra. Subsequentemente, os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização.

O custo de aquisição refere-se a todos os custos de compra e outros custos diretos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. Por outro lado, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os inventários incluem também materiais, matérias-primas e de consumo inicialmente mensurado pelo preço de compra adicionado das despesas diretamente relacionadas com a aquisição.

O método de custeio utilizado para o registo do consumo dos inventários em geral é o custo médio ponderado.

3.9 Clientes e Outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber correntes são, inicialmente, contabilizados pelo valor da contraprestação acordada, a não ser que tenham uma componente de financiamento significativa, caso em que são contabilizados ao justo valor. A Empresa detém os saldos de clientes e outras contas a receber correntes com o objetivo de os cobrar, sendo assim, subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas tendo por base a experiência de perdas reais ao longo de um período que foi considerado estatisticamente relevante e representativas das características específicas do risco de crédito subjacente, ajustadas de informações prospetivas.

3.10 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, que podem ser imediatamente convertidos em caixa, estando sujeitos a um risco insignificante de variação de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica de empréstimos obtidos, e são considerados na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.11 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante resultante da emissão.

3.12 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os encargos financeiros, relacionados com empréstimos, são, geralmente, reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) ou produção de ativos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

3.13 Outras contas a pagar

Os saldos de outras contas a pagar são, inicialmente, registados ao justo valor sendo, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado.

3.14 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso

inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

3.15 Benefícios aos empregados

A Empresa concede complementos de pensões de reforma (doravante designado por plano de pensões).

➤ Plano benefícios definidos

Nos termos do Acordo de Empresa em vigor, a Empresa assumiu responsabilidades pelo pagamento aos empregados que foram admitidos até 31 de dezembro de 2003, de complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social.

Os complementos de reforma atribuídos aos empregados, constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações, são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de “*rating*” elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos, e com uma maturidade que se aproxima da maturidade da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido na demonstração da posição financeira relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de relato financeiro, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

As remensurações resultam de ajustamentos de experiência e alterações nos pressupostos financeiros e demográficos. A SATA reconhece todas as remensurações apuradas, de todos os planos em vigor, diretamente nos capitais próprios, conforme demonstração das alterações dos capitais próprios.

Os custos de serviços passados são reconhecidos de imediato nos resultados do exercício.

➤ Planos de contribuição definida

O plano de contribuição definida é atribuído aos pilotos ativos da Empresa admitidos após 31 de dezembro de 2003 e prevê uma contribuição base de 6% por parte da Empresa e 1,5% por parte do colaborador. O plano de contribuição definida é gerido pelo BPI Pensões.

Adicionalmente, os pilotos admitidos até 31 de dezembro de 2008, beneficiam ainda do Prémio de Jubilação, que prevê uma contribuição base de 2,5% da remuneração de base mensal.

As contribuições efetuadas são registadas como gastos com pessoal na demonstração dos resultados.

➤ Benefícios de cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando a Empresa cessa o emprego antes da data normal de reforma, ou quando um empregado aceita a cessação de emprego em troca destes benefícios. A Empresa reconhece a responsabilidade com benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas: na qual a Empresa deixa de poder retirar a oferta dos benefícios, ou na qual a SATA reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses após o final do período de reporte, caso existam, são descontados para o seu valor presente.

3.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a SATA tem: i) uma obrigação presente legal, contratual ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os passivos contingentes, em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Processos judiciais

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo a SATA a entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pelo Conselho de Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

3.17 Subsídios e apoios do Governo

A SATA reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos equiparados (“Governo”) pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, caso existam, são reconhecidos como passivos, enquanto diferimentos por subsídios ao investimento, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados conjuntamente com os ativos a que estão associados, na rubrica de outros rendimentos e ganhos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os custos associados são incorridos e/ou registados.

Os subsídios obtidos do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, são descontados na data do reconhecimento inicial com base na taxa de juro de mercado à data da atribuição, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento ou do ativo cuja aquisição pretende financiar, consoante as atividades financiadas.

3.18 Locações

A Empresa avalia se um contrato contém uma locação, no início do contrato. A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e o correspondente passivo de locação em relação a todos os contratos de locação em que é locatário, exceto para locações de curto prazo, definidos como locações com um prazo de locação inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor, tais como tablets e computadores pessoais pequenos bens de mobiliário de escritório e telefones.

Para essas locações, a Empresa reconhece os pagamentos da locação como um gasto operacional de forma linear pelo prazo da locação, a menos que outra base sistemática seja mais representativa do padrão de tempo durante o qual os benefícios económicos dos ativos locados são gerados.

O passivo de locação é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos não efetuados na data inicial de cada locação, descontados com base na taxa implícita do contrato de locação. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Empresa utiliza a sua taxa de financiamento incremental.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem:

- Pagamentos fixos da locação, deduzidos de quaisquer incentivos a receber associados à locação;
- Pagamentos variáveis que dependem de um índice ou de uma taxa, mensurados inicialmente com base no índice ou taxa na data de início do contrato;
- Montantes relativos a garantias de valor residual que se esperam vir a pagar;
- O preço de exercício de eventuais opções de compra, se o locatário considerar razoavelmente certo o seu exercício; e
- Pagamentos de penalidades de cancelamento antecipado do contrato de locação, se o prazo do contrato refletir o exercício de uma opção para rescindir antecipadamente o contrato.

O passivo de locação é apresentado na demonstração da posição financeira na rubrica de passivos com obrigações contratuais.

O passivo de locação é subsequentemente mensurado com aumentos que refletem os juros vencidos sobre o passivo, através do método da taxa de juro efetiva, e com reduções que refletem os pagamentos efetuados.

A Empresa remensura o passivo de locação, e faz um ajuste correspondente ao ativo de direito de uso relacionado, sempre que:

- i) O prazo da locação altere ou ocorre um evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias, das quais resultem uma alteração na avaliação do exercício de uma opção de

compra, caso em que o passivo da locação é remensurado através do desconto dos pagamentos da locação revistos, utilizando uma taxa de desconto revista;

- ii) Os pagamentos da locação são alterados devido a alterações num índice ou numa taxa ou a alterações na expectativa de pagamento de um valor residual garantido. Nesses casos, o passivo da locação é remensurado, descontando os pagamentos da locação revistos usando uma taxa de desconto inalterada, a não ser em circunstâncias em que a alteração dos pagamentos resulte de uma alteração na taxa de juros flutuante, caso em que é utilizada uma taxa de desconto revista.

Um contrato de locação é modificado e a modificação da locação não é contabilizada como uma locação separada, sendo o passivo da locação remensurado com base no prazo modificado da locação, descontando os pagamentos da locação revistos, usando uma taxa de desconto revista na data efetiva da modificação. A Empresa não realizou nenhum ajuste desta natureza durante os exercícios apresentados.

Os ativos por direito de uso compreendem a mensuração inicial do passivo correspondente, os pagamentos efetuados antes do início da locação e quaisquer custos diretos iniciais, deduzidos dos incentivos recebidos. Os ativos por direito de uso são subsequentemente mensurados pelo custo, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Sempre que a Empresa incorre na obrigação de dismantelar e remover um ativo locado, restaurar o local em que o mesmo está localizado ou restaurar o ativo subjacente à condição exigida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, mensurada de acordo com o IAS 37. Na medida em que estas condições estejam relacionadas com um ativo em regime de locação, os gastos subjacentes são incluídos no ativo por direito de uso.

Os ativos por direito de uso são depreciados pelo menor período entre o prazo da locação e a vida útil do ativo subjacente. Se uma locação transferir a propriedade do ativo subjacente ou a Empresa espera exercer uma opção de compra, o ativo por direito de uso relacionado é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente. A depreciação inicia-se na data de início da locação. Os ativos por direito de uso são apresentados na demonstração da posição financeira na rubrica de ativos fixos tangíveis.

A Empresa aplica a IAS 36 para determinar se um ativo por direito de uso se encontra em imparidade e contabiliza qualquer perda por imparidade identificada, conforme descrito na Nota 3.5.

As locações de valor variável que não dependem de um índice ou taxa não são incluídas na mensuração do passivo de locação e do ativo por direito de uso. Os respetivos pagamentos são reconhecidos como gasto no período a que respeitam e são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos.

3.19 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.20 Rédito

A SATA reconhece o rédito de acordo com o princípio nuclear introduzido pela IFRS 15, isto é, para refletir a transferência de bens e serviços contratados para os clientes, num montante correspondente à contraprestação que a entidade espera receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base num modelo com 5 fases, nomeadamente: (i) identificação de um contrato com um cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação de um preço de transação; (iv) alocação do preço de transação a obrigações de desempenho e (v) reconhecimento do rédito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho.

Transporte aéreo

O valor da venda do transporte de passageiros e carga é, no momento da venda, registado como um passivo na rubrica de documentos pendentes de voo. Quando o transporte é efetuado ou o bilhete caduca, o valor da venda é transferido desta rubrica para rendimentos do exercício ou para uma conta a pagar consoante o transporte tenha sido: i) efetuado pela Empresa ou a bilhete caduca sem direito a reembolso, ii) efetuado por outra transportadora aérea ou a bilhete caduca com direito a reembolso, respetivamente, por um montante geralmente diferente do registado no momento da venda.

São efetuadas análises periódicas do saldo da rubrica de documentos pendentes de voo, de forma a corrigir os saldos dos bilhetes vendidos a fim de verificar os que já foram voados ou cujos cupões perderam a validade, não podendo, portanto, ser voados ou reembolsados.

As comissões, atribuídas a entidades terceiras pela Empresa na venda de bilhetes, são diferidas e registadas como gastos do exercício, de acordo com a periodização entre exercícios das respetivas receitas de transporte.

Programa SATA Imagine

A Empresa segue o procedimento de, em condições definidas e com base nos voos efetuados, atribuir milhas aos clientes aderentes ao programa de fidelização SATA Imagine, as quais podem, posteriormente, ser por estes utilizados na realização de voos com condições preferenciais, nomeadamente, tarifas reduzidas.

No momento da venda de um bilhete, a Empresa considera que tem uma obrigação de desempenho separada correspondente aos pontos do programa SATA Imagine atribuídos. Com base no histórico do número de milhas atribuídas e não utilizadas nem caducadas no final de cada exercício e na valorização unitária atribuída, a Empresa procede ao reconhecimento do diferimento do rédito estimado com a correspondente atribuição das milhas. A valorização das milhas é determinada usando o “*stand-alone price*”, que se baseia no valor médio equivalente do bilhete considerando a redenção de milhas nos últimos 12 meses. O rédito é assim reconhecido quando as milhas são utilizadas ou expiram, geralmente três anos após a data de emissão.

Compensações financeiras obtidas como contrapartida de serviço público

As compensações financeiras atribuídas pelo Governo Regional dos Açores como contrapartida do serviço público são reconhecidas no período em que se satisfaz a obrigação de desempenho. Estas compensações são calculadas trimestralmente, na proporção anual atribuída pelos termos contratualmente previstos e em resultado do concurso público ganho pela Empresa e apenas são reconhecidas quando existe uma certeza razoável de que a Empresa cumpre com as condições de atribuição das mesmas e de que estas irão ser recebidas.

Assistência prestada a terceiros

O valor da receita de assistência a aviões de outras companhias aéreas é contabilizado como rédito no exercício em que o serviço é prestado. O rédito relativo às prestações de serviços de *handling* é reconhecido na medida em que o serviço associado às mesmas é satisfeito.

O rédito é reconhecido líquido de impostos indiretos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização.

3.22 Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. A Empresa classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os ativos com maturidade inferior a três

meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende, também, os descobertos bancários incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos obtidos.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As **atividades operacionais** englobam os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas **atividades de investimento** incluem, nomeadamente, as aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos intangíveis e tangíveis.

As **atividades de financiamento** abrangem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação, juros e despesas relacionadas, compra e venda de ações próprias e pagamento de dividendos.

Os pagamentos de locações são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, como segue:

- a) Os pagamentos de locações que representam pagamentos em dinheiro da parcela principal dos passivos de locação são apresentados como fluxos de caixa resultantes de atividades de financiamento;
- b) Os pagamentos de locação que representam a parcela de juros também são apresentados como fluxos de caixa resultantes de atividades de financiamento; e
- c) Os pagamentos de locação que não foram incluídos na mensuração dos passivos de locação, incluindo pagamentos variáveis, locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor, são apresentados como fluxos de caixa operacionais.

3.23 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos, após a data da demonstração da posição financeira, que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam naquela data, são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício.

Os eventos ocorridos, após a data da demonstração da posição financeira, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após aquela data, são divulgados, se materiais, nas notas às demonstrações financeiras.

4 Políticas de gestão do risco financeiro

4.1 Fatores do risco financeiro

As atividades da Empresa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco da Empresa é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os principais princípios de gestão de risco globais, bem como políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

i. Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional da Empresa é desenvolvida na Região Autónoma dos Açores, no entanto encontra-se exposta ao risco da flutuação das taxas de câmbio através da aquisição de produtos/serviços fortemente indexados ao dólar, como por exemplo o *jetfuel* e manutenção de aeronaves.

A gestão do risco cambial concretiza-se através da monitorização do grau de exposição da Empresa ao risco de flutuação das taxas de câmbio, por referência aos seus ativos e passivos, e tem como referência métricas definidas internamente. Estas métricas são influenciadas pela evolução das atividades e negócios da SATA.

As estratégias de gestão do risco cambial da SATA podem envolver a contratação de instrumentos financeiros derivados, face ao potencial de limitação de exposição cambial, associado às compras futuras, aos créditos a receber e a pagar, a empréstimos não vencidos, entre outros.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de câmbio, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, com base nos valores da posição financeira, dos ativos e passivos financeiros da Empresa, em divisas, convertidos para Euros aos câmbios em vigor à data de relato, apresenta-se como segue:

	2019			
	USD	CAD	OUTRAS	TOTAL
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	14 200	6 380	4 143	24 723
Outras contas a receber	637 234	-	-	637 234
	651 433	6 380	4 143	661 956
PASSIVOS				
Fornecedores	1 000 789	-	-	1 000 789
Outras contas a pagar	111 969	1 245	-	113 214
	1 112 758	1 245	-	1 114 003
	2018			
	USD	CAD	OUTRAS	TOTAL
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	147.768	6.221	3.838	157.827
Outras contas a receber	2.485	217.853	4.976	225.314
	150.253	224.074	8.814	383.141
PASSIVOS				
Fornecedores	1.000.789	-	23.156	1.023.945
Outras contas a pagar	1.299.239	3.345	-	1.302.584
	2.300.028	3.345	23.156	2.326.529

Em 31 de dezembro de 2019, uma desvalorização/valorização de 10% de todas as taxas de câmbio com referência ao Euro, resultaria num impacto nos resultados do exercício de cerca de 45 milhares de Euros (2018: 194 milhares de Euros).

ii. Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa resulta essencialmente do risco de crédito dos clientes e das restantes dívidas de terceiros, bem como das entidades financeiras onde a empresa efetua os seus depósitos.

A SATA aplica a abordagem simplificada prevista na IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza uma expectativa de perdas esperadas para todas as contas a receber. Para medir as perdas de crédito esperadas, as contas a receber foram agrupadas com base nas características de risco de crédito comuns e com base no vencimento. As taxas de perdas esperadas baseiam-se nos perfis de pagamento das vendas e serviços prestados ao longo de um período de 36 meses antes de 31 de dezembro de 2019 ou 2018, respetivamente, e das perdas de crédito históricas correspondentes verificadas durante este período. Decorrente da análise realizada, e atendendo ao facto de parte substancial das receitas da Empresa ser recebida antecipadamente, a taxa de perda de crédito esperada é muito reduzida e, conseqüentemente, os impactos decorrentes imateriais.

Do valor total de contas a receber de clientes, os saldos de agências de viagens, são regularizados, principalmente, através dos sistemas IATA *Billing and Settlement Plan* (“BSP”) e IATA *Clearing House* (“ICH”), o que minimiza, substancialmente, o risco de crédito da Empresa.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“*on demand*”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses. Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada, e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade.

iii. Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas de forma centralizada pelo departamento financeiro do Grupo SATA, que gere os excessos e défices de liquidez de cada uma das empresas. As necessidades de tesouraria são cobertas pela manutenção de linhas de crédito negociadas com entidades bancárias.

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como por exemplo os fluxos de caixa operacionais, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento da Empresa e suas subsidiárias, nomeadamente da SATA Internacional, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso da dívida.

A tabela seguinte analisa os passivos a pagar pela Empresa, nos prazos indicados, por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade, à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são *cash-flows* contratuais não descontados:

	Menos de 1 ano	Entre 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2019			
Empréstimos obtidos:			
- empréstimos bancários	109.475.356	48.343.316	72.048.600
- descobertos bancários	-	-	-
Passivos com obrigações contratuais	9.921.935	22.632.223	16.575.358
Fornecedores	18.172.037	-	-
Outras contas a pagar e outros passivos correntes	17.557.167	-	-
	155.126.495	70.975.539	88.623.958
31 de dezembro de 2018			
Empréstimos obtidos:			
- empréstimos bancários	43.424.411	66.298.671	74.636.250
- descobertos bancários	1.998.100	-	-
Passivos com obrigações contratuais	9.692.899	27.345.179	21.293.718
Fornecedores	22.029.448	-	-
Outras contas a pagar e outros passivos correntes	19.520.050	-	-
	96.664.908	93.643.850	95.929.968

iv. Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem impacto no serviço da dívida contratada. Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos empréstimos com taxas de juro variáveis.

Para os empréstimos de longo prazo e como forma de cobrir uma eventual variação da taxa de juro a longo prazo, a Empresa contrata, sempre que apropriado e possível, taxas de juro fixas, para cobrir o risco de flutuação das taxas de juro.

Análise de sensibilidade dos custos financeiros a variações na taxa de juro:

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total da Empresa subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Tendo por referência à dívida líquida em 31 de dezembro de 2019, um acréscimo de 1% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 2.507 milhares de Euros (2018: 2.000 milhares de Euros).

4.2 Gestão do risco de capital

O objetivo da Empresa em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital equilibrada.

A contratação de dívida é analisada através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de tesouraria.

5. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliadas, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

5.1 Provisões (Nota 18)

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos: (a) por variação dos pressupostos utilizados; (b) pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes; e/ou (c) pela anulação futura de provisões, quando passem a classificar apenas como passivos contingentes.

5.2 Pressupostos atuariais (Nota 20)

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades e as tabelas de mortalidade utilizadas.

5.3 Ativos tangíveis (Nota 6)

A determinação das vidas úteis e valor residual dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

5.4 Imparidades (Notas 6, 10, 11 e 13)

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.5 Documentos pendentes de voo (Nota 22)

Esta rubrica inclui o montante de bilhetes vendidos a clientes cujo voo ainda não ocorreu.

A Empresa procede a uma análise periódica do saldo da rubrica de Documentos pendentes de voo por forma a corrigir os valores de bilhetes vendidos cujos cupões já não são válidos. A estimativa dos montantes desses cupões, que não poderão ser trocados ou reembolsados, requer julgamento por parte do Conselho de Administração, pelo que alterações nos pressupostos utilizados, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

5.6 Programa de fidelização (Nota 24)

A Empresa reconhece uma obrigação contratual, no âmbito do programa de fidelização de clientes "SATA Imagine", com base no valor unitário da milha, atendendo ao "*stand-alone price*". Alterações nos pressupostos utilizados pela Empresa, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

5.7 Impostos diferidos (Nota 9)

De acordo com a IAS 12, a Empresa reconhece os ativos e passivos por impostos diferidos com base na diferença existente entre o valor contabilístico e as bases fiscais dos ativos e passivos. A Empresa analisa periodicamente a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos e reconhece uma perda por imparidade sempre que seja provável que esses ativos não sejam realizáveis, com base em informação histórica sobre o lucro tributável, na projeção do lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2019									
Custo de aquisição	73.312	714.097	122.618.022	395.211	1.724.801	5.401.371	5.499.707	204.050	136.630.571
Depreciações acumuladas	-	(378.564)	(75.614.424)	(383.731)	(1.628.740)	(5.208.314)	(5.485.537)	-	(88.699.310)
Valor líquido	73.312	335.533	47.003.598	11.480	96.061	193.057	14.170	204.050	47.931.261
Movimento de 2019									
Adoção IFRS 16 (Nota 2.3)	-	742.283	-	-	-	-	-	-	742.283
Adições	-	-	5.776.388	58.639	76.653	51.549	880	-	5.964.109
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	178.259	-	(1.104)	(41.992)	(433)	(204.050)	(69.320)
Imparidade - exercício	-	-	(4.388.627)	-	-	-	-	-	(4.388.627)
Depreciação - exercício	-	(257.587)	(8.107.648)	(7.620)	(42.642)	(85.342)	(3.493)	-	(8.504.332)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - transf. e abates	-	-	22.343	-	1.104	41.992	433	-	65.872
	-	484.696	(6.519.285)	51.019	34.011	(33.793)	(2.613)	(204.050)	(6.190.015)
31 de dezembro de 2019									
Custo de aquisição	73.312	1.456.380	128.572.669	453.850	1.800.350	5.410.928	5.500.154	-	143.267.643
Imparidade acumulada	-	-	(4.388.627)	-	-	-	-	-	(4.388.627)
Depreciações acumuladas	-	(636.151)	(83.699.729)	(391.351)	(1.670.278)	(5.251.664)	(5.488.597)	-	(97.137.770)
Valor líquido	73.312	820.229	40.484.313	62.499	130.072	159.264	11.557	-	41.741.246

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2018									
Custo de aquisição	73.312	714.097	120.540.430	395.211	1.687.356	5.360.403	5.497.190	-	134.267.999
Depreciações acumuladas	-	(365.750)	(68.705.862)	(381.320)	(1.592.953)	(5.158.779)	(5.481.712)	-	(81.686.376)
Valor líquido	73.312	348.347	51.834.568	13.891	94.403	201.624	15.478	-	52.581.623
Movimento de 2018									
Adições	-	-	2.243.679	-	37.445	99.445	2.517	204.050	2.587.136
Alienações	-	-	(88.145)	-	-	-	-	-	(88.145)
Transferências e abates	-	-	(77.942)	-	-	(58.477)	-	-	(136.419)
Depreciação - exercício	-	(12.814)	(7.074.652)	(2.411)	(35.787)	(108.012)	(3.825)	-	(7.237.501)
Depreciação - alienações	-	-	88.145	-	-	-	-	-	88.145
Depreciação- transf. e abates	-	-	77.945	-	-	58.477	-	-	136.422
	-	(12.814)	(4.830.970)	(2.411)	1.658	(8.567)	(1.308)	204.050	(4.650.362)
31 de dezembro de 2018									
Custo de aquisição	73.312	714.097	122.618.022	395.211	1.724.801	5.401.371	5.499.707	204.050	136.630.571
Depreciações acumuladas	-	(378.564)	(75.614.424)	(383.731)	(1.628.740)	(5.208.314)	(5.485.537)	-	(88.699.310)
Valor líquido	73.312	335.533	47.003.598	11.480	96.061	193.057	14.170	204.050	47.931.261

Em 2019 e 2018, a frota aérea da Empresa era composta por dois aviões Bombardier Q200, adquiridos em estado de uso em 2009, e quatro aviões Bombardier Q400, adquiridos novos em 2010, e o respetivo equipamento de reserva desses aviões.

No decurso do exercício de 2019, as aquisições de equipamento básico no montante total de 5.776.388 Euros, compreendem, essencialmente, inspeções realizadas aos motores dos aviões CS-TRE, CS-TRF, e CS-TRC, nos montantes de 1.731.677 Euros, 1.293.340 Euros, e 1.378.790 Euros, respetivamente. Adicionalmente, registaram-se adições de outro tipo de equipamento básico relacionado não com frota aérea, no montante de 1.372.581 Euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecida uma perda por imparidade no montante de 4.388.627 Euros relativamente à frota aérea da Empresa, tendo em consideração a análise efetuada à recuperabilidade da mesma, dado o contexto associado ao Contrato de Obrigações de Serviço Público (Nota 1).

Adicionalmente, foram registados 742.283 Euros de ativos por direito de uso relacionados com a adoção da IFRS 16 (Ver Nota 2.3).

Em 2018, as aquisições de equipamento básico no montante total de 2.243.679 Euros, compreendem, essencialmente, inspeções realizadas aos motores do avião CS-TRF, no montante de 1.635.726 Euros. Adicionalmente, registaram-se adições de outro tipo de equipamento básico que não relacionado com frota aérea, no montante de 505.094 Euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o valor líquido dos ativos fixos tangíveis, incluindo custos adicionais incorridos, adquiridos sob o regime de locação é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Valor bruto	103.522.209	98.376.118
Imparidade acumulada	(4.388.627)	-
Depreciações acumuladas	(61.687.637)	(53.893.630)
	<u>37.445.945</u>	<u>44.482.488</u>

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

7. Ativos Intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se ao *software* adquirido e outros para suporte das atividades da Empresa. A evolução registada para os exercícios apresentados é como segue:

	<u>Programas computador</u>	<u>Outros Ativos Intangíveis</u>	<u>Total</u>
A 1 de janeiro de 2019			
Custo de aquisição	843.653	143.797	987.450
Amortizações acumuladas	<u>(739.517)</u>	<u>(142.609)</u>	<u>(882.126)</u>
Valor líquido	<u>104.136</u>	<u>1.188</u>	<u>105.324</u>
Adições	6.000	7.970	13.970
Amortização - exercício	<u>(50.522)</u>	<u>(2.480)</u>	<u>(53.002)</u>
	<u>(44.522)</u>	<u>5.490</u>	<u>(39.032)</u>
31 de dezembro de 2019			
Custo de aquisição	849.653	151.767	1.001.420
Amortizações acumuladas	<u>(790.039)</u>	<u>(145.089)</u>	<u>(935.128)</u>
Valor líquido	<u>59.614</u>	<u>6.678</u>	<u>66.292</u>

	<u>Programas computador</u>	<u>Outros Ativos Intangíveis</u>	<u>Total</u>
A 1 de janeiro de 2018			
Custo de aquisição	843.653	143.797	987.450
Amortizações acumuladas	<u>(671.539)</u>	<u>(122.536)</u>	<u>(794.075)</u>
Valor líquido	<u>172.114</u>	<u>21.261</u>	<u>193.375</u>
Amortização - exercício	<u>(67.978)</u>	<u>(20.073)</u>	<u>(88.051)</u>
	<u>(67.978)</u>	<u>(20.073)</u>	<u>(88.051)</u>
31 de dezembro de 2018			
Custo de aquisição	843.653	143.797	987.450
Amortizações acumuladas	<u>(739.517)</u>	<u>(142.609)</u>	<u>(882.126)</u>
Valor líquido	<u>104.136</u>	<u>1.188</u>	<u>105.324</u>

As amortizações dos ativos intangíveis estão reconhecidas na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

8. Investimentos financeiros

Investimentos em subsidiárias

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos em subsidiárias referem-se às seguintes entidades:

Designação	País de domicílio e principal localização de negócio	% detida	2019			2018		
			Custo aquisição	Perda imparidade	Total	Custo aquisição	Perda imparidade	Total
Sata Internacional	Ponta Delgada	100%	90.673.389	(57.100.574)	33.572.815	90.673.389	(57.100.574)	33.572.815
Sata Gestão Aeródromos	Ponta Delgada	100%	250.000	-	250.000	250.000	-	250.000
Azores Airlines Vacation (EUA)	EUA	100%	728.000	-	728.000	728.000	-	728.000
Azores Airlines Vacation (Canada)	Canada	100%	988.350	-	988.350	988.350	-	988.350
			<u>92.639.739</u>	<u>(57.100.574)</u>	<u>35.539.165</u>	<u>92.639.739</u>	<u>(57.100.574)</u>	<u>35.539.165</u>

O custo de aquisição, inclui o capital social inicial. No caso específico da participação na SATA Internacional, o custo de aquisição inclui o capital social e prestações suplementares concedidas, o qual se encontra ajustado de perda por imparidade reconhecida na data de transição para IFRS (1 de janeiro de 2013).

Os resultados líquidos das empresas subsidiárias encontram-se refletidos no Relatório de Contas Consolidado, desde a aplicação das normas de IFRS.

A 31 de dezembro de 2019, os principais indicadores das empresas subsidiárias detalham-se como se segue:

Designação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capitais próprios	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido	Resultado integral
Sata Internacional	73.558.523	20.918.049	78.962.719	218.860.239	(203.346.386)	157.138.538	(55.813.508)	(55.813.508)
Sata Gestão Aeródromos	72.111	11.107.210	41.821	8.537.890	2.599.610	3.225.004	68.762	68.762
Azores Airlines Vacation (EUA)	161.184	2.550.101	-	1.031.068	1.680.216	7.649.225	280.243	280.243
Azores Airlines Vacation (Canada)	2.130	1.902.496	-	379.707	1.524.919	7.982.239	47.306	47.306
	<u>73.793.948</u>	<u>36.477.856</u>	<u>79.004.540</u>	<u>228.808.904</u>	<u>(197.541.640)</u>	<u>175.995.006</u>	<u>(55.417.196)</u>	<u>(55.417.196)</u>

Investimentos em associadas e participadas

A 31 de dezembro de 2019 os investimentos em associadas e participadas referem-se às seguintes entidades:

Designação	País de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Custo aquisição	Perda imparidade	Total investimento
Empresas associadas:					
Associação Açoreana de Turismo e Hotelaria	Ponta Delgada	30%	12.500	-	12.500
Participadas:					
France Telecom	França	nd	41.514	-	41.514
Estação Geodésica e Espacial de Santa Maria - RAEGE	Ponta Delgada	nd	1.000	-	1.000
			55.014	-	55.014

A 31 de dezembro de 2018 os investimentos em associadas e participadas referem-se às seguintes entidades:

Designação	País de domicílio e principal localização de negócio	% detida	Custo aquisição	Perda imparidade	Total investimento
Empresas associadas:					
Associação Açoreana de Turismo e Hotelaria	Ponta Delgada	30%	12.500	-	12.500
Participadas:					
France Telecom	França	nd	41.514	-	41.514
Sociedade Ilhas de Valor, S.A.	Ponta Delgada	1%	25.000	-	25.000
			79.014	-	79.014

No seguimento da Resolução do Conselho do Governo Regional dos Açores nº 74/2018 de 20 de junho de 2018, que autoriza a desvinculação das entidades públicas a associações como a Sociedade Ilhas de Valor, a SATA procedeu ao desreconhecimento da participação financeira que detinha nesta Sociedade.

9. Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor bruto.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a taxa de imposto utilizada, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais reportáveis, foi de 16,8%. No caso das restantes diferenças e dos impostos diferidos passivos, a taxa de imposto utilizada foi de 18,3%.

Ativos por impostos diferidos

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Responsabilidades com benefícios pós-emprego	Prejuízos Fiscais	Outros	Ajustamento da adoção da IFRS 16	Total
A 1 de janeiro de 2019	931.265	4.500.000	11.195	-	5.442.460
Adoção IFRS 16 (Nota 2.3)	-	-	-	135.838	135.838
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-	-
Constituição/reversão por resultados	(117.808)	-	-	(42.910)	(160.718)
Movimento do exercício	(117.808)	-	-	92.928	(24.880)
A 31 de dezembro de 2019	813.457	4.500.000	11.195	92.928	5.417.580

	Responsabilidades com benefícios pós- emprego	Prejuízos Fiscais	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2018	1.037.267	-	11.195	1.048.462
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-
Constituição/reversão por resultados	(106.002)	4.500.000	-	4.393.998
Movimento do exercício	(106.002)	4.500.000	-	4.393.998
A 31 de dezembro de 2018	931.265	4.500.000	11.195	5.442.460

Prejuízos fiscais reportáveis

Nos termos da legislação, em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais gerados de 2014 a 2016 e a partir de 2017 são reportáveis durante um período de doze e cinco anos, respetivamente, após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, até ao limite de 70% do lucro tributável.

Em 31 de dezembro de 2019 os prejuízos fiscais, tendo em atenção a data limite de utilização, detalham-se conforme segue:

Exercício do prejuízo fiscal	Prejuízos fiscais a 31 de dezembro de 2019	Ano limite para dedução
2014	32.871.876	2026
2018	3.374.167	2023
Total	36.246.043	

Tendo em consideração o período de reporte dos prejuízos fiscais gerados em 2014, de doze anos, a Empresa considerou que os prejuízos fiscais gerados nesse ano são parcialmente recuperáveis através da sua utilização na redução do resultado tributável futuro, e como tal, registou o imposto diferido ativo correspondente.

Passivos por impostos diferidos

Os movimentos ocorridos nas rubricas de passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Reavaliação Frota	Ajustamento da adoção da IFRS 16	Total
A 1 de janeiro de 2019	942.460	-	942.460
Adoção IFRS 16 (Nota 2.3)	-	135.838	135.838
Constituição/reversão por capital	-	-	-
Constituição/reversão por resultados	(920.926)	(44.794)	(965.720)
Movimento do exercício	(920.926)	91.044	(829.882)
A 31 de dezembro de 2019	21.534	91.044	112.578

	Reavaliação Frota	Total
A 1 de janeiro de 2018	1.048.462	1.048.462
Constituição/reversão por capital	-	-
Constituição/reversão por resultados	(106.002)	(106.002)
Movimento do exercício	(106.002)	(106.002)
A 31 de dezembro de 2018	942.460	942.460

A reavaliação resulta da atualização do valor da frota aérea efetuada na data da transição para as IFRS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi registada uma perda por imparidade sobre a referida frota aérea (Nota 6).

10. Inventários

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	2019	2018
Mercadorias	31 305	43 011
Matérias primas	3 251 130	2 947 374
Imparidade de inventários	(1 246 209)	(1 246 209)
Total inventários	2 036 226	1 744 176

O custo dos inventários reconhecidos, em 2019, como gasto e incluído na rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 2.125.427 Euros (em 2018: 1.349.934 Euros).

Imparidade de inventários

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade de inventários, nos exercícios de 2019 e 2018, é como segue:

	2019	2018
A 1 de janeiro	1.246.209	1.085.000
Aumentos	-	161.209
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de dezembro	1.246.209	1.246.209

Os aumentos/reduções de imparidade de inventários estão reconhecidos na rubrica de imparidade de inventários (perdas/reversões) da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

11. Clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica de clientes, é como se segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Clientes	1.645.988	2.079.243
	<u>1.645.988</u>	<u>2.079.243</u>
Imparidade clientes	(48.916)	(48.896)
Total Clientes	<u>1.597.072</u>	<u>2.030.346</u>

Imparidade de clientes

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade de clientes, nos exercícios de 2019 e 2018, é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A 1 de janeiro	48.896	415.061
Aumentos / Reduções	20	47.162
Utilizações	-	(413.327)
A 31 de dezembro	<u>48.916</u>	<u>48.896</u>

Os aumentos/reduções de imparidade de clientes estão reconhecidos na rubrica de imparidade de contas a receber (perdas/reversões) da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

A utilização de perdas por imparidade registadas em exercícios anteriores resulta do desreconhecimento de dívidas de clientes cujos processos de insolvência terminaram, sem a recuperação do montante em dívida.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12. Imposto sobre o rendimento a pagar

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento a pagar são como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pagamentos por conta	50.945	50.945
Retenções na fonte	728	728
Estimativa de IRC (Nota 34)	<u>(196.708)</u>	<u>(100.000)</u>
Total	<u>(145.035)</u>	<u>(48.327)</u>

13. Outras contas a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica de outras contas a receber, é como se segue:

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores						
Secretaria Regional do Turismo e Obras Públicas (Nota 36)	24.674.496	-	24.674.496	27.573.997	-	27.573.997
Entradas de capital por realizar (Nota 16 e 36)	26.485.853	-	26.485.853	7.520.662	26.485.852	34.006.514
Adiantamentos efetuados ao pessoal	389.763	-	389.763	429.470	-	429.470
Valores a receber de seguradoras	158.478	-	158.478	300.470	-	300.470
Outros	240.036	-	240.036	557.765	-	557.765
Adiantamentos a fornecedores	1.497.663	-	1.497.663	336.923	-	336.923
Empresas do Grupo (Nota 36)	122.642.325	-	122.642.325	79.552.005	-	79.552.005
Acréscimo de proventos						
Juros (Nota 36)	401.409	-	401.409	1.416.484	-	1.416.484
Comissões e handling	398.122	-	398.122	-	-	-
Outros (Nota 36)	28.014.329	-	28.014.329	16.943.229	-	16.943.229
Outras contas a receber	204.902.474	-	204.902.474	134.631.005	26.485.852	161.116.857

Por resolução do Conselho do Governo Regional n.º 13/2017 de 21 de fevereiro de 2017 e n.º 85/2018 de 18 de julho de 2018, a Região Autónoma dos Açores deliberou um aumento de capital social em dinheiro, no montante total de 21.580.735 Euros e 27.000.000 Euros, respetivamente. Foi ainda deliberado, que o valor total de 48.580.735 Euros fosse realizado em montantes de parcelas fixas durante os anos seguintes, até 2023. Já em 2020 por resolução do Conselho do Governo Regional n.º 66/2020 de 23 de março de 2020, a Região Autónoma dos Açores deliberou um aumento de capital social em dinheiro, no montante total de 80.000.000 Euros, dos quais 21.034.810 Euros serão realizados em 2020, sendo o remanescente diferido pelos 3 anos seguintes, até 2023. Foi também deliberada a antecipação para 2020 da realização do aumento de capital que se encontrava em curso, cifrando-se o total previsto para o ano de 2020 em 47.520.663 Euros.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante a receber da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas respeita à compensação financeira por contrapartida de serviços públicos na Região Autónoma dos Açores, validada a esta data, nos termos previstos e em resultado do concurso público ganho pela Empresa.

O movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2019 e 2018, bem como o detalhe, por ano civil, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é como segue:

	2019								
	Compensação relativa a 2019	Compensação relativa a 2018	Compensação relativa a 2017	Compensação relativa a 2016	Compensação relativa a 2015	Compensação relativa a 2014	Compensação relativa a 2013	Compensação relativa a 2012	Total
Saldo inicial	-	-	20.313.733	-	4.998.512	2.000.000	209.150	52.603	27.573.998
Compensação (Nota 28)	25.866.078	-	-	-	-	-	-	-	25.866.078
Reequilíbrio financeiro (Nota 28)	15.153.563	1.952.454	-	(85.801)	(78.066)	-	-	-	16.942.150
Transferências	(28.014.329)	12.596.656	2.581.128	1.687.379	78.066	-	-	-	(11.071.100)
Recebimentos	(13.005.312)	(11.083.855)	(6.047.372)	(1.601.578)	(898.512)	(2.000.000)	-	-	(34.636.629)
Saldo final	-	3.465.255	16.847.489	-	4.100.000	-	209.150	52.603	24.674.496

	2018							
	Compensação relativa a 2018	Compensação relativa a 2017	Compensação relativa a 2016	Compensação relativa a 2015	Compensação relativa a 2014	Compensação relativa a 2013	Compensação relativa a 2012	Total
Saldo inicial	-	13.940.933	(1.314.576)	6.283.080	2.000.000	209.150	84.168	21.202.755
Compensação (Nota 28)	24.741.093	-	-	-	-	-	-	24.741.093
Reequilíbrio financeiro (Nota 28)	6.094.000	-	-	-	-	-	-	6.094.000
Transferências	(12.596.656)	16.146.152	3.723.376	(1.284.568)	-	-	(31.565)	5.956.739
Recebimentos	(18.238.437)	(9.773.352)	(2.408.800)	-	-	-	-	(30.420.589)
Saldo final	-	20.313.733	-	4.998.512	2.000.000	209.150	52.603	27.573.997

O aumento verificado nas outras contas a receber de Empresas do Grupo, decorre essencialmente dos empréstimos concedidos para apoios de tesouraria em 2019 à subsidiária SATA Internacional, os quais incluem juros especializados (Nota 33).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de acréscimos de proveitos de juros, respeita à especialização de juros de mora a debitar à Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas no montante de 401.409 Euros (2018:1.416.484 Euros), ainda não confirmados/ validados por esta entidade (Nota 33 e 36).

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de outros acréscimos de proveitos, respeita à estimativa dos seguintes valores a receber, no âmbito do Contrato de Obrigações de Serviço Público, ainda não validados a esta data pela Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas (Nota 28): (i) reequilíbrio financeiro do ano de 2019 no montante de 15.153.563 Euros (Nota 36); e (ii) compensação financeira a receber por contrapartida de serviços públicos prestados na Região Autónoma dos Açores nos últimos dois trimestres de 2019, no montante de 12.860.766 Euros (Nota 36).

Em 31 de dezembro de 2018, encontravam-se registados os reequilíbrios financeiros dos anos de 2016, 2017 e 2018.

14. Outros ativos correntes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica de outros ativos correntes, é como se segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Gastos diferidos		
Rendas	214.070	217.786
Seguros	208.875	13.111
Outros	781.885	444.502
Estado e Outros Entes Públicos		
Imposto sobre o valor acrescentado	<u>97.929</u>	<u>463.068</u>
Outros ativos correntes	<u>1.302.759</u>	<u>1.138.467</u>

15. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	3.525	194
Depósitos bancários	<u>1.268.798</u>	<u>1.227.690</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>1.272.323</u>	<u>1.227.884</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	3.525	194
Descobertos bancários (Nota 19)	-	(1.998.100)
Depósitos bancários	<u>1.268.798</u>	<u>1.227.690</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>1.272.323</u>	<u>(770.216)</u>

16. Capital

Por deliberação em Assembleia Geral de acionistas, na sequência da resolução do Conselho do Governo Regional n.º 13/2017 de 21 de fevereiro de 2017 e n.º 85/2018 de 18 de julho de 2018, foi deliberado um aumento de capital social em dinheiro, no montante total de 44.983.945 Euros. Do aumento de capital deliberado, foram já realizados 18.498.092 Euros, diferindo-se a realização do valor remanescente de acordo com o disposto nos artigos 277º n.º 2 e 285º n.º 1, ambos do Código das Sociedades Comerciais, no montante total de 26.485.853 Euros, o qual será realizado em 2020, conforme divulgado na Nota 13.

O montante subscrito e não realizado no montante de 26.485.853 Euros, encontra-se registado como um valor a receber (Nota 13).

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Empresa é representado por 13.078.047 ações com o valor nominal de 5 euros cada, totalmente detido pela Região Autónoma dos Açores.

17. Outras reservas

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2019 e 2018 a reserva legal não se encontra totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor, totalizando 1.396.612 Euros.

18. Provisões

No decurso dos exercícios de 2019 e 2018 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Processos judiciais	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2019	26.500	81.093	107.593
Dotação/redução	60.096	92.820	152.916
Utilização	-	(9.247)	(9.247)
A 31 de dezembro de 2019	86.596	164.666	251.262

	Processos judiciais	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2018	26.500	81.093	107.593
Dotação/redução	-	-	-
Utilização	-	-	-
A 31 de dezembro de 2018	26.500	81.093	107.593

As dotações/reduções de provisões estão reconhecidas na rubrica de provisões (aumentos/reduções) da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

19. Empréstimos obtidos e Passivos com obrigações contratuais

Empréstimos obtidos

A classificação dos empréstimos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

Tipo	Entidade Financiadora	2019			2018		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários :							
Cessão Créditos	BCP	7.622.498	2.750.000	10.372.498	700.000	10.372.498	11.072.498
Cessão Créditos	BCP	1.239.226	2.355.774	3.595.000	1.198.333	3.595.000	4.793.333
Confirming	BCP	329.878	-	329.878	115.180	-	115.180
Conta corrente caucionada	BCP	3.000.000	-	3.000.000	3.000.000	-	3.000.000
Outros	BCP	420.000	-	420.000	840.000	420.000	1.260.000
Cessão Créditos	BIC	4.726.244	-	4.726.244	4.619.000	2.352.244	6.971.244
Cessão Créditos	BIC	101.000	6.869.000	6.970.000	-	6.970.000	6.970.000
Cessão Créditos	BPI	2.340.321	7.020.963	9.361.284	2.340.321	9.361.284	11.701.605
Cessão Créditos	BPI	13.500.000	-	13.500.000	-	-	-
Cessão Créditos	BPI	1.583.551	4.750.653	6.334.204	-	-	-
Cessão Créditos	CGD	1.100.000	4.050.000	5.150.000	750.000	5.150.000	5.900.000
Cessão Créditos	CGD	2.399.059	4.702.823	7.101.882	2.399.059	7.101.882	9.500.941
Empréstimo Obrigacionista	DBI	-	65.000.000	65.000.000	-	65.000.000	65.000.000
Cessão Créditos	MONTEPIO	-	4.358.109	4.358.109	-	6.358.109	6.358.109
Conta corrente caucionada	NBA	-	-	-	3.000.000	-	3.000.000
Conta corrente caucionada	NBA	6.000.000	-	6.000.000	-	-	-
Outros	CCA	535.785	989.855	1.525.640	510.328	1.530.177	2.040.505
Conta corrente caucionada	CCA	400.000	-	400.000	2.000.000	-	2.000.000
Conta corrente caucionada	CCA	24.000.000	-	24.000.000	-	-	-
Cessão Créditos	CEMAH	-	-	-	1.000.000	-	1.000.000
Outros	CEMAH	459.116	981.194	1.440.310	859.975	1.440.025	2.300.000
Outros	CEMAH	1.825.000	-	1.825.000	-	-	-
Conta corrente caucionada	Santander	-	-	-	1.700.000	-	1.700.000
Cessão Créditos	Santander	6.350.000	-	6.350.000	6.350.000	-	6.350.000
Cessão Créditos	Santander	27.000.000	-	27.000.000	-	-	-
Cessão Créditos	Santander	-	-	-	5.200.000	-	5.200.000
Descobertos bancários (Nota 15)		-	-	-	1.998.100	-	1.998.100
		104.931.679	103.828.371	208.760.050	38.580.296	119.651.219	158.231.515
Custos iniciais com financiamentos obtidos		(858.678)	(4.057.518)	(4.916.196)	(562.209)	(4.688.239)	(5.250.448)
Acréscimo de juros		631.216	-	631.216	534.564	-	534.564
		104.704.217	99.770.852	204.475.070	38.552.651	114.962.980	153.515.631

Os empréstimos bancários obtidos junto do BCP no montante de 13.967.498 Euros, BIC no montante de 11.696.244 Euros, CGD no montante de 12.251.822 Euros, BPI no montante de 29.195.488 Euros, Montepio no montante de 4.358.109 Euros e Santander no montante de 33.350.000 Euros, têm como garantia real atribuída as receitas passadas e/ou futuras associadas aos contratos de obrigações de serviço público celebrados com a Região Autónoma dos Açores, assim como os aumentos de capital deliberados a realizar.

De salientar que a totalidade dos empréstimos obtidos foi negociada com taxas de juro variáveis com exceção, do empréstimo obrigacionista com o DBI no montante de 65.000.000 Euros, da conta corrente caucionada com o NBA montante de 6.000.000 Euros, das contas correntes caucionadas com o CCA no montante de 24.400.000, da cessão de créditos com o BPI no montante de 6.334.204 Euros, da cessão de créditos com o Santander no montante de 6.350.000 euros e do crédito obtido junto da CEMAH no montante de 1.825.000 Euros.

De salientar ainda que a totalidade dos empréstimos obtidos foi negociada em Euros.

Em 5 de dezembro de 2018 foi deliberado em Assembleia Geral, a emissão pela Empresa de um empréstimo obrigacionista, a 10 anos, sujeito a uma taxa de juro fixa de 2,965%, no montante de 65 milhões de Euros. O referido empréstimo tem como garantia real o aval prestado pelo Governo da Região Autónoma dos Açores.

Os custos iniciais com financiamentos obtidos correspondem a comissões de abertura de novos financiamentos que são diferidas ao longo do período dos respetivos contratos.

Na emissão do empréstimo obrigacionista em 2018, a diferença entre o preço de subscrição e o valor nominal das obrigações deu origem a um prémio de emissão para os subscritores das obrigações no valor de 5.000.000 Euros. A comissão de montagem ascendeu a 450 milhares de Euros e a taxa de juro associada é de 2,72%.

A análise por maturidade da dívida detalha-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Até 1 anos	104.931.679	38.580.296
Entre 2 e 5 anos	38.828.371	54.651.219
Superior a 5 anos	65.000.000	65.000.000
	<u>208.760.050</u>	<u>158.231.515</u>

Uma vez que a maioria dos empréstimos são negociados a condições de mercado (a taxas de juro variáveis), o justo valor dos empréstimos é semelhante ao valor contabilístico dos mesmos.

Passivos com obrigações contratuais

A empresa regista no seu ativo fixo tangível os ativos adquiridos em regime de locação. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a empresa tinha assumido compromissos decorrentes de contratos de locação.

O resumo dos passivos com obrigações contratuais negociadas pela Empresa detalha-se como se segue:

Tipo	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Locações	8.469.498	33.810.133	42.279.631	8.062.131	41.772.042	49.834.173
Custos iniciais com locações	(55.242)	(198.807)	(254.049)	(63.618)	(263.406)	(327.024)
Acréscimo de juros	(71.362)	-	(71.362)	(81.319)	-	(81.319)
	<u>8.342.894</u>	<u>33.611.326</u>	<u>41.954.220</u>	<u>7.917.194</u>	<u>41.508.636</u>	<u>49.425.830</u>

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Locações - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	9.921.935	9.692.899
Entre 1 e 5 anos	22.632.223	27.345.179
Mais de 5 anos	16.575.358	21.293.718
	<u>49.129.516</u>	<u>58.331.796</u>
Custos financeiros futuros das locações	(6.849.885)	(8.497.623)
Valor atual do passivo das locações	<u>42.279.631</u>	<u>49.834.173</u>

O valor atual do passivo das locações é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Até 1 ano	8.469.498	8.062.131
Entre 1 e 5 anos	18.439.318	22.489.254
Mais de 5 anos	15.370.815	19.282.788
	<u>42.279.631</u>	<u>49.834.173</u>

Os passivos remunerados reconciliam com os montantes apresentados na demonstração de fluxos de caixa do seguinte modo:

	2019	2018
Saldo em 1 de janeiro	202.941.462	153.102.340
Varição dos descobertos bancários	(1.998.100)	10.242
Recebimentos de empréstimos obtidos	114.024.364	123.442.500
Pagamentos de empréstimos bancários	(61.163.477)	(61.101.199)
Adoção IFRS 16 (Nota 2.3)	742.283	-
Pagamentos de locações	(8.296.824)	(7.602.689)
Outros (custos iniciais e juros)	179.581	(4.909.732)
Saldo em 31 de dezembro	246.429.289	202.941.462

20. Obrigações de benefícios de reforma e outros

A Empresa concede complementos de pensões de reforma (daqui em diante referido como Plano de pensões) aos empregados que se encontravam ao serviço até 31 de dezembro de 2003. Para os empregados admitidos após essa data foi constituído um plano de contribuição definida, conforme mencionado na Nota 3.15.

Para cobertura das responsabilidades para complementos de pensões de reforma, a Empresa constituiu em 29 de dezembro de 1994 um Fundo de Pensões autónomo para o qual é transferida a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se forem vencendo em cada um dos exercícios.

São participantes deste Plano de Pensões todos os trabalhadores da Empresa que com este mantenham um vínculo efetivo através de contrato de trabalho sem termo e cuja data de admissão na Empresa seja anterior a 1 de janeiro de 2004. Também são elegíveis os trabalhadores que, tendo sido admitidos na Empresa, antes de 1 de janeiro de 2004 através de contrato de trabalho a termo certo, venham a adquirir um vínculo efetivo através de contrato de trabalho sem termo celebrado após aquela data.

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018 por uma entidade externa independente. O valor presente da obrigação de benefícios definidos, bem como o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial, são os abaixo indicados:

	2019	2018
Taxa anual de desconto	1,00%	1,65%
Taxa anual de crescimento dos salários	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento das pensões	0,50%	0,50%
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80

O montante da obrigação reconhecida na demonstração da posição financeira é determinado como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Valor presente das obrigações	30.335.005	28.766.183
Justo valor dos ativos do plano	<u>(23.516.825)</u>	<u>(21.789.279)</u>
Obrigação na demonstração da posição financeira	<u>6.818.180</u>	<u>6.976.904</u>

O movimento ocorrido no valor atual da obrigação subjacente ao plano de pensões foi o seguinte:

	<u>Responsabilidades do plano</u>	<u>Ativos do plano</u>	<u>Total</u>
A 1 de janeiro de 2018	30.014.805	(23.216.429)	6.798.376
<u>Gastos do exercício (Nota 30)</u>			
Custo serviços correntes	61.465	-	61.465
Juro líquido	495.244	(370.912)	124.332
Sub-total	<u>556.709</u>	<u>(370.912)</u>	<u>185.797</u>
<u>Remensurações</u>			
Retorno dos ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	1.785.073	1.785.073
Variação pressupostos demográficos	-	-	-
Variação pressupostos financeiros	-	-	-
Ajuste de experiência	124.573	-	124.573
Sub-total	<u>124.573</u>	<u>1.785.073</u>	<u>1.909.646</u>
Contribuições	-	(1.449.536)	(1.449.536)
Benefícios pagos pelo Fundo	(1.462.525)	1.462.525	-
Benefícios pagos pela Empresa	(467.379)	-	(467.379)
A 31 de dezembro de 2018	<u>28.766.183</u>	<u>(21.789.279)</u>	<u>6.976.904</u>
<u>Gastos do exercício (Nota 30)</u>			
Custo serviços correntes	77.676	-	77.676
Juro líquido	474.642	(167.889)	306.753
Sub-total	<u>552.318</u>	<u>(167.889)</u>	<u>384.429</u>
<u>Remensurações</u>			
Retorno dos ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	(1.572.725)	(1.572.725)
Variação pressupostos demográficos	-	-	-
Variação pressupostos financeiros	1.914.960	-	1.914.960
Ajuste de experiência	1.039.014	-	1.039.014
Sub-total	<u>2.953.974</u>	<u>(1.572.725)</u>	<u>1.381.250</u>
Contribuições	-	(1.451.625)	(1.451.625)
Benefícios pagos pelo Fundo	(1.451.625)	1.464.692	13.067
Benefícios pela Empresa	(485.844)	-	(485.844)
A 31 de dezembro de 2019	<u>30.335.006</u>	<u>(23.516.825)</u>	<u>6.818.180</u>

A remensuração positiva dos ativos do plano, no montante de 1.572.725 Euros, resulta da diferença entre a rentabilidade estimada do Fundo de Pensões, no montante de 167.889 Euros, e a sua rentabilidade real, a qual resultou numa valorização efetiva de 1.740.614 Euros.

A maturidade média das responsabilidades do plano ascende a 11 anos.

O detalhe da natureza dos ativos que constituem o fundo do plano de pensões é como se segue:

	2019	2018
Obrigações	10.841.256	14.141.242
Imóveis	2.092.997	1.917.457
Ações	7.737.035	2.636.503
Depósitos	1.152.324	1.525.250
Outros	1.693.211	1.568.828
	23.516.825	21.789.279

A contribuição estimada para o Fundo de pensões, em 2020, ascenderá a 78 milhares de Euros.

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade das responsabilidades por benefícios definidos às variações ponderadas da taxa de desconto:

	Taxa	2019
Diminuição de 0,25% na taxa de desconto	0,75%	31.134.620
Taxa de desconto anual das pensões	1,00%	30.335.006
Aumento de 0,25% na taxa de desconto	1,25%	29.569.682

A análise de sensibilidade acima é baseada na alteração individual da taxa de desconto, mantendo todos os outros em valores constantes. O cálculo da análise de sensibilidade foi efetuado com base no método de apuramento das responsabilidades de benefícios definidos reconhecidas na demonstração da posição financeira (valor presente das obrigações de benefícios definidos calculadas com base no método da unidade projetada no final do período de relato).

Planos de contribuição definida

Em 2019, o valor das contribuições definidas efetuadas pela Empresa para o plano de contribuição definida gerido pelo BPI Pensões e prémio de jubilação, ascendeu a 401.808 Euros (377.301 Euros em 2018). Ver Nota 30.

21. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos de fornecedores apresentam-se como se segue:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	18.172.037	22.029.448
Total fornecedores	18.172.037	22.029.448

22. Documentos pendentes de voo

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a responsabilidade da Empresa, referente a bilhetes emitidos e não utilizados ascendia a 787.243 Euros e 639.915 Euros, respetivamente.

23. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica de outras contas a pagar é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outros credores		
Governo Regional dos Açores (Nota 36)	-	5.000.000
Credores diversos	802.913	354.477
Empresas do Grupo (Nota 36)	7.361.766	7.883.724
Taxas aeronáuticas	312.339	261.602
Saldos credores de clientes	43.134	41.480
Acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	4.277.291	3.733.836
Seguros	247.978	237.447
Outros acréscimos	1.180.309	848.371
Outras contas a pagar	<u>14.225.730</u>	<u>18.360.937</u>

A rubrica de taxas aeronáuticas refere-se, essencialmente, a valores a pagar a diversas entidades, relacionados com taxas cobradas aos clientes nos bilhetes emitidos.

A rubrica de remunerações a liquidar respeita maioritariamente a férias e subsídio de férias a pagar em 2020.

A rubrica de outros acréscimos respeita maioritariamente a gastos gerais de fornecimentos e serviços externos.

24. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica de outros passivos correntes é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o rendimento singular	1.015.182	575.896
Segurança social	2.315.949	582.536
Outros	306	681
Rendimentos diferidos		
SATA Imagine	806.932	896.823
Outras contas a pagar	<u>4.138.369</u>	<u>2.055.936</u>

No âmbito da aplicação do IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes, na atribuição de milhas aos clientes aderentes ao programa de fidelização denominado “SATA Imagine”, é reconhecida uma obrigação contratual com base no valor unitário da milha (Nota 3.20).

Em 31 de dezembro de 2019, encontravam-se pendentes de regularização os valores a pagar de imposto sobre o rendimento singular dos meses de novembro e dezembro de 2019 e os valores a pagar de segurança social dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019. A totalidade destes montantes foi regularizada já em janeiro de 2020.

25. Ativos e passivos financeiros por categoria

As políticas contábilísticas de mensuração para instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros, com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019			Total
	Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos e passivos financeiros ao justo valor por outro rendimento integral	Ativos e passivos financeiros fora de âmbito da IFRS 9	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.272.323	-	-	1.272.323
Clientes e outras contas a receber	177.685.686	-	28.813.860	206.499.546
Total ativos financeiros	178.958.009	-	28.813.860	207.771.869
Passivos				
Empréstimos obtidos não corrente	99.770.852	-	-	99.770.852
Empréstimos obtidos corrente	104.704.217	-	-	104.704.217
Passivos com obrigações contratuais não corrente	33.611.326	-	-	33.611.326
Passivos com obrigações contratuais corrente	8.342.894	-	-	8.342.894
Fornecedores e outras contas a pagar	32.397.767	-	-	32.397.767
Total passivos financeiros	278.827.056	-	-	278.827.056
	2018			
	Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos e passivos financeiros ao justo valor por outro rendimento integral	Ativos e passivos financeiros fora de âmbito da IFRS 9	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.227.884	-	-	1.227.884
Clientes e outras contas a receber	144.787.490	-	18.359.713	163.147.203
Total ativos financeiros	146.015.374	-	18.359.713	164.375.087
Passivos				
Empréstimos obtidos não corrente	114.962.980	-	-	114.962.980
Empréstimos obtidos corrente	38.552.651	-	-	38.552.651
Passivos com obrigações contratuais não corrente	41.508.636	-	-	41.508.636
Passivos com obrigações contratuais corrente	7.917.194	-	-	7.917.194
Fornecedores e outras contas a pagar	40.390.385	-	-	40.390.385
Total passivos financeiros	243.331.846	-	-	243.331.846

26. Justo valor de ativos e passivos

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa não apresenta ativos e passivos valorizados ao justo valor.

27. Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Vendas de Produtos		
Merchandising	5.357	4.581
Sub-total	5.357	4.581
Prestação de Serviços		
Exploração aérea	24.917.981	22.974.938
Assistência a aviões de terceiros	9.693.952	8.779.275
Cedência de pessoal	2.016.709	2.065.526
Taxa de terminal	1.360.594	1.209.692
Comissões de tráfego	597.522	479.527
Outros	2.202.732	2.394.571
Sub-total	40.789.490	37.903.527
Vendas e prestações de serviços	40.794.847	37.908.108

28. Subsídios à exploração

O montante de subsídios à exploração reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Subsídios à exploração		
Contrato obrigação serviço público (Nota 13)		
janeiro a setembro	19.507.968	18.238.437
outubro a dezembro	6.358.110	6.502.656
Reequilíbrio financeiro (Nota 13)	16.942.150	6.094.000
	42.808.228	30.835.093

29. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos incorridos nos exercícios de 2019 e 2018 é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aluguer de motores	5.357.939	3.689.106
Combustíveis e lubrificantes	5.044.952	4.855.285
Comunicação	4.694.546	4.158.161
Rendas e Alugueres	2.830.391	2.996.403
Serviços relativos a tráfego	3.512.752	3.815.072
Taxas relativas a voo	1.679.496	1.571.993
Cedência de pessoal	1.601.047	1.754.876
Comissões	1.268.774	1.301.403
Limpeza e higiene	778.798	718.124
Handling	564.120	595.185
Conservação e reparação	341.681	289.559
Deslocações e estadas	259.012	230.000
Outros	2.472.606	2.564.851
Fornecimentos e serviços externos	<u>30.406.114</u>	<u>28.540.018</u>

A variação verificada dos fornecimentos e serviços externos está diretamente relacionada com o aumento dos custos com alugueres de motores, em substituição temporária dos reatores com necessidade de intervenção estrutural de manutenção.

A rubrica rendas e alugueres inclui contratos de locação que não cumprem os requisitos definidos na IFRS 16, relativos, essencialmente, a instalações e balcões em aeroportos e *software*.

30. Gastos com o pessoal

Os custos com o pessoal, incorridos durante o exercício de 2019 e 2018, foram como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Remunerações</u>		
Orgãos sociais	221.263	196.769
Pessoal	26.491.484	24.134.849
	<u>26.712.747</u>	<u>24.331.618</u>
<u>Benefícios pós-emprego (Nota 20):</u>		
Plano de benefício definido	384.429	185.797
Plano de contribuição definida	306.145	287.917
Prémio de jubilação	95.663	89.384
	<u>786.237</u>	<u>563.098</u>
<u>Encargos sociais</u>		
Encargos sobre remunerações	6.067.696	5.475.012
Custos de ação social	68.097	74.681
Outros	2.277.105	2.031.649
	<u>8.412.898</u>	<u>7.581.342</u>
Custos com o pessoal	<u>35.911.882</u>	<u>32.476.058</u>

A variação verificada nos gastos com o pessoal deve-se ao efeito conjunto do aumento salarial registado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e do aumento do número médio de trabalhadores.

O número médio de empregados da Empresa encontra-se detalhado no Relatório de Gestão.

31. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Diferenças de câmbio favoráveis	788.233	163.130
Rendimentos suplementares	14.200	12.878
Ganhos em inventários	1.868	1.079
Ganhos em ativos fixos tangíveis	-	924
Outros	2.231	17.975
	<u>806.532</u>	<u>195.986</u>

32. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos	362.217	483.047
Juros de Mora	3.902	293.706
Comissões de cartão crédito	55.974	90.945
Perdas em inventários	533	133
Outros	103.971	104.401
	<u>526.597</u>	<u>972.232</u>

33. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Gastos financeiros		
Juros de empréstimos obtidos	5.593.917	4.200.830
Juros de passivos com obrigações contratuais	1.687.342	1.733.011
Comissões, taxas e outros	1.581.172	1.323.383
Juros de Mora	610.843	-
Juros suportados (Nota 36)	392.438	346.174
Outros	35.055	408.045
	<u>9.900.767</u>	<u>8.011.443</u>
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos (Nota 36)	8.911.018	2.938.739
Outros	-	76
	<u>8.911.018</u>	<u>2.938.815</u>

Os juros suportados de partes relacionadas decorrem do débito de juros a pagar à SATA Gestão de Aeródromos por conta de empréstimos recebidos para apoio de tesouraria, os quais venceram juros durante o exercício a taxas normais de mercado (Nota 23).

Os juros obtidos decorrem maioritariamente do débito de juros de mora à Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas no ano de 2019 no montante de 4.291.476 Euros (1.416.484 Euros em 2018), dos quais 401.409 Euros carecem de validação por parte da Secretaria (Nota 13). Importa ainda referir que do montante total, 3.482.719 Euros dizem respeito aos anos de 2010 a 2014, conforme definido no Contrato das Obrigações de Serviço Público e validado pela Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas. Adicionalmente, encontram-se registados 4.619.542 Euros (1.522.255 Euros em 2018) de juros a receber da SATA Internacional por conta de empréstimos concedidos para apoio de tesouraria, os quais venceram juros durante o exercício a taxas normais de mercado (Nota 36).

34. Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto sobre rendimento corrente (Nota 12)	196.708	100.000
Imposto diferido (Nota 9)	(805.002)	(4.500.000)
Excesso/insuficiência estimativa imposto	<u>(20.470)</u>	<u>(26.152)</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>(628.764)</u>	<u>(4.426.152)</u>

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado antes de imposto	1.350.941	(7.005.606)
Taxa de imposto	<u>18,30%</u>	<u>16,80%</u>
	<u>247.222</u>	<u>(1.176.942)</u>
<u>Gastos não dedutíveis</u>		
Diferenças temporárias s/ imposto diferido	(704.789)	255.334
Tributação autónoma	79.890	100.000
Excesso/insuficiência estimativa anos anteriores	(20.471)	(26.152)
Benefícios fiscais	(98.733)	-
Diferenças permanentes	29.900	49.343
Prejuízos fiscais sem imposto diferido	(161.783)	872.265
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais de anos anteriores	<u>-</u>	<u>(4.500.000)</u>
Imposto s/ rendimento	<u>(628.764)</u>	<u>(4.426.152)</u>
Taxa efetiva de imposto	-46,5%	63,2%

A taxa de imposto utilizada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	<u>1,50%</u>	<u>0,00%</u>
	<u>18,30%</u>	<u>16,80%</u>

35. Contingências

Garantias bancárias

A SATA tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Início	2019	2018
Banco Europeu Investimento (BEI)	05-01-2010	7.054.091	7.054.091
Região Autónoma dos Açores	01-10-2015	6.750.000	6.750.000
Estado Português	01-01-2011	297.629	297.629
De Lage Landen Internacional B.V. - Sucursal em Portugal (NovaBase)	01-04-2017	125.313	125.313
Direcção Geral das Alfândegas	28-04-2016	25.000	25.000
ANA Aeroportos, S.A.	26-06-2008	12.000	12.000
Direcção Geral das Alfândegas	28-04-2016	3.000	3.000
		14.267.033	14.267.033

A garantia prestada à Região Autónoma dos Açores resulta do contrato de concessão de atividade de transporte aéreo regular no Arquipélago dos Açores.

A garantia prestada ao BEI resulta do contrato de locação para a aquisição dos quatro aviões Bombardier Q 400.

Ativos e Passivos contingentes

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa não apresenta ativos ou outros passivos contingentes passíveis de divulgação.

36. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa é controlada pela Região Autónoma dos Açores, que detém 100% do capital da empresa.

Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Empresa foi considerado de acordo com a IAS 24 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da empresa ascenderam a 221.263 Euros (2018: 196.769 Euros).

Saldos e Transações entre partes relacionadas

Os saldos e transações, com entidades relacionadas a 31 de dezembro de 2019 e 2018 são como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outras contas a receber (Nota 13)		
Governo Regional dos Açores	51.160.349	27.573.997
Sata SGPS - aumento de capital	-	34.006.514
Sata SGPS	-	7.783
Sata Internacional	122.642.051	79.431.050
Sata Gestão Aeródromos	274	-
Azores Airlines Vacation (EUA)	-	113.172
Azores Airlines Vacation (Canada)	-	-
	<u>173.802.674</u>	<u>141.132.516</u>
Acréscimo de proveitos (Nota 13)		
Governo Regional dos Açores	<u>28.415.738</u>	<u>18.359.713</u>
	<u>28.415.738</u>	<u>18.359.713</u>
Outras contas a pagar (Nota 23)		
Governo Regional dos Açores	-	5.000.000
Sata Internacional	-	113.916
Sata Gestão de Aeródromos	6.714.360	7.052.968
Azores Airlines Vacation (EUA)	647.406	696.440
Azores Airlines Vacation (Canada)	-	20.400
	<u>7.361.766</u>	<u>12.883.724</u>

Em 31 de dezembro de 2019, os valores a receber da SATA Internacional no montante de 122.642.051 Euros, resultam de empréstimos concedidos para apoio de tesouraria, acrescidos de juros que se venceram a taxas normais de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, os valores a pagar à SATA Gestão de Aeródromos no montante de 6.714.360 Euros, resultam de empréstimos obtidos para apoio de tesouraria, os quais venceram juros a taxas normais de mercado.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços prestados		
Governo Regional dos Açores	42.808.228	30.835.093
Sata Internacional	9.445.919	9.365.475
Sata Gestão Aeródromos	181.970	216.468
Azores Airlines Vacation (EUA)	-	-
Azores Airlines Vacation (Canada)	-	-
	<u>52.436.117</u>	<u>40.417.036</u>
Compras de serviços		
Sata SGPS	-	20.000
Sata Internacional	1.590.958	1.749.351
Sata Gestão Aeródromos	<u>603.352</u>	<u>595.823</u>
	<u>2.194.310</u>	<u>2.365.174</u>

	2019	2018
Rendimentos financeiros (Nota 33)		
Governo Regional dos Açores	4.291.476	1.416.484
Sata Internacional	4.619.542	1.522.255
	8.911.018	2.938.739
Gastos financeiros (Nota 33)		
Sata Gestão Aeródromos	392.438	346.174
	392.438	346.174

A rubrica prestações de serviços inclui o apoio técnico e comissões sobre as vendas de bilhetes, de passageiros e cargas, efetuados à SATA Internacional.

As transações efetuadas com as empresas do Grupo SATA foram realizadas em condições normais de mercado.

37. Eventos subsequentes

No atual contexto de emergência de saúde pública, em que a Organização Mundial da Saúde declarou a pandemia de coronavírus (Covid-19), tem-se vindo a registar, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações em resultado desta pandemia Covid-19. Para fazer face a esta calamidade mundial, diversos governos, autoridades e agentes económicos implementaram um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global.

Por forma a mitigar os efeitos na Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional aprovou a Resolução do Conselho do Governo n.º 76/2020, de 25 de março de 2020, que veio suspender todas as ligações aéreas da SATA Air Açores entre todas as ilhas da Região, exceto os voos relativos ao cumprimento das obrigações de serviço público de transporte de carga e em casos de força maior. Assim, nas últimas semanas, a SATA Air Açores reduziu a sua atividade, mantendo apenas uma ligação diária, circular, entre as ilhas do Arquipélago dos Açores, em detrimento dos 40 voos diários habitualmente operados.

Apesar da reduzida atividade, tem-se mantido uma estrutura operacional mínima por forma a garantir a mobilidade inter-ilhas e o transporte de bens essenciais para a Região Autónoma dos Açores.

Os efeitos da disseminação do vírus estão, ainda, a ser analisados pelas autoridades competentes, tendo sido anunciado pela IATA, que devido à gravidade das restrições de viagem e à esperada recessão global, se estima que as receitas dos passageiros da indústria na Europa possam cair 252 mil milhões de dólares ou 44% abaixo do valor de 2019. Estamos perante a mais grave crise de sempre, para indústria da aviação, sendo expectável impactos muito relevantes no transporte aéreo em todo o mundo.

Salienta-se o atual cenário de fecho de fronteiras devido à pandemia, sendo expectável que as severas restrições de viagens não serão levantadas antes de meados de maio.

Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, prevê-se que o setor do Turismo seja um dos mais afetados a nível mundial. Neste contexto, é já possível observar uma queda na procura de serviços de transporte aéreo a nível mundial, estando a Administração da SATA a acompanhar a situação com base na informação disponível e nas expectativas atuais quanto à evolução da disseminação do vírus.

Há que pensar no relançamento da economia no momento imediatamente a seguir ao alívio das restrições ao funcionamento dos mercados. O sector do turismo não é apenas prioritário para a manutenção da

capacidade instalada e dos postos de trabalho durante a crise, mas é-o também pelo facto de previsivelmente o fim da pandemia coincidir com o início da época alta do turismo em Portugal. Tendo este sector um peso significativo no PIB nacional, deverão ser garantidas as condições essenciais para o seu funcionamento pleno em junho, julho, agosto e setembro, minimizando assim o valor negativo previsível para o crescimento do PIB português em 2020.

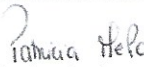
Uma coisa é certa, os restantes meses do ano 2020 continuarão a ser afetados pela evolução e ritmo da propagação do vírus Covid-19, especialmente se houver uma segunda vaga. Ninguém sabe o rumo que esta pandemia irá tomar. No entanto, acreditamos que este cenário poderá causar uma disrupção significativa nas estruturas económicas globais no segundo trimestre. Eventualmente, com algum otimismo, poderemos assistir a uma recuperação no segundo semestre do ano. Uma vez que estamos a lidar com elevados índices de incerteza, há a necessidade imperiosa de nos adaptarmos continuamente face às informações oficiais que nos chegam sobre este tema. É, assim, essencial, para a Sata, ajustar rapidamente a sua estratégia à realidade. Assim, foram tomadas um conjunto de iniciativas, que listamos abaixo.

Perante este cenário acima descrito, a Sata tem levado a cabo inúmeras iniciativas para controlar e reduzir custos e ter capacidade de tesouraria, a saber:

- i. Suspensão ou adiamento de investimentos não críticos;
- ii. Renegociação de contratos e prazos de pagamento com fornecedores;
- iii. Corte de despesas acessórias;
- iv. Suspensão de todo o trabalho extraordinário, salvo casos excecionais;
- v. Obrigatoriedade do gozo de folgas acumuladas e férias de períodos passados, durante os próximos 3 meses (abril, maio e junho);
- vi. Suspensão de todos os processos de recrutamento e seleção em curso ou previstos realizar, exceto os absolutamente indispensáveis para a continuidade da operação;
- vii. Suspensão de todos os processos de mobilidade interna em curso ou previstos realizar, exceto os absolutamente indispensáveis para a continuidade da operação;
- viii. Suspensão de todos os processos e ações de formação, internos e externos, exceto os absolutamente indispensáveis para a continuidade da operação e obrigatórios por lei; e
- ix. Medidas de apoio implementadas no âmbito do Covid19, pelo Governo Português, e às quais a Sata se candidatou, nomeadamente diferimento do pagamento de impostos, Lay-Off simplificado e medidas extraordinárias de apoio à manutenção de contratos de trabalho, aderindo também à medida extraordinária de proteção de clientes bancários através da moratória no pagamento de empréstimos bancários.

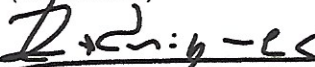
As iniciativas em curso na SATA e os impactos do COVID nas suas operações estão igualmente a ser acompanhadas e monitorizadas pelo acionista, o Governo Regional dos Açores.

CONTABILISTA CERTIFICADO


Patrícia Maria de Amaral Barroso Melo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

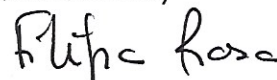
Luís Manuel da Silva Rodrigues
(Presidente)



Teresa Mafalda Pais de Moura Gonçalves
(Administradora)

Mário Rogério Carvalho Chaves
(Administrador)

Filipa Carmen Henriques de Gouveia Rato Rosa
(Administradora)



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (Contas individuais de 2019)



Exmo. Senhor acionista da

SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A.,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras individuais apresentadas pelo Conselho de Administração da SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A. (a Entidade), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

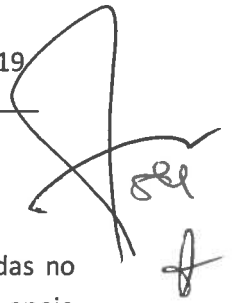
No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Conselho Fiscal procedeu com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, ao acompanhamento da atividade da Entidade, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos e do cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo reunido com alguns responsáveis da entidade e com o Revisor Oficial de Contas.

Os membros do Conselho Fiscal estiveram presentes na reunião do Conselho de Administração, realizada por meios telemáticos em 14 de maio de 2020, em que foram aprovadas as demonstrações financeiras individuais relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019.

A Entidade preparou e apresentou as demonstrações financeiras individuais em referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IFRS), adotadas pela União Europeia, tendo no âmbito das nossas funções procedido à verificação da adequação das políticas contabilísticas adotadas que se encontram devidamente divulgadas no anexo às demonstrações financeiras individuais que, no nosso entender, conduzem a uma correta apresentação da posição financeira e do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data.

No exercício findo de 2019, a Entidade apresenta um resultado líquido de 1.979.705 euros, um capital próprio no montante de 2.850.428 euros e fluxos de caixa operacionais positivos no montante de 2.823.621 euros.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 apresentam um capital próprio inferior a metade do capital social, situação que determina a aplicação das disposições previstas no artigo 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais.



Como salientado no anexo às demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a qual se encontra dependente do apoio financeiro do acionista, conjugado com a renovação do Contrato das Obrigações de Serviço Público de concessão dos serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores, da rentabilidade futura das operações, do recebimento da dívida das entidades estatais, da recuperabilidade da participação financeira na subsidiária SATA Internacional – Azores Airlines, S.A., reconhecida pelo custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, a qual apresenta, em 31 de dezembro de 2019, um valor de 33.573 milhares de euros, à qual acrescem empréstimos concedidos no montante de 122.642 milhares de euros e da reestruturação dos passivos remunerados.

A atividade de transporte aéreo regular dentro do Arquipélago dos Açores foi renovada em 4 de setembro de 2015, pelo prazo de 5 anos a contar de outubro de 2015, e perante esta realidade a Entidade encontra-se a efetuar os estudos preliminares, aguardando a publicação do novo contrato para apresentar proposta de acordo com o que vier a ser publicado no caderno de encargos.

Adicionalmente outro acontecimento relevante para a realização futura dos ativos da Entidade está relacionado com a extensão e gravidade da crise pandémica COVID 19, cujas imediatas consequências económicas e financeiras se fizeram sentir com a suspensão de todas as ligações aéreas da Entidade entre todas as ilhas da Região, exceto os voos relativos ao cumprimento das obrigações de serviço público de transporte de carga e em casos de força maior, mantendo apenas uma ligação diária, circular, entre as ilhas do Arquipélago dos Açores, em detrimento dos 40 voos diários habitualmente operados e, perante este cenário de redução significativa de atividade, a Entidade desencadeou um conjunto de iniciativas de natureza diversa para mitigar os efeitos negativos do impacto desta crise que tem a particularidade de ser mais acentuado no setor da aviação, que não foram ainda possíveis de quantificar com razoável grau de segurança.

As demonstrações financeiras não incluem qualquer ajustamento na hipótese de se vir a constatar o pressuposto da continuidade adotado pela Administração ser inapropriado.

Procedemos ainda à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluído, que de uma forma geral é esclarecedor da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Entidade, evidenciando os aspetos mais significativos da sua atividade e satisfaz, de um modo geral, os requisitos exigidos pelo artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Também efetuámos uma análise da certificação legal das contas, bem como do relatório de auditoria emitido pelo Auditor Externo, cujas opinião com reservas e incerteza material sobre a continuidade merecem o acordo do Conselho Fiscal.

As demonstrações financeiras examinadas referem-se à atividade individual mas irão ser também preparadas e aprovadas em separado demonstrações financeiras consolidadas que melhor apresentam a posição financeira e o desempenho operacional do Grupo e, nestas circunstâncias, detalham-se os principais indicadores das empresas subsidiárias que integram o perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2019:

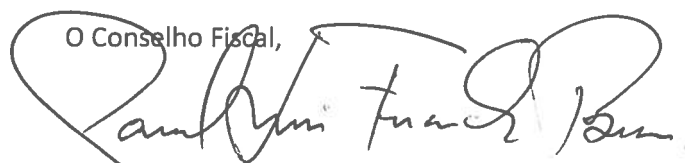
Designação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capitais próprios	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido	Resultado Integral
Sala Internacional	73 598 523	20 918 049	78 962 719	218 860 239	(203 346 386)	157 138 538	(55 813 508)	(55 813 508)
Sala Gestão Aeródromos	72 111	11 107 210	41 821	8 537 890	2 599 610	3 225 004	68 762	68 762
Azores Airlines Vacation (EUA)	161 184	2 550 101	-	1 031 068	1 680 216	7 649 225	280 243	280 243
Azores Airlines Vacation (Canada)	2 130	1 902 496	-	379 707	1 524 919	7 982 239	47 306	47 306
	73.793.948	36.477.856	79.004.540	228.808.904	(197.541.640)	178.995.006	(55.417.196)	(55.417.196)

PARECER

No âmbito das nossas funções, e atendendo à atual incerteza decorrente dos fatores de risco operacional e financeiro associados às alterações da atividade do transporte aéreo e modelo de negócio, e de refinanciamento da atividade, o Conselho Fiscal é de parecer que o acionista único aprove o Relatório de gestão de 2019, a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, demonstração das alterações dos capitais próprios, a demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras, bem como a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Ponta Delgada, 18 de maio de 2020

O Conselho Fiscal,



Manuel Luís Fernandes Branco – Presidente



Carlos Eduardo Ferreira Oliveira - Vogal



Sofia Teves Mendonça – Vogal

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SATA AIR AÇORES – SOCIEDADE AÇORIANA DE TRANSPORTES AÉREOS, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 293.930.151 euros e um total de capital próprio de 2.850.428 euros, incluindo um resultado líquido de 1.979.705 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração da alteração dos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas nas alíneas a), b) e c) e exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na alínea d), apresentadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A. em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

- a) A Entidade detém uma participação financeira na subsidiária SATA Internacional – Azores Airlines, S.A. (SATA Internacional), reconhecida pelo custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, a qual apresenta, em 31 de Dezembro de 2019, um valor de 33.573 milhares de euros, à qual acrescem empréstimos concedidos no montante de 122.642 milhares de euros (2018: participação financeira no valor de 33.573 milhares de euros e empréstimos concedidos no montante de 79.431 milhares de euros). Atendendo à atual incerteza decorrente dos fatores de risco operacional e financeiro associados às alterações da atividade do transporte aéreo e modelo de negócio, de refinanciamento da respetiva subsidiária, bem como ao fato de não ter sido preparado um teste de imparidade à referida participação financeira nos termos preconizados pelo normativo aplicável, consideramos que os referidos ativos se encontram sobreavaliados por um montante que, nas atuais circunstâncias, não nos é possível quantificar com razoável grau de segurança, bem como sobre a existência de eventuais responsabilidades adicionais associadas à participação financeira na subsidiária à data de 31 de Dezembro de 2019.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- b) Em 31 de Dezembro de 2019 encontram-se registados na rubrica de Outras contas a receber correntes, acréscimos de proveitos no valor de 15.154 milhares de euros com a Secretaria Regional dos Transportes e das Obras Públicas, decorrentes dos serviços prestados no âmbito do contrato de obrigação de serviço público referente ao transporte aéreo regular no interior da Região Autónoma dos Açores, no que diz respeito ao pedido de reequilíbrio financeiro do ano de 2019, o qual ainda se encontra, na presente data, sujeito a verificação e aprovação. Tendo em consideração que não obtivemos informação suficiente que nos permita aferir, com razoável grau de segurança, quanto à valorização do referido montante, não nos é possível concluir quanto ao respetivo impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.
- c) A Certificação Legal das Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, emitida em 14 de Junho de 2018, inclui uma reserva por limitação de âmbito relacionada com os acréscimos de proveitos no valor de 20.080 milhares de euros com a Secretaria Regional dos Transportes e das Obras Públicas, decorrente dos serviços prestados no âmbito do contrato de obrigação de serviço público referente ao transporte aéreo regular no interior da Região Autónoma dos Açores. Assim, não nos foi possível concluir, com razoável grau de segurança, sobre a especialização do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e respetivo impacto nos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, apresentados para efeitos comparativos das presentes demonstrações financeiras.
- d) Durante o exercício de 2018 foi registado um valor de 4.500 milhares de euros referente a ativos por impostos diferidos originados por prejuízos fiscais respeitantes ao exercício de 2014, cuja recuperabilidade depende da obtenção futura de resultados tributáveis positivos durante um período máximo de 12 anos. Tendo em consideração o modelo de negócio da Entidade e os seus resultados históricos, concluímos que, em 31 de Dezembro de 2019, o respetivo ativo e os resultados acumulados se encontram sobreavaliados em 4.500 milhares de euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Em 31 de Dezembro de 2019, as demonstrações financeiras da SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A. apresentam ativos correntes, deduzidos do empréstimo concedido à subsidiária SATA Internacional (divulgado na nota 36 do anexo contendo as notas explicativas), inferiores aos passivos correntes em 62.047 milhares de euros.

No entanto, conforme divulgado na nota 2.1 do anexo contendo as notas explicativas, as demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, a qual se encontra dependente do apoio financeiro do acionista, da renovação do atual contrato de concessão do serviço público aéreo regular no interior da Região Autónoma dos Açores a findar em Setembro de 2020, do processo de privatização em curso da subsidiária SATA Internacional, da rentabilidade futura das operações da Entidade e da respetiva subsidiária, do recebimento da dívida das entidades estatais e da reestruturação financeira dos seus passivos remunerados.

Em Março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação da nova doença (“COVID-19”). Em resultado, conforme mencionado na nota 37 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade tem vindo a implementar um plano de contingência para aumentar as condições de proteção de todos os colaboradores, de modo a garantir a sua atividade. Embora nesta data não seja possível determinar a extensão e severidade dos impactos desta situação, o órgão de gestão considera que existem condições para considerar adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

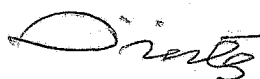
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 19 de Maio de 2020



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º520)



Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 293.930.151 euros e um total de capital próprio de 2.850.428 euros, incluindo um resultado líquido de 1.979.705 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração da alteração dos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na alínea a) e b) e exceto quanto aos efeitos da matéria referida na alínea c), apresentadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

- a) A Entidade detém uma participação financeira na subsidiária SATA Internacional – Azores Airlines, S.A. (SATA Internacional), reconhecida pelo custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, a qual apresenta, em 31 de dezembro de 2019, um valor de 33.573 milhares de euros, à qual acrescem empréstimos concedidos no montante de 122.642 milhares de euros (2018: participação financeira no valor de 33.573 milhares de euros e empréstimos concedidos no montante de 79.431 milhares de euros). Atendendo à atual incerteza decorrente dos fatores de risco operacional e financeiro associados às alterações da atividade do transporte aéreo e modelo de negócio, de refinanciamento da respetiva subsidiária, bem como ao facto de não ter sido preparado um teste de imparidade à referida participação financeira nos termos preconizados pelo normativo aplicável, consideramos que os referidos ativos se encontram sobreavaliados por um montante que, nas atuais circunstâncias, não nos é possível quantificar com razoável grau de segurança, bem como sobre a existência de eventuais responsabilidades adicionais associadas à participação financeira na subsidiária à data de 31 de dezembro de 2019.
- b) Em 31 de dezembro de 2019 encontram-se registados na rubrica de Outras contas a receber correntes, acréscimos de proveitos no valor de 15.154 milhares de euros com a Secretaria Regional dos Transportes e das Obras Públicas, decorrentes dos serviços prestados no âmbito do contrato de obrigação de serviço público referente ao transporte aéreo regular no interior da Região Autónoma dos Açores, no que diz respeito ao pedido de reequilíbrio financeiro do ano de 2019, o qual ainda se encontra, na presente data, sujeito a verificação e aprovação. Tendo em consideração que não obtivemos informação suficiente que nos permita aferir, com razoável grau

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

de segurança, quanto à valorização do referido montante, não nos é possível concluir quanto ao respetivo impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, o Relatório de Auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitido em 15 de junho de 2018, inclui uma reserva por limitação de âmbito relacionada com os acréscimos de proveitos no valor de 20.080 milhares de euros com a Secretaria Regional dos Transportes e das Obras Públicas, decorrente dos serviços prestados no âmbito do contrato de obrigação de serviço público referente ao transporte aéreo regular no interior da Região Autónoma dos Açores. Assim, não nos foi possível concluir, com razoável grau de segurança, sobre a especialização do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e respetivo impacto nos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para efeitos comparativos das presentes demonstrações financeiras.

- c) Durante o exercício de 2018 foi registado um valor de 4.500 milhares de euros referente a ativos por impostos diferidos originados por prejuízos fiscais respeitantes ao exercício de 2014, cuja recuperabilidade depende da obtenção futura de resultados tributáveis positivos durante um período máximo de 12 anos. Tendo em consideração o modelo de negócio da Entidade e os seus resultados históricos, concluímos que, em 31 de dezembro de 2019, o respetivo ativo e os resultados acumulados se encontram sobreavaliados em 4.500 milhares de euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Em 31 de dezembro de 2019 as demonstrações financeiras da SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A. apresentam ativos correntes, deduzidos do empréstimo concedido à subsidiária SATA Internacional (divulgado na nota 36 do anexo contendo as notas explicativas), inferiores aos passivos correntes em 62.047 milhares de euros. No entanto, conforme divulgado na nota 2.1 do anexo contendo as notas explicativas, as demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, a qual se encontra dependente do apoio financeiro do acionista, da renovação do atual contrato de concessão do serviço público aéreo regular no interior da Região Autónoma dos Açores que finda em setembro de 2020, do processo de privatização em curso da subsidiária SATA Internacional, da rentabilidade futura das operações da Entidade e da respetiva subsidiária, do recebimento da dívida das entidades estatais e da reestruturação financeira dos seus passivos remunerados, tendo ainda em consideração os impactos do vírus COVID-19 no setor do transporte aéreo e a incerteza gerada pelo mesmo na atividade operacional futura da Entidade, conforme divulgado na nota 37 do anexo contendo as notas explicativas.

Deste modo, as demonstrações financeiras não incluem qualquer ajustamento inerente à possibilidade de se vir a constatar que o pressuposto da continuidade não foi apropriado.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material

devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

19 de maio de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hugo Miguel Patrício Dias, R.O.C.